



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)



**ARTHUR ORLANDO MENDES CARIA FILHO**

**DARCY RIBEIRO:**  
**O INTELLECTUAL E O ESPAÇO AUTOBIOGRÁFICO**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evelina de Carvalho Sá Hoisel**

Salvador  
2013

**ARTHUR ORLANDO MENDES CARIA FILHO**

**Darcy Ribeiro: o intelectual e o espaço autobiográfico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Salvador  
2013

**Sistema de Bibliotecas da UFBA**

Caria Filho, Arthur Orlando Mendes.

Darcy Ribeiro : o intelectual e o espaço autobiográfico / Arthur Orlando Mendes Caria Filho. - 2013.

134 f.: il.

Inclui anexos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Evelina de Carvalho Sá Hoisel.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2013.

1. Ribeiro, Darcy, 1922-1997. 2. Autobiografia - Escritores. 3. Vida intelectual.  
4. Intertextualidade. I. Hoisel, Evelina de Carvalho Sá. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 808.06692  
CDU - 82-94

ARTHUR ORLANDO MENDES CARIA FILHO

DARCY RIBEIRO: O INTELLECTUAL E O ESPAÇO AUTOBIOGRÁFICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovada em 22 de Maio de 2013.

**Banca Examinadora**

Professora Doutora Evelina de Carvalho Sá Hoisel  
*Universidade Federal da Bahia - UFBA.*

Professora Doutora Iraci Simões da Rocha  
*Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus I - Salvador.*

Professor Doutor Sílvio Roberto dos Santos Oliveira  
*Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus II - Alagoinhas.*

Professora Doutora Denise Carrascosa França  
*Universidade Federal da Bahia - UFBA.*

Professor Doutor Sandro Santos Ornellas  
*Universidade Federal da Bahia - UFBA.*

A Deus. À minha família, minha mãe, minha esposa, meu filho, minha irmã, meus sobrinhos, meus sogros e cunhados, base da minha vida e razão de minha caminhada. Amo a todos.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, em especial à minha orientadora, Professora Doutora Evelina de Carvalho Sá Hoisel, pela confiança e ensinamentos. À minha ex-orientadora, Professora Doutora Eneida Leal Cunha, pelas duradouras lições; às Professoras Doutoras Antonia Herrera, Lígia Telles, Teresa Leal, Rachel Esteves Lima, Célia Telles e ao Professor Doutor Sandro Ornellas, pelos meses de aprendizado e grata convivência; a todos os colegas do curso, amigos que ganhei, pela amizade e pelas palavras de incentivo; a todos os funcionários do Instituto de Letras e da sua Pós-Graduação: Hugo, Ricardo e Thiago.

*You must be the change you wish to see in the world*

**Mahatma Gandhi**

*Sou um escritor tão abundante quanto desinibido.  
Escrever ou falar de mim mesmo  
é a tarefa que mais me agrada e gratifica.*

*(...) Não precisava ser assim,  
mesmo porque gozo de algum prestígio,  
principalmente entre os jovens  
que são a gente que mais me importa.  
Mas sou insaciável. Por quê?*

*Darcy Ribeiro, Testemunho*



## RESUMO

O presente trabalho ocupa-se do jogo citacional autobiográfico executado por Darcy Ribeiro ao longo da sua produção discursiva, como forma de compreender a sua trajetória, enquanto intelectual escritor, nas duas décadas finais de sua vida (1976-1997), incidindo o olhar para além das suas autobiografias tardias e privilegiando, a partir delas, o reconhecimento de uma rede intertextual envolvendo os seus romances *Máira* e *Migo*, textos científicos, depoimentos e entrevistas. O estudo apoia-se nas noções propostas por Michel Foucault sobre *unidades discursivas*, *obra*, *livro* e *autor*, para a abordagem inicial dos textos de variadas procedências e, em seguida, na noção de *espaço autobiográfico*, de Philippe Lejeune, para o mapeamento das similaridades textuais observadas em torno de três temas recorrentes: *um modelo para o intelectual*, *a eficácia do discurso literário em relação ao científico* e *o recurso metalinguístico*. A partir da concepção de Edward Said sobre os modos de atuação do intelectual na contemporaneidade, a ocorrência de tal jogo citacional operado por Darcy Ribeiro em sua produção é entendida como a principal expressão de sua *representação do intelectual* enquanto escritor.

**Palavras-chave:** Darcy Ribeiro. Intelectual. Autobiografia. Espaço autobiográfico. Representações do intelectual.

## ABSTRACT

The present work studies the autobiographical quotational work done by *Darcy Ribeiro throughout his discursive production, as a way to understand his intellectual trajectory*, as a writer, in the last two decades of his life (1976-1997), aiming to look beyond his late autobiographies and, at the same time, to privilege, from them, the recognition of an intertextual net involving two of his novels, *Maíra* and *Migo*, as well as scientific essays, reports and interviews. The work is based upon the notions of discursive units, *oeuvre*, book and author, as developed by Michel Foucault, in order to approach the various textual origins; also on the notion of autobiographic space, by Philippe Lejeune, in order to map the gathered textual similarities, observed around three recurrent themes: the model for an intellectual, the efficiency of the literary discourse in relation to the scientific one and the metalinguistic feature. According to Edward Said's interpretation of the ways for an intellectual to act contemporarily, the occurrence of such quotational work done by Darcy Ribeiro, within his production, is understood as the main expression of his representation of the intellectual as a writer.

**Key-words:** Darcy Ribeiro. Intellectual. Autobiography. Autobiographic space. Representations of the intellectual.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Ilustração de Poty Lazzarotto para as páginas 10 e 11 do romance *Maíra*, de Darcy Ribeiro, 6ª. edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1983.....**65**

## LISTA DE ANEXOS

- ANEXO A** – Transcrição dos depoimentos de Darcy Ribeiro utilizados no documentário *Darcy Ribeiro: o guerreiro sonhador*, de Fernando Barbosa Lima e Rozane Braga – Série Grandes Brasileiros, vol. IV, São Paulo: FBL Criação e Produção, 2007.....**113**
- ANEXO B** – Discurso de posse de Darcy Ribeiro na Academia Brasileira de Letras. *Rio de Janeiro – RJ, 15 de Abril de 1993*.....**123**
- ANEXO C** – Depoimento de Darcy Ribeiro para o livro *Encontros de vida: 34 depoimentos e pessoas com mais de 60 anos apaixonados pela vida*. Org. Zélia Goldfeld. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1997. Publicado parcialmente pela Folha de São Paulo - São Paulo, domingo, 2 mar. 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/02/mais!/25.html>>.....**134**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>Iracundo</b>	<b>21</b>
<i>Antropólogo intelectual</i>	22
<i>Intelectual político</i>	28
<i>Intelectual escritor</i>	33
<b>E(r)gosum</b>	<b>44</b>
<i>Véspera</i>	45
<b>Sou eu</b>	<b>53</b>
<i>Bobagens e desafios</i>	54
<i>Intelectual índio</i>	59
<i>Egosum Homero</i>	63
<b>(CO)MIGO</b>	<b>70</b>
<i>Espelho</i>	71
<i>Alternos</i>	83
<i>Matriz</i>	89
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>107</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

O homem público Darcy Ribeiro, polêmico enquanto vivo, quase uma unanimidade depois de morto, indisfarçadamente cultivava o hábito de falar de si mesmo. Seria um caso de narcisismo? Eu nunca aderi a essa leitura. Soava como uma ausência de contextualização desse seu hábito no âmbito de sua produção. Depois de ler o conjunto de seus textos, ficam cada vez mais inaplicáveis determinadas noções e determinados conceitos. Daí a inevitabilidade, para mim, da busca por uma via alternativa dentre abordagens esperadas.

No meu entender ainda, ser um intelectual se aproxima bastante do que Mahatma Gandhi afirmou: “seja a mudança que você deseja ver no mundo” (CHANG, 2006, p. 113). É dessa maneira que encaro as atuações do intelectual Darcy Ribeiro; como alguém convicto de que é, ele próprio, um modelo exemplar de intelectual para o Brasil e para as suas necessidades. Creio que venha daí a sua onipresença autobiográfica ao longo de sua produção; a abundância de si em meio ao dito e escrito, que é a abundância de seus “fazimentos”; enfim, o tal “narcisismo”, como insistem alguns.

De todos os livros de Darcy Ribeiro, apenas o romance *Maíra*, de 1976, e o ensaio antropológico *O Povo Brasileiro*, de 1995, cada qual à sua maneira, tornaram-se (também) quase-unanimidades no Brasil, país afeito ao rodízio das unanimidades, com sucesso de vendas e várias edições ao longo dos anos. Cristalizaram assim, numa polarização inevitavelmente mercadológica, um Darcy que perdura “na usura da memória alheia” como o narrador de “Egosum” em *Maíra* bem descreveu. Darcy, ora “um grande intérprete do Brasil”, ora “um romancista encharcado de vivências antropológicas”. O perigo das cristalizações operadas pela noção de “obra” de um chamado “autor” é, dentre outros, a tendência à invisibilidade do restante da sua produção.

Foi a produção de Darcy Ribeiro domesticada? Temo que uma das funções do tornar uma produção “obra” seja a de domesticá-la, torná-la inofensiva com o tempo, ou, pelo menos, limitar o alcance do restante de seus escritos através de noções como a do “sucesso maior de todos” do escritor, ou do “este livro não é tão impactante quanto a sua obra-prima”, como se costuma afirmar. Temos *Maíra* e *O Povo Brasileiro*, textos ‘incontestáveis’ em vários sentidos, mas, do que valem informações e constatações sem um modelo de ação a ser seguido? Do que vale saber, sem saber o que fazer com o que se sabe? Sem saber como agir? A vida contemporânea é hoje, nesse momento, um exemplo disso: uma abundância de informações sobre tudo e sobre todos, acompanhada por uma estrondosa e generalizada

inação dos indivíduos, paradoxalmente nunca tão interconectados e ao mesmo tempo tão isolados uns dos outros como nos dias atuais.

Talvez seja mesmo uma condição da juventude brasileira contemporânea (e não só dela), a de ser abúlica – como o próprio Darcy Ribeiro afirmou em *O Brasil como problema*. Talvez ainda, como ele afirmou também no mesmo livro, o Brasil que a juventude agora herda seja culpa de sua geração (1995, p. 263 e 264), que foi incapaz de vencer os seus desafios e obstáculos. Talvez, porém, o que geração atual herdou, mesmo que ainda não tenha se dado conta, sejam modelos de ação para as transformações que a sociedade brasileira necessita.

Há atrativos suficientes tanto em *Maíra* quanto em *O Povo Brasileiro* para fazer com que o leitor um pouco mais curioso, que puxa interessadamente o assunto para si, termine emaranhado na rede da produção discursiva de Darcy Ribeiro, e assim esbarre com o seu modelo de intelectual indignado, 'iracundo'. A capacidade de indignar-se depende inequivocamente da habilidade de ler as circunstâncias, articulando informações e ideias, criticamente. Dentre os mediadores que podem fornecer essa habilidade, hoje, como a Literatura, a Internet, entre outros, é ainda a Educação, formal, direcionada e persistente, através do ensino superior, em geral público, que tem as maiores chances de sucesso. Darcy Ribeiro soube disso cedo. É na Universidade reformada, “universidade-semente”(RIBEIRO, 1997, p. 236), que se pode corrigir deficiências escolares de formação, fomentar potenciais e preparar mais rapidamente uma camada de indivíduos para exercerem um modelo benéfico de ação intelectual em favor do país. A dificuldade, hoje, é ter indivíduos egressos da universidade e ao mesmo tempo convictos da indistinção entre as suas aspirações individuais e as necessidades do país.

O presente trabalho nasceu como uma continuação inevitável da minha dissertação de Mestrado em Letras (CARIA FILHO, 2005), que consistiu numa leitura intertextual da produção discursiva de Darcy Ribeiro (1922-1997), a partir do eixo temático *antropologia-literatura*. Naquela oportunidade, o foco recaiu sobre a problemática dos povos indígenas e a formação do povo brasileiro, procurando seguir, a partir dos romances *Maíra* (1976) e *Utopia selvagem* (1982), as retomadas feitas por Ribeiro da sua teoria antropológica da *transfiguração étnica*, assim como os seus diálogos com outras produções históricas e ficcionais – tais como o romance *Iracema*, de José de Alencar, de 1865, e a peça *A Tempestade*, de William Shakespeare, de 1610 –, e a contribuição dessas relações para o estudo do tema da identidade nacional brasileira. Ao final desse primeiro trabalho, o enfoque metodológico, então empregado naquela pesquisa, me fez perceber ainda um conjunto a mais de textos, desta feita, de teor autobiográfico. Constatava-se, naquele momento, que a peculiar

ocorrência de intertextualidade observada não se limitava a um trabalho citacional reservado ao trânsito do discurso científico na seara ficcional do escritor. A disposição para a execução da tese parte, portanto, da busca de uma compreensão desse novo quadro de ocorrências intertextuais.

Continuando com uma abordagem metodológica semelhante da produção de Darcy Ribeiro, a presente pesquisa concentra-se, contudo, na observação da ocorrência de intertextualidades a partir do eixo temático *intelectual-autobiografia*. A tese debruça-se sobre o superdimensionamento do aspecto autobiográfico na produção de Darcy Ribeiro, que extrapola as fronteiras de suas autobiografias oficiais tardias e mantém uma rede intertextual significativa para o entendimento da sua trajetória intelectual, enquanto escritor, nas duas últimas décadas de sua vida.

No âmbito da experiência do leitor, diante do vasto quadro de possibilidades de leitura de um texto e das relações entre aquele que escreve e a sua produção, quem lê se depara primeiramente com o impositivo das *unidades discursivas* (FOUCAULT, 1997, p. 23) e as fronteiras textuais por elas tradicionalmente demarcadas. Os textos vêm a público compartimentados de acordo com critérios e razões que parecem longe de perder a força. Romance, poesia, biografia, autobiografia, diário, ensaio, entrevista, conto, novela, crônica – entre outras formas discursivas – territorializam as escritas, determinando e prescrevendo modos de ler. Pondo-se em suspensão tais repartições, imaginemos, por exemplo, uma leitura mais detida de um conjunto de textos sob a rubrica de um mesmo escritor (que tenha sido editado em variadas categorias de publicação), sugerindo a um leitor mais atento uma similaridade entre determinadas passagens textuais antes distanciadas. Tal problemática se configura em relação à produção do antropólogo, escritor, educador, político e ensaísta Darcy Ribeiro, no tocante à maneira como se apresenta o aspecto *autobiográfico* em uma parcela significativa dos seus textos, ocorrência que ultrapassa os limites dos seus dois únicos volumes consagrados à rubrica da *autobiografia*, a saber, *Testemunho* (RIBEIRO, 1990) e *Confissões* (RIBEIRO, 1997).

A partir desse quadro, duas questões metodológicas surgem: como lidar com tais passagens localizadas *fora* do abrigo das *suas* unidades discursivas previstas e como ler essa similaridade textual indicada pelo reaproveitamento, dessa vez, de textos de feição autobiográfica? A primeira questão apoia-se no estudo que faz Michel Foucault sobre as unidades discursivas, como as de “obra” e “livro”, e sobre a questão do “autor” (FOUCAULT, 1997). A segunda questão metodológica é abordada de acordo com a noção de *espaço autobiográfico* de Philippe Lejeune (2008, p. 43), na correspondência que opero entre ela e o



entendimento de Edward Said sobre a atuação do intelectual enquanto *representações* (SAID, 2000, p. 33). Tendo em vista a proposta do presente estudo, tais noções teóricas utilizadas terão relevância tão somente enquanto instrumentalizam algumas das direções que o trabalho aponta. A minha leitura busca sentido para o recurso observado das retomadas textuais e, principalmente, para a maximização do potencial expressivo de uma produção relevante em diversos aspectos, como acredito que seja a realizada por Darcy Ribeiro.

Vale ressaltar que os direcionamentos com os quais teci a mencionada dissertação e que procurei manter na escrita da presente tese são partidários de determinados entendimentos sobre os usos da noção de *descontinuidade* de Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*, em especial o entendimento da professora doutora Eneida Leal Cunha sobre a questão, quando afirma que "muitas vezes, o mais inovador e desconstrutor pode não ser o trabalho com a descontinuidade ou com o fragmento, mas, ao contrário, o estabelecimento de continuidades entre o que é pensado como separado ou estanque"<sup>1</sup>.

Como resultado imediato colhido no início de tal abordagem, no tocante à delimitação do problema de pesquisa da presente tese, o diálogo com a crítica de Darcy Ribeiro se apresentou restritíssimo. Ainda que haja uma respeitável fortuna crítica em ensaios, dissertações e teses sobre Darcy Ribeiro e seus escritos, para as discussões propostas neste trabalho, no entanto, as abordagens levadas a cabo em tais estudos pouco se articulam em termos temáticos aos objetivos traçados, e em nada com eles dialogam em termos do método de análise intertextual por mim adotado.

Tal ausência de diálogos com textos críticos, nesse sentido, se dá devido ao fato de estar o presente trabalho centrado na difusão do aspecto autobiográfico na produção discursiva de Darcy Ribeiro a partir, eminentemente, de uma análise intertextual interna. A reapropriação textual de seu material autobiográfico, desenvolvida por Darcy Ribeiro ao longo de sua produção, constitui-se numa ocorrência ainda muito pouco conhecida pelos seus leitores e ainda menos contemplada e problematizada pela crítica. Ainda assim, duas realizações válidas para a consulta, por se ocuparem de análises biográficas de Darcy Ribeiro, mas construídas pelos vieses antropológico e sociológico, são: o livro de Helena Bomeny, *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado* (2001); e mais recentemente, a tese de doutorado em antropologia de André Luís Mattos, *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*, realizada na Universidade Estadual de Campinas e defendida em 2007. Por fim, a única exceção ficará por conta de um terceiro texto, *Prosa literária atual no Brasil*, escrito por Silviano Santiago em

---

<sup>1</sup> CUNHA, Eneida Leal. Comunicação pessoal em 28/04/2004. Universidade Federal da Bahia (Ufba), Instituto de Letras.

1984, que terá papel fundamental na construção da minha análise sobre a contextura inicial de produção dos textos autobiográficos de Darcy Ribeiro.

A presente tese é dividida em três capítulos. O primeiro deles, “Iracundo”, propõe o entendimento da trajetória intelectual de Darcy Ribeiro em três fases sucessivas: a do *Antropólogo intelectual*, do início de sua carreira de antropólogo no SPI (Serviço de Proteção ao Índio) entre os anos de 1947 e 1957, durante os quais atuou como intelectual *específico* (FOUCAULT, 2003, p. 8), a partir da militância na antropologia de campo; a fase do *Intelectual político*, que inicia sua jornada pela área da Educação junto a Anísio Teixeira, atuando em causas públicas polêmicas, como a luta pela gratuidade do ensino público, condição que o projeta nacionalmente como intelectual e o lança como político; e finalmente, a fase do *Intelectual escritor*, iniciada durante o exílio e levada a cabo até o final de sua vida, fase em que publica em várias frentes discursivas.

Conquanto toda divisão seja arbitrária e forçada, a realizada no referido capítulo não foge à regra e procura tratar do perfil do intelectual em questão para fins de estudo das ocorrências por mim acompanhadas em sua produção discursiva. Nesse sentido, também são explicados os títulos das seções, nas quais a palavra *intelectual* ora aparece como substantivo, ora como adjetivo. Em *Antropólogo intelectual*, é enfatizada a condição da função do antropólogo que se serve esporadicamente do expediente do intelectual. Já em *Intelectual político* e *Intelectual escritor*, a condição se inverte. É já o intelectual no pleno exercício e domínio de sua função enquanto tal que lança mão de *representações do intelectual* nas peles do político e do escritor, seja este romancista, poeta, ensaísta ou autobiógrafo. A parte final do primeiro capítulo procura mostrar como sua crença, enquanto leitor, de uma eficácia maior do discurso literário em relação ao discurso científico será determinante na sua incursão, enquanto escritor, pela literatura anos mais tarde. Para a nomeação dos dois capítulos restantes da tese e, por consequência, para todas as suas seções, foram por mim reapropriados termos e títulos dos dois romances em estudo, o já mencionado *Maíra* e *Migo* (1988).

O segundo capítulo, “E(r)gosum”, possui duas partes. A primeira, *Véspera*, contextualiza o romance *Maíra* (escrito por Darcy Ribeiro no exílio), no rol das publicações emergentes do regime opressivo da ditadura militar, em sua maioria de tom autobiográfico e memorialista. Nela ainda eu analiso a afirmação de Silviano Santiago (1984, p. 35) sobre a importância das autobiografias tardias de Oswald de Andrade e José Lins do Rego para o reconhecimento do teor autobiográfico de seus próprios romances. Faço isso relacionando, inevitavelmente, tal afirmação com a noção de *espaço autobiográfico* de Philippe Lejeune (2008, p. 43), mas aproximando-a do sentido que lhe dá Belchior Mendes (2012, p. 118)

quando da consideração do papel da autobiografia tardia de Oswald de Andrade, *Um homem sem profissão: sob as ordens de mamãe* (ANDRADE, 2002), na produção do escritor paulista. A segunda parte do capítulo, denominada “Egosum”, é dividida, por sua vez, em três seções que tratam de alguns dos reaproveitamentos, por Darcy Ribeiro, de material autobiográfico presentes no capítulo “Egosum” de *Maíra*, nas suas relações intertextuais com ensaios antropológicos, autobiografias e entrevistas. Na primeira seção, *Bobagens e desafios*, observam-se os usos de textos que trazem o tema do intelectual e seu dever moral de domínio e compartilhamento do saber. A segunda seção, *Intelectual índio*, do mesmo modo, ocupa-se duplamente com a constituição de um modelo de intelectual que parte do exemplo indígena e, assim procedendo, dentre outras coisas, destaca o fato de um indígena ser plenamente capaz de se exercer como intelectual. A terceira seção, *Egosum Homero*, aborda as utilizações de textos de feição metalinguística, observadas enquanto reforço de defesa da eficácia maior da literatura enquanto discurso.

O terceiro capítulo, “(co)Migo”, de maneira semelhante ao segundo, trabalha com remanejamentos textuais, desta feita a partir do quarto e último romance de Darcy Ribeiro, *Migo*, de 1988. O capítulo é dividido em três partes. A primeira seção, *Espelho*, continua a observar recursos metalinguísticos tais como recomendações de leitura, alusões ao nome próprio *Darcy*, referências aos três primeiros romances de Darcy Ribeiro, além da persistente abordagem de temas teórico-literários, como o da natureza da criação literária. Na segunda seção, *Alternos*, é observada, mais uma vez, a repetição sistemática da ideia de superioridade do discurso literário em relação ao científico. A última seção do terceiro capítulo, *Matriz*, procura mostrar que em *Migo*, mais do que em qualquer outro romance de Darcy Ribeiro, o discurso do intelectual iracundo traz contundência na cobrança de atitudes por parte dos intelectuais brasileiros perante as atribuições que a função requer. A fala do intelectual em *Migo* aponta ainda a dependência que tem o Brasil da universidade para formar seus quadros de intelectuais, instituição que, no entanto, não tem cumprido esse papel, perdendo grande parte de seu público para as preocupações imediatas das carreiras profissionais individuais e assistindo às suas mentes mais promissoras se transformarem em mansos intelectuais *áulicos*.

A abordagem ora proposta busca privilegiar, portanto, um olhar sobre a produção de Darcy Ribeiro que é guiado por temas e noções recorrentes em sua escrita e em sua fala, mais do que por análises submissas, talvez, a limitações de fronteiras textuais. Tal configuração de estudo se apresenta mais compatível com a consideração de Darcy Ribeiro enquanto escritor múltiplo e intelectual multifacetado. O manuseio dos textos autobiográficos ao longo de sua produção discursiva, a exemplo do estabelecimento e da assunção da função de intelectual por

ele, acontecem em um continuum que dificilmente seria apreendido por observações concentradas em textos isolados de sua ficção, de sua ensaística antropológica ou de sua autobiografia, como nos estudos que predominam até o presente momento.

## **Iracundo**

### *Antropólogo intelectual*

*Afinal, nosso ofício de cientistas tem por fim melhorar o discurso humano sobre a natureza das coisas. (RIBEIRO, 1990, p. 35).*

Não raro, Darcy Ribeiro afirmava que as duas causas de sua vida eram a dos povos indígenas que sempre viveram no território que hoje é o Brasil, e a do povo brasileiro, quais sejam: o respeito ao direito das diversas etnias tribais de ocuparem e viverem em suas terras e a da população brasileira, fruto de um processo violento de formação, a ter uma existência voltada para os seus próprios interesses. A partir dessas duas principais causas, várias outras foram levadas a cabo para além da antropologia de campo, fazendo com que o intelectual Darcy Ribeiro se exercesse ainda cedo na educação, na política e na ensaística e, mais tarde, na literatura. A pluralidade de causas significou, para Darcy Ribeiro, a multiplicidade de papéis, reflexo de uma atuação intelectual que se valeu de diversas formas para externar os seus pontos de vista. (CARIA FILHO, 2005, p. 16).

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em 1922. Em 1944, abandonou o curso de Medicina, que fazia em Belo Horizonte, e foi para São Paulo estudar na Escola de Sociologia e Política. Nela, conviveu com figuras importantes das Ciências Sociais da época, como o etnólogo alemão Hebert Baldus, o sociólogo americano Donald Pierson, além do professor e ensaísta brasileiro Sérgio Buarque de Holanda. Fazendo parte do Partido Comunista do Brasil, ao qual se filiara desde 1940, Darcy Ribeiro teve contato com escritores como Oswald de Andrade e Jorge Amado.

A importância que Darcy Ribeiro confere a essa convivência, quando jovem, para a sua formação como intelectual e política, pode ser lida em um de seus últimos livros de ensaios, *O Brasil como problema* (RIBEIRO, 1995), no capítulo “Indignação”, numa passagem em que se refere ao pendor pelas suas duas causas preferidas:

Tudo que diz respeito ao humano, suas vidas, suas criações, me importam supremamente. Dentro do humano, o povo brasileiro, seu destino, é o que mais me mobiliza. Nele, a índia indianidade brasileira, que consegue milagrosamente sobreviver (...)

Acho que aprendi isso, ainda muito jovem, com os antigos comunistas. Imbatíveis em sua predisposição generosa de se oferecerem à luta, por qualquer causa justa, sem mais querer que o bem geral. Estou certo de que a dignidade, e até o gozo de viver que tenho, me vêm dessa atitude básica de combatente de causas impessoais. (RIBEIRO, 1995, p. 263).

Darcy Ribeiro concluiu o curso de Sociologia com Especialização em Etnologia em 1946. No ano seguinte, aceitou uma proposta de trabalho oferecida pelo Marechal Rondon para trabalhar no SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Começou como “naturalista”, na falta de outro termo na época, fazendo pesquisas de observação direta de povos indígenas, vindo a ser na prática, portanto, o primeiro etnólogo de campo daquele extinto órgão federal. Depois de quatro anos, em 1950, Darcy Ribeiro conquistou o Prêmio Fábio Prado de Ensaio, pelo livro *Religião e mitologia Kadiwéu* (RIBEIRO, 1980).

Trabalhando para o SPI, Darcy Ribeiro ainda ajudou a criar, em 1952, o Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Segundo o próprio, um museu dedicado à luta contra o preconceito em relação aos povos indígenas. A importância dessa ação consistiu no esforço para converter o que era uma seção comum de estudos do órgão governamental para o qual trabalhava, dedicada à documentação cinematográfica, num museu voltado exclusivamente para o índio, para mostrar às pessoas que “o índio era bonito, que o índio era terno, que o índio era afetuoso, que era o contrário” (RIBEIRO, 2003, p. 1) da ideia estereotipada que se tinha deles. A principal preocupação de Darcy Ribeiro nessa ocasião era a conscientização das crianças:

Eu podia ver este efeito porque uma das coisas que nós fazíamos era tomar crianças de 11 anos na escola e pedir para que escrevessem um exercício: “o índio, o que é o índio?”. E depois de visitar o Museu, repetia o exercício: “o que é o índio?”. Então, nessa segunda etapa, mudava completamente a visão, e eu podia ver como as crianças estavam percebendo aquele Museu (RIBEIRO, 2003, p. 1).

Ainda em sua atuação como antropólogo, naquele período, colaborou com os irmãos Villas Bôas na elaboração e criação do Parque Indígena do Xingu, tendo um papel decisivo na aprovação do projeto pelo então presidente Getúlio Vargas. A implantação do Parque, contudo, só se deu em 1961, durante o Governo de João Goulart. A realização desse projeto beneficiou diversas tribos da região que estavam sob o risco de perder os seus territórios com o avanço das ocupações de terra para criar pastagens de gado. Além disso, e mais importante, criou um modelo de abordagem para a questão que tem sido até os dias de hoje o grande responsável pela recuperação do contingente populacional indígena e pela preservação da autonomia dos diversos grupos enquanto entidades étnico-culturais.<sup>2</sup> Antes da implantação do Parque, as tribos corriam o risco de ficar isoladas umas das outras e de perder condições ecológicas de sobrevivência. O Parque Indígena do Xingu possui uma área de vinte e oito mil

<sup>2</sup>Após um decréscimo vertiginoso durante as décadas de 1960 e 1970, o contingente populacional indígena vem aumentando no Brasil. Segundo o IBGE, de 1991 a 2010, ano do último censo, houve uma elevação de 205% que corresponde a 896.900 pessoas, estando incluídas aquelas que se declararam indígenas e aquelas que residem em centros urbanos. Fonte: IBGE – Censo 2010. [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2119&id\\_pagina=1./20-4-13](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2119&id_pagina=1./20-4-13)

quilômetros quadrados e quatro mil habitantes, pertencentes a quatorze diferentes etnias, e a história da sua criação revela, sobretudo, a luta de Ribeiro e dos irmãos Villas Bôas para fazerem prevalecer os interesses das etnias tribais habitantes da região do Xingu.

Na opinião de Orlando Villas Bôas Filho, “ao lado de Darcy Ribeiro e do médico sanitaria Noel Nutels”, os irmãos Villas Bôas “foram contra as próprias diretrizes traçadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai)” (VILLAS BÔAS FILHO, 2003. p. 60). Ele cita ainda o antropólogo americano Shelton Davis quando comenta a importância da política indigenista empreendida por esse grupo que, segundo Shelton Davis, funcionou como

o contraponto de outra política que, por subordinar os interesses dos índios aos do grande capital extrativista e minerador, e aos interesses políticos a eles relacionados, foi chamada de “integracionista” – uma vez que visava acima de tudo trazer o índio para a nossa sociedade, ainda que isso significasse a desagregação de sua organização sócio-cultural. (VILLAS BÔAS FILHO, p. 60).

Ao final dos anos 50, o antropólogo Darcy Ribeiro acumulava experiências que seriam decisivas tanto para a sua trajetória política quanto para suas formulações teóricas posteriores. São exemplos disso as sucessivas excursões a aldeias de povos indígenas, com destaque para a dos Urubus-Kaapor no Maranhão, e a conclusão de um estudo encomendado pela UNESCO sobre a integração dos povos indígenas no Brasil. O resultado desse estudo proporcionou a Darcy Ribeiro desenvolver e expor as bases do que chamou de processos de *transfiguração étnica*, conceito que fundamenta a sua reflexão sobre a formação dos povos americanos.

A inevitável exposição pública na defesa dos interesses dos indígenas da região do Xingu gerou, para Darcy Ribeiro, conflitos e consequências. De imediato, provocou a sua demissão do Serviço de Proteção aos Índios em 1957, o que o aproximou de Anísio Teixeira que, convencido pela sua performance na causa indígena, coloca Darcy Ribeiro como vice-diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

Para Helena Bomeny, em *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*, Ribeiro iria trazer justamente o que Anísio Teixeira buscava como “reformador da educação”:

Apaixonado por causas sociais e convencido de que o papel do intelectual implica intervenção, Darcy Ribeiro levaria a Anísio Teixeira conteúdo social e fervor militante para desenvolver projetos e programas que o pioneiro mantinha em pauta desde a década de 1920. Darcy definiu-se como intelectual recusando o rótulo de acadêmico. E esta distinção diz respeito à indissociação que estabelece entre atividade intelectual e engajamento político. (BOMENY, 2001, p. 215).



Para Helena Bomeny, portanto, Darcy Ribeiro se define como um intelectual, mas recusa o “rótulo de acadêmico” e enxerga a atividade intelectual e o engajamento político como coisas indissociáveis. Bomeny traz as palavras do próprio Darcy Ribeiro a respeito do assunto, em seu artigo *O papel reservado ao intelectual e à ciência nos países pobres*, publicado na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* em 1980:

Um intelectual para mim, nem precisa ser letrado. Foram intelectuais Antonio Conselheiro no plano da cultura arcaica, e Euclides da Cunha, na erudita, Vitalino e Portinari, Jorge Amado e Clementina. Cada um deles com sua visão utópica do mundo, à luz da qual queria transformá-lo, ou sendo reconhecido pela gente do seu contexto como extraordinariamente capaz de prestar os seus sentimentos, dores e gozos da experiência de viver nesse mundo. (RIBEIRO, 1980, p. 213-216).

Em geral, define-se o intelectual como um indivíduo que “possui dotes de espírito, de inteligência” e também a “pessoa que tem gosto predominante ou inclinação para coisas do espírito, da inteligência” (GRAMSCI, 1968, p.7). O cientista político Antonio Gramsci (1891-1937), no seu livro *Os intelectuais e a organização da cultura*, defende que a atividade intelectual é algo inerente a todos os homens, com a exceção de que, para alguns deles, a intelectualidade se constitui numa função: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1968, p.7).

Não se pode referir-se a alguém como intelectual tão somente porque tal pessoa realiza uma atividade intelectual no seu labor ordinário cotidiano. Antonio Gramsci explica que “do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó, não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate” (GRAMSCI, 1968, p.7). A expansão que Gramsci confere ao conceito de intelectual parte inicialmente dessa distinção entre atividade e função intelectuais, e se completa com a sua noção sobre a complexidade da formação dos intelectuais. Para Antonio Gramsci, há duas formas de intelectuais: o intelectual orgânico, uma vez que

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1968, p. 3).

e o intelectual tradicional, posto que:

cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 1968, p. 5).

Exemplos de intelectuais “tradicionais” típicos seriam os eclesiásticos. Segundo Antonio Gramsci, tal classe de intelectuais esteve, por bastante tempo durante o período medieval da história europeia, organicamente ligada à aristocracia fundiária. Outros exemplos de intelectuais tradicionais desse modelo de Gramsci seriam “os professores” e “os administradores”, como afirma Edward Said (SAID, 2000, p. 23) em respeito à formulação de Antonio Gramsci. Com relação aos intelectuais orgânicos, Gramsci traz como exemplo o “empresário capitalista” que “cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc” (GRAMSCI, 1968, p. 3-4).

Na visão de Antonio Gramsci ainda, os intelectuais orgânicos irão se distinguir dos intelectuais tradicionais, no sentido de que os primeiros nascem das necessidades de um grupo social em processo de estabelecimento, e os segundos representam uma continuidade histórica com relativa autonomia. Ao tratar do mesmo tema, Michel Foucault enfatiza a mudança na extensão do raio de atuação do intelectual como um dado importante no entendimento da questão. Michel Foucault conclui que a figura do intelectual “universal”, como um indivíduo que fala às massas, deixou de existir: “ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos” (FOUCAULT, 2003, p. 8), principalmente nos moldes marxistas, porém, o intelectual universal deu lugar ao que ele chama de intelectual “específico”. Na opinião de Edward Said sobre esse entendimento de Foucault, o intelectual seria então alguém habituado a “trabalhar não no 'universal', no 'exemplar', no justo-e-verdadeiro-para-todos, mas em setores determinados” (SAID, 2000, p. 24).

Em uma de suas Palestras de Reith, proferidas em 1993 e promovidas pela rede britânica de comunicação BBC (British Broadcasting Corporation), Edward Said coloca “no outro extremo”, em relação à noção de Antonio Gramsci, a definição de intelectual feita por Julien Benda (1867-1956). Para Edward Said, a definição de Benda diz respeito a “um grupo muito pequeno de reis-filósofos sobredotados e com grande sentido moral, que constituem a consciência da humanidade.” (SAID, 2000, p. 24). Os intelectuais para Julien Benda, afirma Said, seriam seres “raros” que defenderiam “padrões eternos de verdade e justiça.” A noção

sobre a figura e o papel do intelectual que Edward Said acaba construindo ao longo das suas palestras é simultaneamente tributária das definições de Antonio Gramsci e de Julien Benda. Edward Said tanto constata exemplos contemporâneos da previsão de Antonio Gramsci sobre a difusão do intelectual orgânico, quanto utiliza as definições de Julien Benda para estipular um determinado número de ações e habilidades que se deve esperar de um intelectual em nossos dias.

De acordo com Edward Said, “hoje em dia, todo aquele que trabalhe num campo qualquer, quer ligado à produção quer à distribuição de conhecimento, é um intelectual na acepção de Gramsci.” (SAID, 2000, p. 26). Por outro lado, Edward Said destaca algumas das principais definições de Julien Benda, recordando que os intelectuais “têm de estar num estado de quase permanente oposição ao status quo”, ou se “arrisquem a serem queimados na fogueira, ostracizados ou crucificados.” (SAID, 2000, p. 27).

Na concepção de Edward Said, o intelectual é, portanto, um indivíduo “enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa um ponto de vista qualquer, alguém que articule representações a um público, apesar de todo o tipo de barreiras” (SAID, 2000, p. 27). Para ele, o intelectual deve usar de sua inflexão e sensibilidade pessoal para dar sentido ao que é dito e falado, e até mesmo, sempre que necessário, ser “embaraçoso, do contra, até mesmo desagradável” (SAID, 2000, p. 27).

Em suas ações na primeira década da carreira de antropólogo, Darcy Ribeiro se exerce como intelectual nos moldes daquilo que Michel Foucault definiu como “intelectual específico” (FOUCAULT, 2003, p. 8), a partir de seu “setor determinado” da etnologia, da observação direta de campo, conhecendo as condições de existência e as necessidades históricas e atuais dos diversos povos indígenas com os quais entrou em contato. Um antropólogo intelectual. A criação de um Museu do Índio, buscando a representação do índio “vivo” e contra o preconceito, traduz-se numa luta até então só levada a cabo publicamente na sociedade brasileira pelas mãos do Marechal Rondon, não por acaso o primeiro a oferecer um emprego como antropólogo ao recém-formado Darcy Ribeiro. Marechal Rondon, ele próprio filho de índia Bororo, e que participou da guarda de Floriano Peixoto, em 1889, no episódio da Proclamação da República, liderou a implantação da rede telegráfica no Brasil, atravessando milhares de quilômetros de terras indígenas. Em respeito aos inevitáveis encontros com as diversas etnias, Marechal Rondon tinha como lema “morrer se preciso, matar nunca” (RIBEIRO, 1986, p. 322). Na co-elaboração do Parque Indígena do Xingu e na posterior e decisiva intervenção junto ao presidente Getúlio Vargas para aprovar o projeto, Darcy Ribeiro se expôs publicamente, indo contra interesses políticos e empresariais

poderosos, gerando também um conflito com os burocratas e os antropólogos do SPI, numa luta por uma ação mais comprometida deles para com as vidas e o destino dos índios.

Nesse momento, com a repercussão e os desdobramentos dessas atuações, a dimensão da figura pública de Darcy Ribeiro se expande. Ao mesmo tempo em que começa a arcar no âmbito pessoal com as consequências de sua postura militante em relação às causas dos índios, ele passa também a obter reconhecimento de outros setores da sociedade e convites para atuar em novas áreas, como a Educação.

### *Intelectual político*

*É inusitado que um intelectual chegue a ser Ministro de Estado, mesmo porque eles geralmente vivem enclaustrados em seus mundinhos ideáticos e, sobretudo, porque os cargos ministeriais cabem quase sempre a políticos profissionais. No meu caso é ainda mais surpreendente por meu estilo desabrido e franco de debatedor apaixonado de ideias e por ser um homem de esquerda.*

*Lembro-me bem do mal-estar ou do sentimento de ambiguidade de vários dos meus colegas quando surgiu a notícia de minha nomeação. Para uns era a traição à carreira intelectual; para outros mais seria até uma adesão à ordem, uma renúncia ao esquerdismo. Na verdade, qualquer um deles teria aceito muito honrado o cargo, se tivesse a possibilidade de alcançá-lo. (RIBEIRO, 1990, p. 131).*

No ano de 1957, Darcy Ribeiro foi convidado por Anísio Teixeira para dirigir a Divisão de Estudos Sociais do CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), criado por Anísio Teixeira dentro do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Antes do Programa de Pesquisas Sócio-antropológicas ter sido executado – motivo inicial da ida de Darcy Ribeiro para o CBPE –, a sua atuação na área da Educação já havia ganho destaque ao lado de Anísio Teixeira em razão de ter participado ativamente de uma campanha nacional a favor do ensino público gratuito.

De acordo com Darcy Ribeiro, “Anísio trazia o ideal de uma escola pública democrática e, como pensada por [John] Dewey, destinada a abrir uma porta para que o povo brasileiro ingressasse na civilização moderna. Fundada numa cultura letrada” (RIBEIRO, 1997 p. 230). Tal visão reformadora de Anísio Teixeira encontrou como oponentes os representantes da Igreja Católica, principal instituição responsável pela educação no país desde a vinda dos Jesuítas ao Brasil no século XVI. Em 1958, por ocasião da elaboração do projeto da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (que só viria a ser criada de fato em 1961), era reencenada a disputa pela orientação que a lei deveria ter, retomando um debate interrompido por dez anos, mas trazido de volta com o fim do período chamado Estado Novo. De um lado, os *estatistas*, de orientação esquerdista, convictos de que a educação do indivíduo é papel preponderante do

Estado, e do outro lado, os legalistas, de direita, para quem a orientação educacional do sujeito deve estar na mão da família a partir de opções variadas oferecidas por instituições particulares.

Darcy Ribeiro relata que, após a publicação de dois textos de Anísio Teixeira (*Educação Progressiva* e *Educação não é privilégio*), houve uma grande reação da Igreja Católica através de revistas e livros por ela editados. Em *Confissões*, Darcy Ribeiro comenta a posição da Igreja na defesa da educação tradicional:

Pode parecer absurdo e até inacreditável que a Igreja, tida como a mãe da educação brasileira desde os primeiros dias da implantação dos portugueses em nossas praias, se lançasse tão frenética contra a única alternativa concreta apresentada ao sistema educacional precaríssimo que se tinha e se tem no Brasil. (RIBEIRO, 1997, p. 231).

Na verdade, o que era temido pela Igreja Católica, além da perda do poder de formar os indivíduos, era o fato de vir a desaparecer enquanto instituição com a hipótese da implantação do comunismo no país, para ela, ameaça representada pela frente de intelectuais esquerdistas, liderados por Anísio Teixeira, em prol da escola pública e gratuita.

Pressionado por representantes da Igreja, o então presidente Juscelino Kubitschek exige do Ministro da Educação a retirada de Anísio Teixeira da diretoria do INEP e sua mobilização para a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Darcy Ribeiro relata que, ao tomar conhecimento do acontecido, procura imediatamente Anísio Teixeira e consegue convencê-lo a lutar pelo cargo de volta, o que acontece após a iniciativa de Darcy Ribeiro de escrever, ele mesmo, um artigo em nome de Anísio Teixeira, publicado no dia seguinte com a exposição do embate. No artigo que Darcy Ribeiro redigiu para Anísio Teixeira, e que foi republicado por vários outros jornais, figuravam claramente as suas convicções a respeito da causa da educação brasileira naquele momento:

Sou contra:

*a educação elitista e antipopular;*  
*o analfabetismo da maioria dos brasileiros;*  
*a evasão e a repetência na escola;*  
*a falta de consciência dessa calamidade;*  
*o caráter enciclopédico e ostentatório do nosso ensino;*  
*o funil que só deixa cinco por mil dos alunos chegar à universidade;*  
*o esvaziamento do ensino superior;*  
*a multiplicação das escolas privadas e ruins.*

Sou a favor:

*de uma escola primária popular e séria;*

*da educação média formadora do povo brasileiro;  
do uso do recurso público nas escolas públicas;  
da educação para o desenvolvimento econômico e social;  
da educação fundada na consciência lúcida.* (RIBEIRO, 1997, p. 233).

Ao final do episódio da luta em favor da escola pública e gratuita, Darcy Ribeiro se tornaria o vice-diretor do INEP, obtendo um destaque ainda maior na área da Educação, ao ser encarregado da elaboração da Universidade de Brasília (UnB), intento para o qual arregimentaria um grande número de intelectuais brasileiros no desenvolvimento e na realização da ideia. Darcy Ribeiro recorda, ao final de sua vida, o quanto esse período da histórica política do país foi importante para a sua trajetória:

Foi na campanha por uma lei democrática para a educação e na luta para criar a Universidade de Brasília que comecei a me tornar visível no Brasil como educador. Aquela foi uma luta memorável, em que o melhor da intelectualidade lúcida e progressista se opunha à reação, comprometida com o privatismo, que condena o povo à ignorância. Nos dois campos os líderes mais atuantes eram o Anísio e seus colaboradores, eu inclusive, de um lado, e Carlos Lacerda e dom Helder Câmara, no campo oposto (RIBEIRO, 1997, p. 225).

Para Helena Bomeny, a década de 1950 foi o grande momento de modernização e de intervenção efetiva e inédita no campo da educação e da ação social em geral no país. Ela afirma que “foi ali que se teceu numa mesma rede social, um programa de trabalho envolvendo educadores e cientistas sociais” (BOMENY, 2001, p. 209). Na segunda metade dessa mesma década, dentro do programa para a criação de Brasília, estava a implantação da de sua universidade, cuja construção se constituiu num monumento à consolidação da pioneira intervenção no campo da educação brasileira.

Para o seu planejamento, haviam sido arregimentados, como descreve Darcy Ribeiro, “os principais intelectuais brasileiros”, pois para ele o objetivo não era simplesmente repetir o modelo de universidade já existente, “universidade-fruto”, mas uma instituição que “inovasse o ensino superior brasileiro” de então, uma “universidade-semente” (RIBEIRO, 1997, p. 236). Para Ribeiro, o trunfo maior da UnB foi ter sido o modelo que terminou por desencadear em todo o país um salutar questionamento da universidade brasileira.

Com o Golpe Militar em abril de 1964, cerca de duzentos e dez professores residentes, provenientes de diversos lugares e universidades do Brasil e do exterior, foram presos e compelidos a deixar os seus cargos ou deixar o país. Tal “diáspora”, ocorrida no “Dia da Vergonha”, como se referiu Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1995, p. 276), estagnou a Universidade de Brasília, esvaziando-a de seus propósitos originais. Esse episódio na UnB, em certo modo,

sumariza e simboliza o que aconteceria com a educação superior no período do governo militar, quando há a interrupção da renovação da universidade brasileira com o sequestro e a expulsão de sua intelectualidade então compromissada com ações sociais de alcance.

Com a implantação da Universidade de Brasília, no ano de 1961, no Governo de João Goulart, Darcy Ribeiro, que havia chefiado a Comissão para a sua elaboração, é nomeado como seu primeiro Reitor. No ano seguinte, a notoriedade que ganhara Darcy Ribeiro no campo para o qual fora levado por Anísio Teixeira culminará na sua nomeação como Ministro da Educação e Cultura. Uma das primeiras providências que ele tomou no cargo foi formular o documento de sanção presidencial da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo suas próprias palavras:

Melhorei um pouco a lei através de vetos, mas no fundamental continuou conservadora e ruim. Pudemos, entretanto, dar passos à frente, criando o Conselho Nacional de Educação, instituindo os fundos de investimento – um para o ensino primário, outro para o médio e o terceiro para o superior – e aprovado o primeiro Programa Nacional de Educação. (RIBEIRO, 1997, p. 234).

No ano seguinte, em 1963, Darcy Ribeiro é nomeado Chefe da Casa Civil do Governo João Goulart. Procurando seguir uma tendência reformista “daqueles anos de pós-Revolução Cubana” (RIBEIRO, 1990, p. 239), demonstrada já pelo presidente anterior, Juscelino Kubitschek, o governo de Goulart dispõe-se a promover reformas em pontos nevrálgicos da sociedade brasileira, como a estrutura (lati)fundiária e a dependência do capital estrangeiro.

Como Chefe da Casa Civil, coube a Darcy Ribeiro a função de coordenar as ações ministeriais para a execução principalmente da Reforma Agrária e a aprovação da Lei de Remessa de Lucros. A primeira “propunha inscrever na Constituição o princípio de que a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade” (RIBEIRO, 1990, p. 240). Já a segunda, que havia sido votada e aprovada pelo Congresso,

distingua nas propriedades pertencentes a estrangeiros dois componentes: o capital estrangeiro que era aquele ingressado no país a qualquer tempo e de qualquer forma, ao qual se assegurava o direito de retorno e de remessa de lucros de até 10% ao ano; o demais seria capital nacional pertencente a estrangeiros que teria que correr o destino dos capitais de brasileiros (RIBEIRO, 1990, p. 240).

Politicamente, o governo João Goulart terminou isolado num momento crítico e importante da política nacional, apesar da boa representatividade no Congresso e do relativo prestígio popular. Se, por um lado, a esquerda rejeitava as reformas em curso por não estarem

de acordo com os modelos soviéticos para a revolução, que deveria partir do proletariado para ter autenticidade, por outro, a direita brasileira via-se (e se fazia acreditar) ameaçada pela hipotética possibilidade, àquela altura, da implantação de um regime comunista no país. Recordando décadas depois a gravidade daquele momento, Darcy Ribeiro escreveu em suas *Confissões*:

Duas questões fundamentais foram colocadas pela História diante do Brasil naquela conjuntura. Impor disciplina ao capital estrangeiro para que cruzeiros não produzissem dólares, o que nos estava levando à falência. A questão agrária, que, não resolvida, pressionava um imenso êxodo rural que só se explicava pelo monopólio da terra (RIBEIRO, 1997, p. 320).

No último mês do governo de João Goulart, Darcy Ribeiro foi encarregado de elaborar a Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964, dois dias após o Comício da Central do Brasil. Na Mensagem, constam principalmente as projeções feitas por aquele governo ainda em curso em relação às suas ações futuras, dentre elas, a proposta para a reforma agrária, expressamente colocada no texto, como uma necessidade que exigia mudanças na legislação:

(...) Assim é que submeto à apreciação de vossas excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para a consecução da reforma agrária:  
 A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade;  
 Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar:  
 a) todas as propriedades não exploradas;  
 b) as parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem metade da área total;  
 A produção de gêneros alimentícios para o mercado interno tem prioridade sobre qualquer outro emprego da terra e é obrigatória em todas as propriedades agrícolas ou pastoris, diretamente pelo proprietário ou mediante arrendamento (...) (RIBEIRO, 1997, p. 342).

Embora o Comício da Central do Brasil e a Mensagem Presidencial, em março de 1964, tenham representado a confirmação de algumas das desconfianças da direita brasileira e dos interesses empresariais e agro-pastoris (eventos que fomentaram o pretexto justificatório de uma ação oposicionista mais direta, culminando no golpe militar semanas depois), tais discursos, de acordo com Ribeiro, buscavam o fortalecimento da imagem do governo perante a opinião pública, procurando fortalecer a confiança e o apoio necessários naquele momento de instabilidade na política e de incerteza na economia. No primeiro dia de abril do mesmo



ano, um golpe depõe o presidente João Goulart, que se exila no Uruguai, para onde também segue Darcy Ribeiro.<sup>3</sup>

### *Intelectual escritor*

*A opção de ficar na América Latina, recusando as oportunidades de ir para Paris ou Roma, foi a decisão mais sábia que fiz na minha vida. Ela me possibilitou a reconstrução de mim mesmo como intelectual.* (RIBEIRO, 1990, p. 136).

Aos quarenta e dois anos de idade, o já experiente antropólogo de campo com atuações destacadas na educação e na política brasileiras, se vê, pela primeira vez em sua vida, impedido de exercer *in loco* as suas funções. Contudo, como o próprio Darcy Ribeiro salientou em suas memórias, ele provavelmente foi um dos poucos exilados que tiveram a sua dor abrandada pela oferta imediata de emprego com cargo e condições equivalentes às que ele possuía em sua terra natal, de onde fora exilado (RIBEIRO, 1990, p. 136-137). Em seu último livro, *Confissões*, no capítulo “Uruguai”, Darcy Ribeiro comenta a situação:

Para mim o exílio foi ruim, mas suportável. Na primeira semana, fui visitado pelo reitor Mario Cassinone no hotel. Ele reclamou que eu não me apresentasse logo. Afinal, eu era gente da Universidad de la Republica. Nomeou-me imediatamente professor de Antropologia, depois encarregou-me de presidir o seminário de reformas da universidade. O seminário foi a tarefa mais gratificante que tive. Já funcionou sob a regência do reitor Maggeolo, porque Cassinone tinha morrido. Eu o organizei com base na estrutura da Universidade de Brasília, dividindo os 45 professores e estudantes avançados que dele participaram em três grupos: ciências básicas e humanidades, faculdade de tecnologia aplicada, órgãos complementares. (RIBEIRO, 1997, p. 367).

Dois anos após ter deixado a reitoria da Universidade de Brasília para se tornar Ministro da Educação do governo brasileiro, fechando um ciclo de atuações na área da educação iniciado em 1957, ao lado de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro retoma aquela antiga função, pondo em prática um modelo de reforma universitária que será seguido por outros países latino-americanos e africanos para os quais foi sendo convidado a atuar. Da mesma maneira, a produção bibliográfica de Darcy Ribeiro também é reativada. O seu último livro publicado ainda no Brasil havia sido *A política indigenista brasileira* (RIBEIRO, 1962) que, a despeito de ter sido escrito por alguém ocupando o cargo de Ministro da Educação, se tratou de uma

<sup>3</sup> Uma publicação recente que se destaca pela riqueza de detalhes nos bastidores do governo que sofreu violentamente com o Golpe – e que é originária de um segmento pouco ouvido sobre o episódio do Golpe de 1964 no Brasil: os relatos memorialistas e autobiográficos dos militares que não apoiaram o evento – vem a ser o livro *O Golpe Civil e Militar: 40 anos depois* (Rio de Janeiro: Oficina do Livro, 2004), do ex-capitão do Regimento Presidencial do Presidente João Goulart, o ex-capitão de Cavalaria do Exército e Doutor em Literatura Ivan Cavalcanti Proença, cassado, preso e sem direito a anistia.

dura denúncia da falência dos órgãos competentes em gerir e proteger os direitos dos povos indígenas em território brasileiro.

A inevitabilidade da distância imposta pelo exílio equivaleu-se à inevitabilidade do ato de escrever para Darcy Ribeiro. No momento em que só havia uma única possibilidade de atuação para o intelectual, tal possibilidade foi por ele abraçada durante todos os anos em que esteve exilado. Fiel às razões que o puseram em tal situação, Darcy Ribeiro não abriu mão de continuar a exercer o papel que havia abraçado desde o início da carreira de antropólogo de campo. Em sua trajetória até então, ele havia adotado, por completo, a função de intelectual, o que para Edward Said virá a significar

alguém cuja função é levantar questões embaraçosas em público, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los), ser alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os assuntos que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. (SAID, 2000, p. 28).

Atuando como antropólogo teórico, Darcy Ribeiro continuou, ao seu modo, sendo o “embaraçoso” contraponto à política integracionista e assimilacionista dos grupos estrangeiros e nacionais interessados na exploração de vastas áreas da floresta amazônica, algo já iniciado nos últimos anos no Brasil e ampliado em suas sucessivas andanças por países sul-americanos. Para Adelia Miglievich, “foi no Uruguai que [Darcy Ribeiro] se declarou latino-americano e escreveu *O processo civilizatório*” (MIGLIEVICH RIBEIRO, 2011, p. 156). As consequências e os desdobramentos dessa iniciativa irão perdurar por todo o resto da trajetória de Darcy Ribeiro.

Darcy Ribeiro desenvolve o mais importante dos seus esquemas conceituais, a *transfiguração étnica*<sup>4</sup>, em sua série de Estudos de Antropologia da Civilização. Nessa ocasião, ele tem o intuito imediato de compor estudos que não se atenham somente ao âmbito acadêmico e que possam ter, diríamos, com Edward Said, “grande difusão para além da academia”, pois “ser um intelectual, não é de forma alguma incompatível com a condição de acadêmico ou de pianista.” (SAID, 2000, p. 68).

Ao observar a atuação de Darcy Ribeiro, a antropóloga americana Betty J. Meggers, no prólogo à edição norte-americana de *O processo civilizatório*, de Darcy Ribeiro, (livro de

<sup>4</sup> Segundo Darcy Ribeiro, a *transfiguração étnica* refere-se ao “processo através do qual os povos, enquanto entidades culturais, nascem, se transformam e morrem.” (RIBEIRO, 1995, p. 257), por meio de quatro instâncias básicas de transfiguração: a biótica, como as epidemias trazidas pelos estrangeiros às populações indígenas; a ecológica, como a introdução tanto do homem estrangeiro quanto de animais na disputa com o nativo pelo seu habitat; a econômica, como a conversão de uma população em condição de existência material de outra, afetando fatalmente os seus modos de existir, como foi a escravidão no passado; e a psicológica, que trata da impossibilidade de um povo continuar a viver sem seus valores e costumes básicos, enfim, da negação do modelo de vida que lhes restou, pela quebra do seu ethos (RIBEIRO, 1995, p. 257).

1968, publicado pelo Smithsonian Institute de Washington antes da publicação brasileira do mesmo texto), salienta que

Esta multiplicidade de experiências proporcionou a Darcy Ribeiro uma oportunidade única de observar o funcionamento da cultura sob as mais diversas condições: conviveu com grupos indígenas no seu estágio mais primitivo; e participou do governo de uma das maiores nações modernas. A par disso, estudou comunidades humanas que experimentavam desde um processo de aculturação da condição mais primitiva à integração em uma nação moderna, até a ascensão de sociedades nacionais da condição agrária à industrial. (RIBEIRO, 1991, p. 19).

Para o crítico Antonio Candido (na contracapa de *O povo brasileiro* - edição de 1995),

Darcy Ribeiro é um dos maiores intelectuais que o Brasil já teve. Não apenas pela alta qualidade do seu trabalho e da sua produção de antropólogo, de educador e de escritor, mas também pela incrível capacidade de viver muitas vidas numa só, enquanto a maioria de nós mal consegue viver uma. (RIBEIRO, 1995, p. 482).

É emblemática (e sintomática) a adoção, nas publicações de Darcy Ribeiro, dos depoimentos de figuras eminentes das Letras brasileiras e da Antropologia internacional, como Antonio Candido e Betty Meggers, respectivamente. Os dois são citados como referências imprescindíveis das Ciências Sociais por Darcy Ribeiro em prefácios de dois livros de sua extensa série de *Estudos de antropologia da civilização*<sup>5</sup>. Para a revisão dos dados e a tradução de *O processo civilizatório* para a língua inglesa, Darcy Ribeiro teve a colaboração da arqueóloga Betty Meggers, para ele “o mais importante arqueólogo que eu conheço (*sic*)” (RIBEIRO, 1991, p. 21). Da mesma forma, no prefácio de *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*, de 1968, Darcy Ribeiro já ressaltava a importância de determinados “estudos sociais com contribuições de realce para o estudo da cultura brasileira”, dentre eles, os “de feição acadêmica” escritos por “sociólogos” como Antonio Candido de Mello e Souza, como *Formação da literatura brasileira* (RIBEIRO, 1993, p. 14).

Nesse sentido, para a consecução do livro *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*, seu primeiro esforço antropológico voltado especificamente para a interpretação sistemática da formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro arregimentou um extenso número de textos e

---

<sup>5</sup>Série de cinco livros publicados entre 1968 e 1971, que compreende *O processo civilizatório*; *As Américas e a civilização*; *O dilema da América Latina*; *Os brasileiros* (I - Teoria do Brasil); e *Os índios e a civilização*. A série foi completada com o derradeiro livro *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, em 1995, cuja ideia de execução, segundo Darcy Ribeiro, levou-o a escrever todos os anteriores. Ainda segundo o próprio Darcy Ribeiro, tal coleção é um esforço no sentido de reinterpretar e reescrever os processos de formação dos povos, em especial os das Américas, sob um prisma não-eurocêntrico. Originalmente surgida em 1964, durante os momentos iniciais de seu primeiro exílio no Uruguai, a motivação alegada por Darcy Ribeiro para a escrita de *O povo brasileiro* (e, por extensão, de toda a série de estudos) foi a questão: “por que o Brasil ainda não deu certo?”

publicações de diversas áreas do saber. Em referência a essa sua experiência em meio a tantos outros esforços anteriores, ele relata:

Muitos metros cúbicos de livros e artigos tentam entender o Brasil do passado e do presente. Indagam, essencialmente, por que uma nação tão populosa – a maior das latinas e a segunda maior do Ocidente – e das mais ricas em recursos naturais permanece subdesenvolvida e só é capaz de promover uma prosperidade de minorias, não generalizáveis ao grosso da população. Àqueles estudos se junta o presente que tem em comum com todos eles esta mesma atitude indagativa; e com alguns deles, a postura participante de quem quer influir no seu destino. Difere de todos, porém, pelas circunstâncias em que foi elaborado (...) (RIBEIRO, 1993, p. 9).

As circunstâncias a que ele se refere dizem respeito ao exílio iniciado em 1964 no Uruguai. Mais adiante, no mesmo prefácio de *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*, Darcy Ribeiro faz questão de enumerar rigorosamente, um a um, todos os itens que compuseram a bibliografia de consulta para o seu livro:

A principal fonte do presente estudo é a vasta bibliografia de interpretação ensaística, histórica, sociológica, econômica e antropológica do Brasil. Dentro desta bibliografia apelamos, principalmente, para os esforços daqueles que buscaram criar – mais desajustados e desamparados pela metodologia científica e filosófica do seu tempo – **uma antropologia do povo brasileiro**. (RIBEIRO, 1993, p. 11). [grifo meu].

A enumeração extensa e detalhada de autores e textos – não raro acompanhada de uma crítica exaltando os pontos favoráveis de cada escritor e deplorando abertamente aspectos por ele considerados negativos – pode ser lida como um posicionamento intelectual de grande visibilidade para a época (no prefácio de um livro feito para e lido por uma classe de intelectuais, mais do que para um público leitor comum, em um momento em que o teor da publicação tem grande relevância política). Uma exposição de uma postura também ideológica a partir das escolhas feitas, com o objetivo de angariar adesões às causas em questão, numa época em que as possibilidades de comunicação estavam restritas devido à circunstância política. Darcy Ribeiro, em sua condição de intelectual exilado, se favorece da condição temporária de *outsider* para participar de alguma forma do esforço de reordenação política no Brasil através da sua escrita.

Ainda no mesmo prefácio de *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*, de 1968, Darcy Ribeiro anuncia e lista os autores que “contribuíram para esta **antropologia**, de forma relevante” (grifo meu). Desde os “pioneiros” Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, passando por Oliveira Vianna, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Josué de Castro e

Sérgio Buarque de Hollanda, dentre outros expoentes mais recentes das Ciências Sociais, como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, e outros de vários períodos, detalhadamente comentados, até chegar a uma outra listagem, não menos extensa e, em certos termos, inusitada para o que prescreveria, nas palavras do próprio Darcy Ribeiro, a “cautela acadêmica”, quando afirma:

E, sobretudo, as criações literárias. Elas nos dão, na forma de romances, amplos painéis das condições de existência do povo e profundas percepções do espírito brasileiro, **incomparavelmente melhores e mais agudas que toda a produção científica e ensaística**. Para confirmá-lo basta recordar *Macunaíma*, de Mário de Andrade; *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos; *Fogo Morto*, de José Lins do Rego; *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado; *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa; *Quarup*, de Antônio Callado; *O Coronel e o Lobisomem*, de José Cândido de Carvalho e *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo. (RIBEIRO, 1993, p. 14). [grifo meu].

Ainda no campo das “criações literárias”, Darcy Ribeiro faz referência também a Gregório de Mattos, “o boca-do-inferno que, na Bahia dos seiscentos, construiu sua visão de brasileiro, tanto para ver e apreciar o mundo novo que surgia, como para apontar e rir gostosamente dos reinós” e a Antonio Vieira, “o jesuíta baiano que expressou, no melhor estilo alcançado pela língua, os protestos mais veementes contra o extermínio que a colonização impunha às populações indígenas” (RIBEIRO, 1993, p. 12).

Esse elogio a uma eficácia maior do discurso literário frente ao discurso científico e ensaístico ecoará, portanto, em outras oportunidades quando Darcy Ribeiro, apoiado pela mesma crença empregada desde a consecução de *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*, exaltará a “experiência de romancista” como um exercício mais eficaz para a elaboração de uma “antropologia do povo brasileiro”, dos quais, para Ribeiro, são exemplos produções como as de Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, tão fundamentais quanto a bibliografia tradicional da área em questão.

Anos depois, acreditando nas consequências e nos efeitos de leitura que o trânsito de discursos entre diferentes registros poderia ocasionar, ao final do capítulo 14 de *Confissões*, “Romances”, Darcy Ribeiro dá um depoimento exemplar:

A experiência de romancista é a das mais fortes em minha vida. Criar personagens e fazê-los viver seus destinos, amando seus amores, sofrendo suas dores, é pelo menos comovente. Melhor ainda é o sentimento de que se vai penetrar na intimidade do leitor, invadir sua alma, irisar seu corpo, porque se ele não se abre para o romance também não goza, fazendo-o sentir, por verdades carnis, minhas fantasias.

Essas qualidades supremas de reconstituição da vida, de comunicação sentida de ideias, de emoções, no romance, se alcançam com uma verdade mais funda e real que nos textos científicos. Se alcança, por igual, um reconhecimento que os ensaios, por exitosos que sejam, não nos dão. (RIBEIRO, 1997, p. 516).

Além de *Maíra*, Darcy Ribeiro viveu a “experiência de romancista” ainda por mais três oportunidades. Escreveu e lançou *O mulo*, em 1981, *Utopia selvagem: saudades da inocência perdida, uma fábula*, em 1982, e *Migo*, em 1988. Enquanto *Maíra* pode ser lido como uma reescrita denunciadora da experiência histórica e contemporânea dos povos indígenas frente ao invasor português e à sociedade nacional brasileira, chegando a apropriar-se textualmente de ensaios seus e de sua teoria antropológica da *transfiguração étnica*, o romance *Utopia selvagem* faz o mesmo, através de textos com a sua visão da formação dos povos americanos (CARIA FILHO, 2005, p. 90). Portanto, grosso modo, pode-se afirmar que os dois romances em questão compendiam, salvaguardam e dramatizam as mais significativas concepções e teorizações antropológicas desenvolvidas por Darcy Ribeiro. Tal prática intertextual, como será demonstrado, não se limitará a questões antropológicas, estendendo-se a textos de aspecto autobiográfico.

Em “As unidades do discurso”, de *A arqueologia do saber*, Michel Foucault (1997) se propõe a abordar os discursos num nível anterior à constituição das unidades sob as quais eles foram reunidos. Segundo Michel Foucault, é necessário deixar em suspenso unidades de discurso como, por exemplo, as de “livro” e de “obra” e, com isso, “restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento”. Para tanto, ele lembra que é preciso evitar “todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade”, tais como as de tradição, influência, evolução, mentalidade e espírito de época (FOUCAULT, 1997, p. 23). Afirma Michel Foucault que

(...) uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. (...) antes de se ocupar, com toda a certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. (FOUCAULT, 1997, p. 30).

A partir dessa perspectiva, o presente trabalho pretende manter em suspenso as distinções que opõem *unidades* como romances, ensaios antropológicos e relatos autobiográficos de Darcy Ribeiro, além de considerar outros enunciados escritos, gravados e transcritos, que usualmente não são considerados como integrantes da “obra”.

Nesse sentido, se, por um lado, a recorrente referência elogiosa ao discurso literário frente ao discurso científico feita por Darcy Ribeiro, enquanto romancista, denota uma forte crença no papel hegemônico da literatura enquanto discurso, papel esse que é deslocado já a partir das últimas décadas do século passado, por outro lado, a sua prática interdisciplinar, enquanto leitor, e pesquisador, não parece advogar tão ferrenhamente a primazia de nenhuma forma discursiva em relação à outra, como demonstra a variedade de publicações lançadas por ele até o final da vida. Tal prática traduz, portanto, a escolha de uma posição crítica em relação ao lugar das vozes minoritárias frente às grandes narrativas hegemônicas.

Com uma abordagem não hierarquizante de variadas modalidades discursivas em jogo, Darcy Ribeiro demonstrou uma sintonia com a efervescência teórica do final dos anos 1960, em relação a temas como o questionamento da *história* enquanto discurso unitário e exclusivamente europeu. Referindo-se ao advento da reinterpretação dos processos civilizatórios ocorridos no mundo, em especial nas Américas, Darcy Ribeiro afirma em *O processo civilizatório* que a perspectiva alcançada pelos “estudos sobre as causas da desigualdade de desenvolvimento dos povos americanos” lhe possibilitou “criticar o eurocentrismo das teorias correntes sobre a evolução cultural” (RIBEIRO, 1991, p. 8).

Num trabalho anterior de dissertação de mestrado<sup>6</sup>, procurou-se mostrar como a discussão da causa dos povos indígenas no território brasileiro por Darcy Ribeiro pautou-se por uma crítica à noção de assimilação pacífica dos povos indígenas pela sociedade nacional:

Para Darcy Ribeiro, criticar a ideia de que os povos indígenas foram “assimilados”, abdicando de suas identificações étnicas numa maneira natural e pacífica para tornarem-se brasileiros, é questionar diretamente as bases da ideia de identidade nacional, tal como concebida pelas mais difundidas narrativas de fundação da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, abalar as formas tradicionais de pensar os povos indígenas é uma das principais estratégias para repensar a identidade brasileira. (CARIA FILHO, 2005, p. 13).

Tal ideia de assimilação pacífica dos povos indígenas, criticada amplamente por Darcy Ribeiro no romance *Maíra*, é parte central da grande narrativa de identidade nacional brasileira, exemplificada pelo icônico romance *Iracema*, de José de Alencar, de 1865, e perpetuada até os dias de hoje, como se pode depreender da sintomática ordem de comemorações dos quinhentos anos do chamado descobrimento português do território do Brasil, realizadas em 2000.

---

<sup>6</sup> CARIA FILHO, Arthur Orlando Mendes. *Entre Maíra e a Utopia Selvagem: intertextualidades em Darcy Ribeiro*. Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Eneida Leal Cunha. Defendida em Abril de 2005. Universidade Federal da Bahia – UFBA.

No ano de 1974, após um década vivida no exílio e durante um ciclo de conferências sobre reforma universitária em Portugal, Darcy Ribeiro é diagnosticado com câncer de pulmão aos cinquenta e dois anos. Após voltar para Lima (no Peru), onde residia, consegue autorização do governo militar brasileiro para ser operado no Brasil. Depois da cirurgia bem sucedida, Darcy Ribeiro é novamente forçado a deixar o país para mais um exílio que dura dois anos. De volta ao país, em 1976, ele lança o romance *Maíra*, que traz pronto do exílio. Dentre outras coisas, o primeiro romance de Darcy Ribeiro marca o início de uma convivência atribulada com um classe de intelectuais antropólogos que, segundo o próprio, “vicejaram debaixo do arbítrio” (RIBEIRO, 1990, p. 287). Marca igualmente a inauguração de uma postura de escrita que contemplará as mesmas temáticas trabalhadas pelo intelectual antropólogo, pelo intelectual escritor e pelo político intelectual que volta a ser, a partir de 1982, como vice-governador do estado do Rio de Janeiro, ao lado de Leonel Brizola, e como Senador da República, até o final de sua vida. Mesmo de posse de antigas funções de político, professor e antropólogo, Darcy Ribeiro não abrirá mão da função de escritor.

Ao acompanharmos a atuação de Darcy Ribeiro diante da postura omissa da antropologia brasileira para com os índios, quando do seu retorno ao Brasil após doze anos de exílio, percebemos que, na sua retomada da luta em favor dos interesses dos povos indígenas na segunda metade da década de 70, dois eventos inter-relacionados irão se destacar: o lançamento do romance *Maíra* e uma entrevista concedida por Darcy Ribeiro à revista *Encontros com a civilização brasileira*. Através das “peles” do romancista e do antropólogo, o intelectual deflagra guerra à neutralidade dos seus colegas de profissão. A entrevista versa sobre o momento delicado pelo qual passavam vários povos indígenas no Brasil, tendo ameaçada a sua integridade enquanto entidades autônomas.

Na conversa com Edilson Martins, publicada sob o título de *Antropologia ou a Teoria do bombardeio de Berlim*, em 1979, é tornado público um conflito até então velado entre Darcy Ribeiro e alguns dos antropólogos da geração seguinte à sua. Durante a entrevista, Darcy Ribeiro cobra uma atitude mais responsável da antropologia brasileira em face das condições precárias de existência dos povos indígenas naquele momento. Darcy Ribeiro afirma: “um médico é alguém que deve se interessar pelo doente. Um antropólogo, cuja profissão é estudar povos, tem deveres éticos para com os povos que ele estuda” (RIBEIRO, 1979, p. 95). Ele faz uma dura crítica à indiferença em relação ao índio por parte do antropólogo que, segundo ele, “tira do índio o que é necessário para fazer suas tesezinhas doutorais, para fazer sua carreirinha universitária, mas não quer saber do índio, senão para manipulá-lo em favor próprio” (RIBEIRO, 1979, p. 94).



No meio da entrevista, Darcy Ribeiro não só continua a criticar a antropologia praticada naquele período, como termina por compor um panorama da situação dos povos indígenas do Brasil naquela época:

O objetivismo cientificista é tão burro para com o índio, é como se alguém decidisse estudar em 1945, a forma da família alemã e a moral alemã em Berlim. Em Berlim, em 1945, debaixo das bombas, destruída dia e noite, não havendo condição nenhuma de se estudar a forma nem a moral da família alemã. Debaixo daqueles bombardeios não havia instituição social, ou nenhuma moral, que se pudesse manter. Os índios brasileiros estão vivendo como quem se encontra debaixo de um bombardeio. Bombardeio tremendo, de ameaças de toda a sorte. (RIBEIRO, 1979, p. 95).

A repercussão pública dessa entrevista foi um evento marcante para a antropologia brasileira da época. Além de tudo, foram discutidos e combatidos pontos de vistas diferentes a respeito do papel que o intelectual, na pele do antropólogo, deveria representar naquele momento. (CARIA FILHO, 2005, p. 51).

Na mesma linha combativa da entrevista, a publicação do romance *Maíra*, em 1976, teria dado início ao conflito com os colegas antropólogos. Segundo Mariza Corrêa,

(...) alguns anos antes da entrevista que concedeu a Edilson Martins, Darcy havia feito outra provocação aos antropólogos que, entretanto, não acusaram o golpe publicamente. No romance *Maíra* (...), Darcy regala-se dando a seus personagens nomes de antropólogos e políticos conhecidos. (CORRÊA, apud GUARDINI, 2000, p. 208-209).

Dentre os nomes usados por Darcy Ribeiro nessa faceta *roman à clef* de *Maíra*, estão, por exemplo, os do antropólogo Roberto DaMatta e de sua esposa Celeste, com os quais Darcy Ribeiro compôs o nome do personagem Augusto da Matta Celeste, Diretor da FUNAI no romance. É importante notar que Ribeiro utiliza os nomes do antropólogo DaMatta e de sua esposa para compor o nome do diretor de um órgão federal, que, naquela época, vivia o pior dos seus momentos, omissos e inoperante frente à política indigenista do governo brasileiro. Tal dado é encontrado no capítulo de nome “Os brabos” e tem a forma de um ofício, enviado no dia 19 de abril de 1975, data em que se comemora o Dia do Índio:

*Posto Indígena Eduardo Enéas, 19 de abril de 1975.*

*Excelentíssimo Senhor Coronel  
AUGUSTO DA MATTa CELESTE*

*DD. Diretor da Fundação Nacional do Índio*

*Senhor diretor,*

*Cumpro o dever funcional de comunicar a V. Exa., através deste ofício-reservado, um acontecimento infausto que acaba de ocorrer na zona sob minha jurisdição, em área contígua a este Posto Indígena Eduardo Enéas, dos índios mairuns, do rio Iparanã.[...] (RIBEIRO, 1983, p. 380).*

Roberto DaMatta, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro na época, julgando-se o principal alvo das afirmações de Darcy Ribeiro a Edilson Martins, concede também uma entrevista à mesma revista, em caráter de réplica, buscando responder pontualmente a todas as colocações de Ribeiro. Do seu regresso ao Brasil em 1976 até o final dessa mesma década, Darcy Ribeiro intensifica o questionamento do discurso assimilacionista, reforçado ainda mais pela política de expansão pastoril na Amazônia durante os governos militares, continuando com a dura crítica à postura omissa da antropologia brasileira perante as ameaças de extinção completa dos povos indígenas.

Está presente em *Maíra*, mais do que em outro romance de Darcy Ribeiro, um ímpeto denunciador e revolucionário do intelectual banido de seu país, alguém que se arriscou com as ferramentas ao seu alcance, transfigurando-se sucessivamente em representações tão necessárias quanto possíveis para comunicar os seus pontos de vista, pois o intelectual tem a faculdade de “representar, corporizar, articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude”, ele tem “vocação para a arte de representar, quer se trate de falar, escrever, ensinar, ou aparecer na televisão” (SAID, 2000, p. 29).

A postura militante que adotou na antropologia desde o início de sua carreira definiu e predispôs Darcy Ribeiro a exercer-se como intelectual e político. Primeiramente como antropólogo de campo, as suas interven es para além do mero ofício da etnologia e do registro acadêmico o tornam conhecido e lhe dão notoriedade em meio   intelectualidade brasileira dos anos de 1950, ao mesmo tempo que o isolam e o afastam do Serviço de Prote o ao  ndio. Acionado novamente para atuar em um terreno então inexplorado, a sua aventura na Educa o extrapola os limites da subchefia do CBPE com Anísio Teixeira, levando-o uma exposi o ainda maior numa batalha pública em favor da gratuidade do ensino e da corre o de um problema crucial do povo brasileiro. Tal causa nunca mais abandonaria Darcy Ribeiro que, após ficar responsável pela idealiza o da Universidade de Brasília, em seguida ao embate vitorioso pela predominância do ensino público e gratuito no Brasil,   chamado para ser Ministro da Educa o do Governo João Goulart, em 1962. Dentro do mesmo quadro político vigente, Darcy Ribeiro   mais uma vez acionado para atuar em uma

outra área ainda inexplorada, a Chefia da Casa Civil, da qual iria coordenar todos os outros ministérios, funcionando, como se diz no jargão político, como um *braço direito* do presidente da república. Também nessa nova área, Darcy Ribeiro é levado além de suas funções, ficando encarregado de empreender e coordenar reformas que até então nenhum outro governo havia proposto fazer.

Se a postura de Darcy Ribeiro nas áreas em que atuou o predispôs inevitavelmente à política, a sua trajetória intelectual através de cada uma delas parece tê-lo ensinado a forçar limites, a utilizar ao máximo as ferramentas à mão e mesmo a produzi-las quando elas não existiam. *Os Estudos de antropologia da civilização* e o romance *Maíra* são dois exemplos de excedentes não cogitados pelo mesmo Darcy Ribeiro que chegava ao exílio uruguaio anos antes. No entanto, eles terminam por se constituir em dois dos pilares que fundamentam e, ao mesmo tempo, projetam o pensamento e as ações do intelectual que volta, em definitivo, do exílio, retomando a carreira política interrompida e prosseguindo com a função de escritor, por mais vinte e um anos que ainda viveria, sem nunca abrir mão do memorialismo e da autobiografia que caracterizou a geração de romancistas da qual fez parte em sua estreia literária, mesclando-os, desde então, a grande parte dos seus escritos. O espaço autobiográfico, na produção de Darcy Ribeiro, é consequência imediata dessa determinação de forçar limites e ultrapassar barreiras de tempo e fronteiras textuais.

**E(r)gosum**

## Véspera

Em *Prosa literária atual no Brasil*, ao comentar a “safra” de romances brasileiros do período que vai de meados dos anos 70 a meados dos 80 do século passado, Silviano Santiago primeiramente observa a disparidade formal entre eles, o que para o crítico vem a ser um traço salutar dos “momentos de transição literária” (1984, p. 33). Analisando, dentre outros romances, o livro *Maíra*, de Darcy Ribeiro, Silviano Santiago aponta o fato de que o não estranhamento à anarquia da forma possibilitou o reconhecimento de pontos em comum nas obras publicadas:

Se existe um ponto de acordo entre a maioria de nossos prosadores de hoje, este é a tendência ao memorialismo (história de um clã) ou à autobiografia, tendo ambos como fim a conscientização política do leitor (SANTIAGO, 1984, p. 35).

O crítico observa, no entanto, que tal tendência não é algo inusitado na literatura brasileira, tendo sido explorada durante a sua chamada fase modernista. Exemplos disso seriam as autobiografias tardias de José Lins do Rego e de Oswald de Andrade. Segundo Silviano Santiago,

se José Lins do Rego não tivesse escrito no final da vida *Meus Verdes Anos*, não teríamos certeza de que a “ficção” de *Menino de Engenho* era tão autobiográfica. O mesmo para Oswald de Andrade com o tardio *Sob as ordens de mamãe* (SANTIAGO, 1984, p. 35).

O raciocínio de Santiago condiciona o reconhecimento do teor autobiográfico da ficção dos autores mencionados à leitura de suas respectivas autobiografias. Tal relação que o autor de *Em liberdade* estabelece harmoniza-se com a noção de *espaço autobiográfico* de Philippe Lejeune (2008, p. 43). Nesse sentido, a partir do ponto de vista de um leitor de ambos os domínios discursivos de um dado escritor (romance e autobiografia), estabelecer-se-ia a constituição de um estoque cruzado de referências e informações que só existirá a partir desse embate. Um efeito de leitura que transcenderá a cogitação do que seria ou não mais *verdadeiro* no romance ou na autobiografia de determinado autor, para a conquista da sensação de sentido pelo leitor, franqueada pelas relações intertextuais percebidas e estabelecidas na leitura conjunta.

Principal referência no estudo sistemático da *autobiografia* nas últimas quatro décadas, Philippe Lejeune, já em *O pacto autobiográfico*, de 1975, atesta a “dificuldade teórica” de

buscar uma definição para o termo *autobiografia*, procurando primeiramente se situar “como um leitor contemporâneo que tenta achar uma ordem em uma massa de textos 'publicados', cujo tema comum é contar a vida de alguém” (LEJEUNE, 2008, p. 13). Philippe Lejeune, que, ao longo dos anos, tem revisto e reelaborado a definição de *autobiografia* e os critérios para a sua classificação, estabeleceu inicialmente a imprescindibilidade da relação de identidade entre o *autor*, o *narrador* e o *personagem* para que possa existir a *autobiografia* que, segundo ele em sua primeira definição (mais tarde revista em dois textos subsequentes e homônimos), deveria tratar-se de uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular, a história da sua individualidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14).

Por outro lado, no que diz respeito à dificuldade em traçar uma definição para a *autobiografia*, Paul De Man assevera que

empírica e teoricamente, a autobiografia pouco se presta a uma definição de gênero; cada instância específica parece imiscuir-se nos gêneros vizinhos ou mesmo incompatíveis e, talvez o mais revelador de todos, nas discussões sobre gênero – as quais podem ter um poderoso valor heurístico no caso da tragédia ou do romance – continuam lamentavelmente estéril quando o que se está em jogo é a autobiografia (DE MAN, 1979, p. 920).<sup>7</sup>

Para Paul de Man, tanto os escritores de autobiografias quanto seus teóricos/críticos parecem estar “obcecados com a necessidade de passar da cognição à resolução e à ação, da autoridade especulativa para a autoridade política e legal” (DE MAN, 1979, p. 922)<sup>8</sup>. Paul de Man critica, por exemplo, a maneira como, segundo ele, Philippe Lejeune conduzia a abordagem do que venha a ser *autobiografia* através do que ele chama de “insistência teimosa” em que “a identidade da autobiografia não é somente representacional e cognitiva, mas contratual, fundada não em tropos, mas em atos de discurso” (DE MAN, 1979, p. 922)<sup>9</sup>. Paul de Man, portanto, assevera que a *autobiografia* “não é um gênero ou um modo, mas uma figura de leitura ou de entendimento que ocorre, até determinado grau, em todos os textos” (DE MAN, 1979, p. 921).<sup>10</sup>

<sup>7</sup> “Empirically as well as theoretically, autobiography lends itself poorly to generic definition; each specific instance seems to shade off into neighboring or even incompatible genres and, perhaps more revealing of all, generic discussions, which can have such powerful heuristic value in the case of tragedy or of the novel, remain distressingly sterile when autobiography is at stake” [Tradução minha] (DE MAN, Paul. *Autobiography as De-facement*. Maryland: Johns Hopkins, 1979, p. 920).

<sup>8</sup> “(...) obsessed by the need to move from cognition to resolution and to action, from speculative to political and legal authority” [Tradução minha] (DE MAN, 1979, p. 922).

<sup>9</sup> “(...) the identity of autobiography is not only representational and cognitive but contractual, grounded not in tropes but in speech acts” [Tradução minha] (DE MAN, 1979, p. 922).

<sup>10</sup> “(...) is not a genre or a mode, but a figure of reading or of understanding that occurs, to some degree, in all texts” [Tradução minha] (DE MAN, 1979, p. 922).

Em *Je est un autre*, de 1980, livro seguinte a *O pacto autobiográfico*, Philippe Lejeune continua a refletir sobre o tema em questão, desenvolvendo a noção de *espaço biográfico*, porém, investindo em uma visão mais abrangente:

Esta é a forma da circulação das vidas, bem como a forma de suas próprias vidas, que eu queria capturar, para contribuir com algo para a história do espaço biográfico, do qual o desenvolvimento da autobiografia moderna é apenas um aspecto. (LEJEUNE, 1980, p. 9)<sup>11</sup>

Essa mudança na abordagem da *autobiografia* operada por Philippe Lejeune, na opinião de Leonor Arfuch, no entanto, apesar de representar um passo à frente em relação ao que ela denomina como “tentativa infrutífera de aprisionar a *especificidade* da autobiografia como centro de um sistema de gêneros literários afins” (2010, p. 22), o *espaço biográfico* como concebido por Philippe Lejeune significaria “um reservatório onde cada espécime fornece um *exemplo*” (ARFUCH, 2010, p. 22). O termo *espaço biográfico* é aproveitado por Leonor Arfuch metaforicamente “como coexistência intertextual de diversos gêneros discursivos em torno de posições de sujeito autenticadas por uma existência *real*” (2010, p. 132). Para Leonor Arfuch, mais do que a mera contabilização dos meios cada vez mais disponíveis para a “narrativa vivencial”, a sua abordagem incide sobre o que ela chama de “tonalidade particular da subjetividade contemporânea”, concentrando-se, por sua vez, no “algo a mais que está em jogo não tanto na diferença entre os gêneros discursivos envolvidos, mas em sua coexistência” (ARFUCH, 2010, p. 16).

É importante observar que, em seguida a *Je est un autre*, numa de suas releituras de *O pacto autobiográfico* (no texto homônimo *O pacto autobiográfico (bis)*, de 1986), Philippe Lejeune se refere ao que chamou de “problemas de método em torno de alguns pontos sensíveis” (2008, p. 49), encontrados em seu primeiro texto. Caminhando para uma flexibilização ainda maior das definições iniciais, com relação, por exemplo, à *definição* de autobiografia traçada no primeiro ensaio, Philippe Lejeune menciona a “aparência dogmática” de algumas de suas próprias construções teóricas, assemelhando-se, segundo o próprio, à “nota lexicográfica, investida da autoridade do dicionário” (LEJEUNE, 2008, p. 49). Num outro trecho, ele assevera ainda que tal definição “mistura perigosamente hipótese teórica e asserção normativa” (LEJEUNE, 2008, p. 50). De um modo geral, a autocrítica de Lejeune, no referido ensaio, procura identificar os pontos, por assim dizer, problemáticos, no seu

---

<sup>11</sup> “C'est la forme de cette circulation de vies, autant que la forme des vies elles-mêmes, que j'ai voulu saisir, pour contribuer quelque peu à l'histoire de l'espace biographique, dont le développement de l'autobiographie moderne n'est qu'un aspect” (LEJEUNE, 1980, p. 9)[Tradução minha].

estabelecimento da *autobiografia*, chamando a atenção para a dificuldade a que toda definição está sujeita com o passar do tempo.

Em que pesem as revisões e relativizações feitas em sua reflexão sobre o fazer autobiográfico ao longo dos anos, a peculiaridade da concepção de Philippe Lejeune sobre a *autobiografia* continuará a residir no princípio segundo o qual ela seria um gênero contratual (LEJEUNE, 2008, p. 45). A noção de *pacto* para Lejeune, portanto, continua a ter um papel importante no seu entendimento da autobiografia. Nesse sentido, para Philippe Lejeune, o que vai guiar e determinar o reconhecimento da *autobiografia* como tal é

o enfoque global da *publicação*, do contrato implícito proposto pelo *autor* ao *leitor*, contrato que determina o modo de leitura do texto e engendra os efeitos que, atribuídos ao texto, nos parecem defini-los como autobiografia (LEJEUNE, 2008, p. 45).

A partir dessa perspectiva, *pacto autobiográfico* viria a ser uma espécie de critério textual percebido pelo leitor que o faz identificar – pelo mesmo nome próprio – autor, narrador e personagem. Uma vez confirmada desde o título na capa, a tripla identificação notada pelo leitor não deixaria dúvidas acerca da identidade do escritor.

Evelina Hoisel, em *Grande Sertão: veredas - uma escritura biográfica*, questiona essa visão estante afirmando que “toda escritura representa um pacto biográfico, ou autobiográfico, independente de explicitar os vínculos que afirmam a identidade entre autor-narrador-personagem, como quer Lejeune” (HOISEL, 2006, p. 8). Sob uma perspectiva calcada na noção de Roland Barthes sobre as categorias de autor e de escritura, ainda de acordo com Evelina Hoisel, observamos que “o sujeito, e não mais a pessoa, não apenas fala uma linguagem, mas também é falado por sua linguagem”, ele “não diz apenas o que quer dizer: a articulação de sua fala o trai, cria tensões e desvios que irrompem na linguagem, afastando-o das intenções do seu querer dizer” (HOISEL, 2006, p. 8).

Da mesma forma que a fala do sujeito diz algo mais sobre o qual ele próprio não possui pleno e total controle como se poderia supor, se a articulação de sua fala o trai, de maneira análoga, o desejo de autobiografia será marcado pela impossibilidade da completa transparência na tradução do que se pretende externar e eternizar, como indica Jean Starobinski, em seu livro *Jean-Jacques Rousseau – a transparência e o obstáculo* (1991), a partir das observações de Rousseau nos seus livros *Discurso sobre as ciências e as artes* e *Confissões*. Segundo Jean Starobinski, “é impossível comunicar a evidência imediata que se experimenta em si mesmo” (1991, p. 20). Dada a insondabilidade da perspectiva do autor e o



seu improvável controle sobre o próprio discurso, nesse sentido, a posição que atenderá mais adequadamente à abordagem do texto autobiográfico como um todo será, desse modo, a do leitor.

Philippe Lejeune propõe ainda, ao final do texto *O pacto autobiográfico*, uma outra noção de feição menos assertiva e teoricamente mais flexível: a noção de *espaço autobiográfico*. Segundo Philippe Lejeune, ela foi desenvolvida para demonstrar que, por trás da retórica afirmação de que o *romance autobiográfico* seria “mais verdadeiro” do que a *autobiografia*, reside um artifício do escritor que opera em duas frentes (como romancista e como autobiógrafo) para, com isso, criar um efeito de leitura, uma armadilha para o seu leitor. Buscando deixar claro que não estava “em defesa” do gênero *autobiografia* em detrimento do gênero *romance autobiográfico*, Philippe Lejeune, com exemplos da literatura francesa, pondera que

De fato, quando, aparentemente Gide e Mauriac rebaixam o gênero autobiográfico e glorificam o romance, eles fazem realmente algo diferente de um paralelo escolar mais ou menos contestável: designam o espaço autobiográfico em que desejam que seja lido o conjunto de suas obras. Longe de ser uma condenação da autobiografia, estas frases tão citadas são, na realidade, uma forma indireta de pacto autobiográfico, pois estabelecem de fato de qual ordem é a verdade última a que visam seus textos. (LEJEUNE, 2008, p. 42).

A estratégia dos autores franceses citados, ao desvalorizarem publicamente a autobiografia frente aos seus romances, de acordo com o raciocínio de Philippe Lejeune, não resistiria à simples questão: “se o romance é mais verdadeiro que a autobiografia, então por que Gide, Mauriac e tantos outros não se contentaram em escrever romances?” (LEJEUNE, 2008, p. 43). Numa passagem que parece ter incentivado a já mencionada observação do crítico Silviano Santiago sobre as autobiografias de José Lins do Rego e Oswald de Andrade, Philippe Lejeune afirma que

se eles não tivessem escrito e publicado *também* textos autobiográficos, mesmo “insuficientes”, ninguém jamais teria sabido que espécie de verdade deveria ser buscada em seus romances. Essas declarações são antes estratégias ardilosas (LEJEUNE, 2008, p. 43).

Portanto, frente a um notório trânsito intertextual<sup>12</sup> observado na leitura da produção de um escritor, não se trataria apenas de buscar paralelismo entre vida e obra, coincidências verificáveis entre o texto da ficção e o texto da vida, mas de ir além de tais pontes referenciais entre os domínios discursivos interconectados para verificar o quanto isso pode ser significativo enquanto efeito de leitura. Interpretar tal efeito à luz do “artifício” empregado pelo escritor e ao qual o leitor está sujeito.

Ao transcender a mera especulação sobre qual modalidade de escrita seria a mais verídica, ou a mais fiel à vida do escritor, Philippe Lejeune termina por valorizar a sensação de sentido proporcionada pela leitura conjugada. Se o romance pecaria em exatidão, por exemplo, a autobiografia, por sua vez, pecaria em complexidade e mesmo em ambiguidade:

Seria então um ou outro? Melhor: um *em relação* ao outro. O que é revelador é o espaço no qual se inscrevem as duas categorias de textos, que não pode ser reduzido a nenhuma delas. Esse efeito de relevo obtido por esse processo é a criação, para o leitor, de um “espaço autobiográfico”. (LEJEUNE, 2008, p. 43).

O foco na *relação* deixa em segundo plano as categorizações ou compartimentações textuais enquanto efeitos de leitura, substituindo-as automaticamente por um *outro* efeito que em cada produção de cada escritor, ao seu modo, poderá assumir uma determinada forma ou função, valorizando, muitas vezes, fatores e questões não estritamente autobiográficos, mas elementos (e/ou causas) recorrentes em sua produção discursiva que nelas irão se imiscuir inevitavelmente.

A abordagem dos textos autobiográficos proposta no presente trabalho, portanto, faz uso da noção de *espaço autobiográfico* de Philippe Lejeune, mas valorizando-a enquanto recurso discursivo, independente da vinculação à ideia de *pacto*, para a correspondência que opero entre ela e o entendimento de Edward Said sobre a atuação do intelectual enquanto *representações* (SAID, 2005, p. 33), visão que acredito esteja mais de acordo com o tipo de abordagem empreendida na presente tese. Desse modo, a questão não recai sobre a

---

<sup>12</sup>Preferi designar, na presente tese, a ocorrência de intertextualidade entre textos de um mesmo autor como “intertextualidade interna”. Há autores que preferem uma nomenclatura um pouco mais específica, caso de Maria Célia Leonel que, em *Guimarães Rosa: magma e gênese da obra* (2000, p. 64), propõe o termo “**auto-intertextualidade**”. De forma semelhante, Walnice Nogueira Galvão, em “Entre o silêncio e a vertigem”, afirma, no texto introdutório de *Os melhores contos de Clarice Lispector*: “Observa-se no conjunto da obra de Clarice Lispector um curioso fenômeno, bastante peculiar, a que se poderia chamar **transmigração auto-intertextual**. Com esse abuso polissilábico pretende-se apenas indicar que seus textos são dotados de mobilidade e que o leitor pode reencontrá-los onde menos espera. Uma crônica já publicada vai reaparecer integrada a um conto posterior. Um trecho de romance ressurgiu como um conto independente. Um conto muda de título e é reeditado em outra reunião de contos. Um texto volta reduzido a fragmentos, ou vários fragmentos se amalgamam para constituir um texto mais longo. Um livro se transforma em dois livros. Esse moto-contínuo em metamorfose já foi detectado pela crítica, aguardando novos estudos” (GALVÃO, 1996, p. 11) [grifos meus]. Tais designações, apesar da minha opção em não utilizá-las, traduzem basicamente o mesmo ponto de vista sobre as ocorrências em estudo.

autobiografia em si, mas no quanto ela é utilizada como suporte para a exibição de outras questões.

Em consonância com tais direcionamentos teórico-metodológicos e prosseguindo na esteira da observação de Silivano Santiago sobre o teor autobiográfico da literatura de Oswald de Andrade a partir de sua autobiografia tardia, as considerações de Lauro Belchior Mendes no texto “A escrita de um homem sem profissão” (MENDES, 2012, p. 117-122), nos aproximam do sentido da abordagem pretendido no trabalho, pois, exemplarmente, chama a atenção para o fato de que as semelhanças percebidas pelo leitor entre a autobiografia tardia de Oswald de Andrade e a sua literatura de ficção (em especial *Memórias sentimentais de João Miramar*), colocam não somente a questão do fazer autobiográfico partindo dos próprios escritos literários, mas principalmente o fato de que

A leitura de *Um homem sem profissão* mergulha o leitor novamente no contexto da antropofagia (interrompido nos anos de militância comunista, de que são testemunhos *O Homem do Povo*, *Marco zero 1* e *Marco zero 2* e reinstalado por *A crise da filosofia messiânica*, de 1950). No *Manifesto antropófago* (1928), Oswald afirmava que na literatura não existe propriedade, no sentido capitalista da palavra: “Só me interessa o que não é meu.” Ao citar os textos literários escritos por ele mesmo, o autor mantém a mesma atitude de devoração. Não os considerando como “propriedade”, Oswald dessacraliza mais uma vez a literatura e digere o passado literário para esclarecer o passado vivido. (MENDES, 2012, p. 121)

Opinião parecida expressa Antonio Candido sobre o mesmo processo em Oswald de Andrade,

Tudo isto ocorre, na verdade, porque este livro [Um homem sem profissão] é feito sob o signo da devoração. Posto em face do mundo – da natureza, da sociedade, de cada homem –, os engloba e assimila à sua substância, a ponto de parecerem projeção do seu *eu*. (CANDIDO, 2002, p. 197)

Portanto, *fisgado* pelo efeito a que fora induzido com a leitura conjugada dos textos ficcionais e da autobiografia tardia de Oswald de Andrade, o leitor é arrebatado para o fulcro da visão oswaldiana – a noção de antropofagia – a “verdade a ser buscada” (LEJEUNE, 2008, p. 43) no conjunto de sua produção discursiva em que se imiscui a porção memorialista e autobiográfica. Abordagem semelhante da produção de Darcy Ribeiro é levada a cabo na presente tese, incidindo sobre a manutenção, por ele, de uma atitude discursiva resistente ao passar dos anos e às fronteiras textuais.

Para Silviano Santiago, o memorialismo que está presente na prosa da chamada fase modernista da literatura brasileira, na qual está inserida a produção de Oswald de Andrade, irá diferir da proposta memorialista dos escritores da última década do regime militar no Brasil, sobretudo pelo fato, segundo Silviano Santiago, de o relato modernista movimentar-se rumo a um restabelecimento de uma experiência tanto pessoal quanto do “clã senhorial” ao qual estava inserido aquele indivíduo das primeiras décadas do século XX<sup>13</sup>. Os relatos dos exilados de 1974 a 1984, por sua vez, trarão temas, cenários e diálogos completa e explicitamente envolvidos por questões políticas e correlatas, direta ou indiretamente.

Juntamente com textos ficcionais como *Maíra*, procura-se contextualizar parte da produção autobiográfica dispersa de Darcy Ribeiro no conjunto dos escritos que emergem na atmosfera dos regimes repressivos sul-americanos dos anos 70 e 80. São justamente as ocorrências lidas nas publicações anteriores às suas autobiografias oficiais que colocam Darcy Ribeiro nesse singular contexto dos produtores de escritas de testemunho de cunho autobiográfico no Brasil e na América do Sul durante as referidas décadas. Como afirma Beatriz Sarlo em *Tempo Passado – cultura da memória e guinada subjetiva*, “a memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina” (2005, p. 20).

Como *dever* de memória passado a limpo, elaborado e reelaborado diversas vezes em diferentes países nos quais esteve Darcy Ribeiro durante o exílio, até ser finalmente retomado e finalizado no Brasil, o romance *Maíra* se insere duplamente na caracterização dos romances brasileiros da década final do regime militar a partir de dois pontos comum a todos: a tendência ao memorialismo e a tendência à autobiografia, como procuraremos demonstrar.

<sup>13</sup> Em que pese o pertencimento ou não de *Um homem sem profissão*, de Oswald de Andrade, a um rol de narrativas memorialistas ainda vinculadas a reminiscências, anseios e agendas da antiga classe senhorial brasileira, importa notar ainda que a noção oswaldiana da *antropofagia* como metáfora combativa nos planos estético e cultural apontará uma pauta política que estará presente nas reivindicações de um romance contemporâneo como *Maíra*, do ex-exilado Darcy Ribeiro, lançado em 1976, assim como em seu outro romance, de 1982, *Utopia selvagem, saudades da inocência perdida – uma fábula*. Segundo Benedito Nunes, a palavra antropofagia “é um vocábulo catalisador, reativo e elástico, que mobiliza negações numa só negação, de que a prática do canibalismo, a devoração antropofágica é o símbolo cruento, misto de insulto e sacrilégio, de vilipêndio, de flagelação pública, como sucedâneo verbal da agressão física a um inimigo de muitas faces, imaterial e proteico. São essas faces: o aparelhamento colonial político-religioso repressivo sob que se formou a civilização brasileira; a sociedade patriarcal com seus padrões morais de conduta, as suas esperanças messiânicas, a retórica de sua intelectualidade, que imitou a metrópole e se curvou ao estrangeiro, o indianismo como sublimação das frustrações do colonizado que imitou atitudes do colonizador” (NUNES, 2001, p. 15). Em *Maíra*, muitas dessas faces inimigas são agredidas. Há uma dura crítica ao contexto político vigente na década de 1970, herdeiro da mentalidade exploratória colonial, no mínimo omisso para com as consequências negativas da expansão agropecuária sobre territórios indígenas e com a inoperância de órgãos governamentais como a Funai (Fundação Nacional do Índio). A omissão veio também de uma significativa parcela da intelectualidade brasileira que permanecera no país logo em seguida ao golpe militar, sobretudo a camada mais simbolicamente criticada em *Maíra*, que foi a dos acadêmicos, no caso, a dos antropólogos, para Darcy Ribeiro, aqueles com mais condições de defender a causa indígena (mas que, no entanto, se voltaram para suas pesquisas acadêmicas, tendo o índio como objeto de estudo regido por teorias estrangeiras convenientemente alheias às circunstâncias adversas enfrentadas pelos diversos povos indígenas em território brasileiro). Ao apresentar em seu enredo a questão das minorias indígenas de vigência histórica e atual, *Maíra* estaria no rol dos textos que procuram, de acordo com Silviano Santiago, “reescrever o passado da nação sob outro farol, iluminando a penumbra das situações individuais ou histórico-sociais, que eram relegadas a segundo plano por um processo civilizatório excludente” (SANTIAGO, 1984, p. 42).

Enquanto texto memorialista, portanto, o romance tem um discurso correspondente ao seu tempo, fechado em si com as expectativas históricas e vigentes de sua sociedade. Como texto autobiográfico, por sua vez, *Maíra* contém a pedra fundamental de um discurso que transcende o seu tempo e se abre a um espaço de expectativas e possibilidades.

### **Sou eu**

O capítulo “Egosum” do romance *Maíra*, estreia literária de Darcy Ribeiro em 1976, apesar de não ser a primeira manifestação autobiográfica do escritor em termos cronológicos, inaugura um procedimento que marcará grande parte da sua produção discursiva daquele ponto em diante.

Durante uma palestra sobre o referido romance em 25 de Junho de 1984, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em meio ao *Colóquio Letras Brasileiras no Mundo – por que esses livros foram traduzidos?*, Antonio Houaiss afirma que o romance *Maíra* “a rigor inaugura a outra fisionomia de Darcy Ribeiro, o antropólogo, o culturólogo, o esteta” (HOUAISS, 1986 [1991] p. 31). Essa nova “fisionomia” de Darcy Ribeiro, na verdade, comporta mais do que simplesmente a inauguração da aventura literária do já reconhecido antropólogo e político brasileiro, ela institui daquele momento em diante um recorrente exercício autobiográfico que caracterizará o perfil do indivíduo público Darcy Ribeiro durante os vinte e um anos que ainda viveria, tanto quanto suas atuações o fizeram nas diversas áreas pelas quais perambulou profissionalmente.

Cronologicamente, as cartas da primeira e segunda expedições, entre 1949 e 1951, às aldeias dos índios Urubus-Kaapor, entre os estados do Pará e do Maranhão, e endereçadas, na época, à Berta Ribeiro, sua então esposa, constituem-se nas primeiras impressões pessoais registradas do jovem Darcy Ribeiro no exercício da antropologia de campo, experiência que compartilhou com mais dois pesquisadores, o linguista francês Max Boudin e o cinegrafista alemão Heinz Foerthmann. Reunido e organizado para a publicação somente no ano de 1996 pela editora Companhia das Letras, o conjunto de cartas com 627 páginas foi publicado com o título de *Diários índios: os Urubus-Kaapor*.

O livro *Maíra*, segundo o subtítulo que o acompanha desde a sua décima edição, de 1989, é descrito como “um romance dos índios e da Amazônia”. O seu enredo é organizado em torno de dois acontecimentos: o retorno do índio Avá à sua aldeia mairum, após quarenta anos de preparação para tornar-se sacerdote, e a morte de uma mulher branca chamada Alma e de seus filhos gêmeos às margens de um rio amazônico. Nas quatro partes em que o romance

é dividido – nomeadas segundo as seções da Missa Católica: Antífona, Homilia, Canon e Corpus –, diversos narradores revezam-se num coro de vozes de *Maíra*: o índio mairum catequizado Isaías-Avá, a ex-drogada e aspirante a freira Alma, o regatão Juca, os deuses Maíra e Micura, um major investigador, um missionário, um beato e alguns funcionários públicos (CARIA FILHO, 2005, p. 27). Pode-se ler em *Maíra* um contraponto entre os contextos civilizado e indígena, sendo assim possível ver reencenadas, no romance, questões históricas como a catequização dos indígenas e a perda gradativa das suas terras para a expansão agropecuária, que provocaram, e ainda provocam, o genocídio e o etnocídio das populações indígenas habitantes do território nacional brasileiro (CARIA FILHO, 2005, p. 27).

### *Bobagens e desafios*

Em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault questiona o “livro” enquanto unidade do discurso: “a unidade material do volume não será uma unidade fraca, acessória, em relação à unidade discursiva a que ela deu apoio? Mas essa unidade discursiva, por sua vez, será homogênea e uniformemente aplicável?” (2003, p. 26). Num trecho adiante do mesmo *A arqueologia do saber*, o próprio Michel Foucault sugere a resposta:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso a um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (FOUCAULT, 2003, p. 26).

No mesmo sentido, Antoine Compagnon, em *Espaços de escrita*, afirma que “toda escrita é a ocupação de um espaço que não se reduz a um suporte – flumen, codex, página – linear, plano ou espacial” (2007, p. 161). A escrita que perpassa o livro e a unidade discursiva que lhe faz uso, tem como motor principal a *citação*. O que, numa posição mais generalizadora em termos da *intertextualidade*, para Julia Kristeva, significará que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto.” (1974, p. 64). Do mesmo modo que, para Antoine Compagnon, “escrever, pois, é sempre reescrever, não difere de citar. A citação, graças à confusão metonímica a que preside, é leitura e escrita, une o ato de leitura ao de escrita. Ler ou escrever é realizar um ato de citação” (2007, p. 41). A posição de Antoine Compagnon, por sua vez, nos faculta a

possibilidade de pensar não só o texto em si, mas também o sujeito e o sentido da ação por ele desencadeada no seu trabalho com a citação:

O mesmo objeto, a mesma palavra muda de sentido segundo a força que se apropria dela: ela tem tanto sentido quantas são as forças suscetíveis de se apoderar dela. O sentido da citação seria, pois, a relação instantânea da coisa com a força real que a impulsiona (COMPAGNON, 2007, p. 48).

Para Antoine Compagnon, portanto, a força a impulsionar tal *coisa*, citando-a, remeterá sempre a um sujeito (2007, p. 49). É a partir dessa perspectiva que se procurará observar as *remissões* que algumas passagens textuais em *Maíra* fazem a outros textos dentro do universo da produção discursiva de Darcy Ribeiro. Numa prática que irá se repetir a partir de outros romances seus, como *Migo*, de 1988, como se verá adiante, destaca-se em *Maíra* uma espécie de *metanarrador* que se introduz na narrativa, utilizando-se do espaço inteiro de um capítulo denominado “Egosum” (Sou eu). Nesse espaço, tal narrador dá pistas sobre o processo de construção do próprio romance, como a composição de alguns personagens, povoando o resto do capítulo com informações, fatos, alusões e referências biográficas coincidentes com a de Darcy Ribeiro. No meio do parágrafo inicial do capítulo “Egosum”, em *Maíra*, lemos a seguinte passagem:

Estarei louco? Creio que sim. Provavelmente sempre fui meio maluco. Pelo menos desde aquele dia em que pintei a água da cidade. Verde-paris? Permanganato de potássio? O resultado foi azul. Um azul-de-metileno que bem sei quanto azul é. Alguém disse que aquele pacote de quilo daria para pintar o mar. Veneno? A água do reservatório e a dos encanamentos, esta eu sei, menino vi, sofrido: ficou perfeitamente azul. (RIBEIRO, 1983, p. 208).

Na autobiografia *Confissões*, de 1997, em um capítulo chamado MOC (sigla para a cidade mineira de Montes Claros), pode-se ler uma referência ao mesmo acontecimento:

Minha aventura maior, creio, foi provocada por seu Nelson, farmacêutico de tio Plínio. Eu assistia ao balanço da farmácia, que ele fazia, ditando para alguém os nomes e as quantidades dos remédios que estavam em cada prateleira. A certa hora, abriu o armário, contou os pacotes que estavam lá dentro e disse: “Não sei porque o doutor comprou tanto azul de metileno. Isso daria para pintar o oceano Atlântico”. Fiquei incandescido. O oceano, mar, Atlântico. Roubei um pacote e saí com ele procurando meu amigo Zé de Catão, a quem lhe disse: “Olhe, Zé, isto aqui dá para pintar o oceano Atlântico”. Ele contestou: “Aqui não tem nenhum oceano”. Continuei a insistir: “Mas tem a caixa d’água dos moinhos”. Fomos para lá. Ficamos boa hora andando na beira do reservatório, e Zé, que no habitual era mais doido do que eu, nesse dia, todo ajuizado, ponderava: “Veja lá, Darcy, isso pode ser veneno. Você vai matar sua mãe”. Acabou se entusiasmando e me

ajudou a desembulhar a droga e jogar na água. Ficou toda azul, azulíssima. Assim desceu para as torneiras e eu levei aquela surra. (RIBEIRO, 1997, p. 38-39).

Como se pode depreender da leitura dos trechos citados, alguns fragmentos de textos lidos na autobiografia são quase transcrições literais de outros em *Maíra*, como em “Isso daria para pintar o oceano Atlântico” e “Alguém disse que aquele pacote de um quilo daria para pintar o mar”, ou como em “ficou perfeitamente azul.” e “Ficou toda azul, azulíssima”.

Ainda em relação ao mesmo acontecimento, é significativo notar que dois anos antes do lançamento de *Confissões*, durante uma entrevista feita no dia 12 de outubro de 1995 (e da qual participaram também Antonio Callado, Antonio Houaiss, Eric Nepomuceno, Ferreira Gullar, Oscar Niemeyer, Zelito Viana e Zuenir Ventura), Darcy Ribeiro conta a mesma história, utilizando as mesmas expressões e termos para contá-la. A entrevista foi gravada, transcrita e publicada em livro sob o título de *Mestiço é que é bom!*. No trecho da entrevista em que fala de sua infância, Darcy Ribeiro é perguntado por Zuenir Ventura se havia “aprontado muito” quando criança:

Deixe eu contar a grande travessura da minha vida, mesmo. Eu estava assistindo, na farmácia enorme do meu tio, primo-irmão do meu pai, o balanço. Então, Seu Nelson, que era o farmacêutico, ia tirando as coisas do balanço. Num dado momento, ele pegou uns pacotes de azul de metileno e disse:

Isso dava pra pintar o oceano Atlântico, eu não sei porque que o doutor comprou tanto.

E eu fiquei aceso: “Isso dá para pintar o oceano Atlântico, coisa importante!”. Roubei um pacote e fui procurar um amigo meu, o Zé do Catão:

- Oh, Zé, isso dá pra pintar o oceano Atlântico.

E ele disse:

- Mas não tem oceano Atlântico aqui.

E eu:

- Mas tem a caixa d'água!

E fomos para a caixa d'água da cidade. Lá, o Zé disse:

- Oh, Darcy, isso pode ser veneno, pode matar sua mãe.

- Isso não é veneno coisa nenhuma, eu quero ver se fica azul.

Briguei com ele e joguei o azul de metileno no tanque, ficou tudo azul, toda torneira da cidade com azul de metileno, que era usado em gonorreia, para lavar a uretra. Aquilo correu e já sabiam que era eu. Levei uma surra desgraçada. Eu tinha uns onze anos. (RIBEIRO, 1996b, p. 26-27).

Surgindo uma quarta vez em publicações, esse mesmo acontecimento será relatado em um capítulo autobiográfico chamado “Minhas peles”, inserido inusitadamente no livro de



ensaios *O Brasil como problema*, de 1995, numa operação de inclusão/intrusão semelhante à lida em “Egosum”, pela voz do seu *metanarrador*, em *Maíra*.

Desta feita, a julgar pela rubrica da publicação à qual o texto autobiográfico está inserido, surge um dado estético que diferencia essa versão do acontecimento das outras três anteriores, sugerindo uma manobra semelhante à encontrada em outras passagens textuais, no próprio capítulo do romance em questão, sobre outros acontecimentos, com similar efeito:

A primeira de minhas peles que vale a pena ser recordada é a do filho da professora primária, Mestra Fininha, de uma cidadezinha do centro do Brasil. O menino que um dia roubou um pacote de um quilo de azul de metileno e atirou, apavorado, no reservatório de água da cidade para vê-lo azular. **Me haviam dito** que aquilo daria para colorir o Oceano Atlântico, **a mim** que nunca havia visto nem mar nenhum. Levei uma surra danada, mas não me corrigi. **Continuo fazendo bobagens e desafiando esse mundo, só pelo gosto de vê-lo variar.** (RIBEIRO, 1995, p. 304). [grifos meus].

Levando-se em conta o contexto do livro de ensaios sócio-antropológicos de tom explicativo e o ar conclamador do escritor que se posiciona nele de maneira assumida como intelectual, o último trecho (grifado) metaforiza as ações descritas, dignas de sua infância, de um tempo passado, ao anunciá-las no presente, como em “continuo fazendo bobagens e desafiando esse mundo só pelo gosto de vê-lo variar”. Dessa forma, as ações do período em questão têm o seu sentido normal ampliado e passam a significar uma persistente ação combativa e desafiadora enquanto intelectual (“continuo fazendo bobagens e desafiando esse mundo”) em face do desejo de mudança do *status quo* (“só pelo gosto de vê-lo variar”).

No mesmo sentido, pode-se notar que o início do trecho supracitado do romance (“Estarei louco? Creio que sim. Provavelmente sempre fui meio maluco”), de antemão já prescreve um modo de leitura no qual estão presentificadas todas as ações referidas no trecho. O verbo *estar* em “Estarei louco” tem sentido de presente (pode ser substituído por *estou louco*), o verbo *crer* em “Creio que sim” está no presente e, na frase “Provavelmente sempre fui meio maluco” (no chamado *pretérito perfeito habitual* segundo a gramática, “algo que costuma acontecer e pertence a qualquer tempo”) (SACCONI, 2008, p. 291), o advérbio *sempre* reforça a noção de continuidade temporal do fato narrado.

A leitura de “Egosum” é iniciada, portanto, com tais prescrições que elidem o tempo e instituem uma voz atemporal, onisciente e metalinguística que vem a ser o seu narrador, agindo no âmbito da narrativa como uma espécie de demiurgo ao revelar alguns dos mistérios e segredos de como a *sua* obra foi criada, como se não quisesse deixar dúvidas de que foi *ele* que a realizou de fato, de maneira a ganhar a confiança de *seus* seguidores.

Por fim, um outro dado significativo na mesma passagem do texto “Minhas peles” sobre o referido episódio da infância de Darcy Ribeiro diz respeito a uma importante modificação no relato do acontecimento. Narrado de maneira idêntica nos outros textos que trazem a mesma ocorrência em três locais distintos (no capítulo Egosum do romance *Maíra*, em 1976, na entrevista, em 1995, e na autobiografia *Confissões*, em 1997), a informação sobre o azul de metileno e suas potencialidades nessas outras três versões é algo conseguido furtivamente, quase às escondidas, de maneira passiva, indireta, enquanto que, segundo o narrador de “Minhas peles”, tal informação lhe foi passada, contada: “Me haviam dito que aquilo daria para colorir o Oceano Atlântico, a mim que nunca havia visto nem mar nenhum” (1995, p. 304). É interessante notar com isso que, dos quatro locais discursivos que trazem o mesmo acontecimento, é justamente o espaço textual para o qual menos se espera um desvio de sua ordenação discursiva (o livro de ensaios sócio-antropológicos *O Brasil como problema*, escrita científica, portanto) que vem a abrigar tais efeitos de ficcionalização.

Surgida ainda uma quinta vez numa coletânea de entrevistas com Darcy Ribeiro e pessoas próximas a ele e publicadas no documentário em vídeo *Darcy Ribeiro: o guerreiro sonhador*<sup>14</sup>, essa mesma história é contada por Darcy Ribeiro, desta feita, apresentando um dado bastante sugestivo para o entendimento da ação de exposição repetida desse mesmo acontecimento.

Com a edição do documentário, o trecho em que Darcy Ribeiro narra esse episódio de sua infância fica precedido por uma pergunta de uma garota adolescente com traços e vestimentas características de um integrante de alguma tribo indígena brasileira: “Darcy, é verdade que quando você era criança, você quis que a água de sua cidade ficasse toda azul?”, ao que se segue a sua resposta:

Um dia eu roubei um kilo de azul de metileno na farmácia do meu tio e joguei dentro do reservatório de água da cidade para ver o efeito. A água ficou toda azul. A cidade ficou apavorada. Eu fiquei também com medo da mamãe morrer, mas a vontade de ver o efeito era maior do que o medo de matar a população toda da cidade. (ANEXO A, p. 113).

Essa versão do acontecimento consegue de maneira menos implícita que as quatro versões anteriores expor algo da didática que a repetição da história acaba constituindo. Quando Darcy Ribeiro acrescenta a informação “mas a vontade de ver o efeito era maior do que o medo de matar a população toda da cidade”, pode-se notar o quanto o episódio infantil é

<sup>14</sup>LIMA, Fernando Barbosa; BRAGA, Rozane. Série Grandes Brasileiros (Volume IV) – *Darcy Ribeiro: o guerreiro sonhador*. São Paulo: FBL Criação e Produção, 2007. (Cf. ANEXO A, p. 113)

por ele transformado em uma parábola sobre como a curiosidade pelo saber, pelo conhecer, devem superar qualquer tipo de medo, mesmo os mais terríveis. Ambientada entre “bobagens” e “desafios”, no pequeno mundo da cidade do interior mineiro da década de 1930, a parábola do azul de metileno coloca, a partir desse jogo citacional operado por Darcy Ribeiro, a questão moral da obrigação do intelectual de busca e domínio do saber em prol do bem comum.

### *Intelectual índio*

Ainda observando a problemática do intelectual a partir das reapropriações textuais lidas na produção de Darcy Ribeiro, pode-se notar uma outra passagem no capítulo “Egosum”, em *Maíra*, que retoma, por sua vez, o trecho de uma carta de 26 de fevereiro de 1950, durante a primeira expedição às aldeias dos povos Urubus-Kaapor do jovem antropólogo Darcy Ribeiro, enviada à sua esposa Berta Ribeiro. Podemos ler naquele capítulo do romance a seguinte passagem:

Anacã, ao contrário, nada tinha com funerais, nem era bororo, mas caapor. Companheirão muito querido. Era baixinho, gordo, risonho. O mais parecido com um intelectual que eu encontrei num índio.

De tudo dava notícias, querendo saber mais: — *E Uruantã, meu trisavô, você conheceu? Você viu? Onde foi?* Quando o vi pela primeira vez eu procurava, no meio daquela indiada que só falava tupi, quem estava gritando:

— *O quêi bói. Ó ráit maic.*

Havia aprendido aqueles berros com uns gringos que andaram filmando por lá. Ficamos amigos. (RIBEIRO, 1983, p. 209-210).

A leitura do trecho de *Diários índios* a seguir, escrito vinte e seis anos antes de *Maíra*, dá mostras do sentido ao qual foram dirigidas as informações sobre o episódio:

Além da filmagem, Anakanpukú está cansado de mim. É tamanha a distância entre o domínio da cultura kaapor que ele tem, como grande intelectual que é, e a sapiência do melhor dele.

É um tipo interessante, 1,60 de altura e setenta quilos, muito bom humor, loquaz e sério. Todos parecem estimá-lo e respeitá-lo por suas qualidades de caçador, de bom companheiro, de líder e de intelectual – grande conhecedor de sua própria cultura. Tem estado sempre em contato com o posto, mas mal saberá umas vinte palavras em português, que mistura em altas doses na conversa com os brancos, esforçando-se para ser entendido. Deve ter sido um dos astros do filme que os americanos fizeram aqui. Desse período, recorda-se do nome de dois deles, Jorge e Mike, e duas palavras inglesas,

OK e all right boy, que ele pronuncia *Ô-kuêi* e *Ó-hái bói*. (RIBEIRO, 1996, p. 237).

No cotejo entre os dois trechos, destaca-se o trabalho de seleção das informações que caracterizam Anacã como um intelectual: comunicativo, sedento de saber e, assim, um líder nato da sua gente. A citação, em *Maíra*, do seu texto de 1950, direciona ainda um outro dado que diz respeito à adoção, por Anakapukú, das expressões em inglês “OK” e “all right boy”, numa maneira significativa se for considerado o teor de adesão de Darcy Ribeiro, como já mencionado, à noção oswaldiana da *antropofagia* enquanto metáfora combativa nos planos estético e cultural. Da forma que a última parte do trecho de *Maíra* é estruturada, a frase “Ficamos amigos”, vinda logo após o relato de que Anacã tinha aprendido as expressões “com uns gringos que andaram filmando por lá”, pode ser lida como uma grata identificação com tal atitude incorporativa, o que resulta prontamente na imediata simpatia de Darcy Ribeiro para com ele.

Um ano e meio após ter escrito sobre Anakanpukú pela primeira vez, em uma outra carta à sua esposa, Darcy Ribeiro volta a se referir ao índio, reiterando as referências e elogios àquele que considera com um típico intelectual índio. Numa parte do *Diários índios* intitulada Sabedoria Kaapor, em um escrito datado de 20 de outubro de 1951, Darcy Ribeiro escreve:

[...] Aprendi com ele, com Anakanpukú e outros índios com quem trabalhei a apreciar e admirar esses intelectuais iletrados. [...]  
 [...] Intelectual para mim, é, pois, aquele que melhor domina e expressa o saber de seu grupo. Saberes copiosíssimos, como o dos índios sobre a natureza e sobre o humano, ativados por uma curiosidade acesa de gente que se acha capaz de compreender e explicar tudo. (RIBEIRO, 1996, p. 545).

Anakanpukú, indivíduo do povo kaapor, descrito e elogiado através das cartas de *Diários índios*, equivale, em *Maíra*, a Anacã, personagem ao qual não somente são atribuídas façanhas do próprio Anakanpukú, mas também outras ocorrências, acontecidas com outros indivíduos, como um acontecimento que é narrado em “Egosum” e cujas informações remetem à carta de 15 de setembro de 1951, durante a sua segunda expedição às aldeias Kaapor. Leiamos primeiramente, o trecho em “Egosum”:

Um amigão, Anacã. Tantas lembranças tenho dele. Entre outras, o vejo rabiscando meu caderno para fazer de conta que escrevia: queria impressionar os parentes. Melhor ainda foi quando, depois de meses de isolamento, me chegou a última carga e nela o *Quixote*. Agarrei o livro, me deitei na rede e comecei a ler e a gargalhar, como louco, devolvendo-me a mim. Quando pus o livro no chão, ele pulou dentro da rede, agarrou o livro,

abriu e começou a gargalhar também. Para Anacã aquilo era uma máquina de rir. (RIBEIRO, 1983, p. 210).

Já o trecho em *Diários índios* traz:

O acontecimento extraordinário foi a chegada do que será, talvez, a última carga da expedição. Um índio trouxe do Canindé um jamaxim cheio de coisas. Fiz abrir, emocionado. Eram meus brindes que chegaram. Brindes para mim tão desejados: papel higiênico, sabão, sal, talvez café, fumo. Qual o quê! Só vieram brindes para os índios: facas, tesouras, panos, cordas. Nada para mim. Só lá no fundo, um volumezinho de Dom Quixote que agarrei imediatamente e fui ler na rede. Li uma hora, gargalhando nas passagens que gosto mais. Quando levantei, cansado, um índio deitou-se na minha rede, abriu o Quixote e se pôs a rir, gargalhando. Para ele, aquilo é uma máquina de rir. (RIBEIRO, 1996, p. 475).

Mais uma vez, o trabalho de citação do texto das cartas dos *Diários índios* no romance *Maíra* dá mostras do sentido dado às informações sobre o episódio anteriormente relatado. A inserção de tal ocorrido com um anônimo na composição da história do personagem Anacã demonstra a preocupação em reforçar nele o traço da curiosidade e da determinação em experimentar novas formas de saber e de se relacionar. O personagem Anacã, em *Maíra*, além de outras peculiaridades e qualidades, aglutina muito do que Darcy Ribeiro espera de um intelectual. Ao fazer o elogio do intelectual índio, personalizando-o a partir da figura em carne e osso de Anakanpukú – indivíduo do povo Kaapor –, Darcy Ribeiro não só parece procurar restituir ao indígena a condição de ser humano (o que é parte do mister de um antropólogo intelectual), estabelecendo a franca possibilidade de um índio ser enquadrado como um intelectual, mas, principalmente, parece também querer enviar um recado para a antropologia brasileira da época, tão duramente criticada por ele, e que esteve – principalmente durante os anos mais rígidos da ditadura militar no Brasil – a fazer vistas grossas, ou mesmo a negar auxílio e apoio às populações indígenas, àquela época em queda populacional drástica e em mais um processo de perda de terras, daquela feita para a expansão pastoril na Amazônia. É como se dissesse que ser intelectual é ser como Anakanpukú.

Em Anacã ainda, pode-se ler não apenas um lembrete à *intelligentsia* brasileira, em especial à classe de antropólogos, sobre o perfil básico do modelo de intelectual a ser seguido, mas também algo da ambição do intelectual em continuar, em ter os seus feitos e sua presença lembrados indefinidamente pelo seu povo, tal como expresso no episódio do funeral de Anacã, em *Maíra*.

Anacã apodrece no pátio de danças, regado cada tarde com as águas da Lagoa Negra. Apodrece e fede com uma catanga doce, penetrante, terrível. Sua presença já se sente conforme sopra o vento, desde as dunas do Iparanã até o oco da mata. Não é um fedor de carniça de bicho morto ou de defunto desenterrado. É um cheiro agudo como a ponta de uma flecha, leve como penugem, cortante como lasca de taquara. E sempre eternamente presente no nariz de cada um. Até no meio da mata, caçando, fugindo dele, ele cheira; levado na pele, nos cabelos, sabe-se lá onde. (RIBEIRO, 1983, p. 43).

Não se trata simplesmente de sepultar o defunto à maneira ocidental, descartando o seu corpo às pressas para que ele não comece a cheirar mal. Trata-se de viver a mudança de estado do já gasto veículo dos seus discursos; trata-se de cultivar a impregnação de sua presença evocadora de feitos e histórias durante todos os dias que o funeral durar e ainda muito depois. Trata-se de cultivar o seu exemplo de vida. Como sugere Macedo-Eckel, “Anacã em sua *morte bela* e planejada, inscreve-se imponente nas narinas e no corpo de seu povo” (MACEDO-ECKEL, 2000, p. 29). Outro não é o desígnio da voz que discursa nas linhas finais de “Egosum”:

Também e principalmente quisera a glória — como o oxim. A glória de ficar depois de mim, por muito tempo, cavalgando na memória dos netos do filho que nunca tive. Permanecer. Mas como? Não sei. O que sei é da minha inveja enorme das vidas na morte dos meus dois amigos amados e apagados: Ernesto e Salvador.

Ai vida que esvai distraída, entre os dedos da hora, tirando da mão até a memória do tato dos meus idos. Só persistimos, se tanto, na usura da memória alheia, à véspera do longo esquecimento. (RIBEIRO, 1983, p. 213)

Em *Diários índios* (1996, p. 16), Darcy Ribeiro já havia salientado o espanto que lhe causara, ainda no início de sua carreira de antropólogo, a memória elástica de Anakanpukú, membro de uma cultura iletrada, porém, capaz de ditar oralmente a sua genealogia no correspondente a dezenas de gerações de antepassados, recordando feitos notáveis e passagens da mitologia e da cosmogonia Kaapor. Ser lembrado em sua posição na árvore genealógica de sua gente, ter as suas ações recordadas e, enfim, permanecer na memória de seu povo, motivo de orgulho e de admiração, configurariam-se direitos e deveres de cada indivíduo numa sociedade em que o saber e seu compartilhamento obrigatório são as condições primordiais, pré-requisitos para sua existência e continuidade. Em *Maíra*, a referência à “usura da memória alheia” exprime o quanto o narrador de “Egosum” atenta para a ironia da situação em que a cultura letrada e suas ferramentas para o registro e o cultivo da memória, não se traduzem em garantia para a tarefa do recordar, se não tecnicamente, pelo

menos ideologicamente, de que são exemplos interdições como o longo período de supressão de liberdades de expressão experimentado no Brasil e em outros países sul-americanos entre as décadas de 1960 e 1980, e as consequências, ainda presentes, desse período.

### *Egosum Homero*

O recurso metalinguístico é outra questão que se destaca em *Maíra*, quando observada a relação de intensa intertextualidade mantida com outros trechos da produção do próprio Darcy Ribeiro. Ao contrário do que acontecera com os trechos sobre Anakanpukú e a questão do intelectual, o cotejo a seguir é feito a partir de uma passagem do capítulo “Egosum”, de *Maíra*, com um texto posterior, não-ficcional, de caráter informativo e que agora faz parte do volume do romance desde a sua décima quarta edição:

Mas nada disso vem ao caso. O importante aqui, agora, é lembrar como cheguei a ver o Avá que era bororo e se chamava Tiago. Assim o conheci. O vi uma vez, emplumando os ossinhos da filha morta de bexiga. Estava muito consolado, declinando, no compasso certo, uma ladainha em latim. (RIBEIRO, 1983, p. 209).

Já na nova “Introdução”, assinada pelo próprio Darcy Ribeiro, pode-se ler:

O que fiz, na verdade, foi romancear a história verdadeira de Tiago Kegum Apoboreu, índio bororo que os salesianos quiseram ordenar. Atendendo às necessidades do romance, pus ao lado do Avá a jovem carioca Alma, muito doída, que, envolvida em psicanálise e drogas, queria ir salvar as almas dos pobres índios. (RIBEIRO, 2001, p. 21).

Interessa notar que, ao ser enxertada uma “Introdução” no volume de *Maíra*, citando as informações já constantes em “Egosum” e versando sobre a história do protagonista do romance, cria-se um efeito metalinguístico duplo. O leitor desse novo exemplar de *Maíra* entrará em contato, portanto, três vezes com a mesma informação. Tal prática, lida também no último romance de Darcy Ribeiro, *Migo* (1988), será responsável em sugerir um modo de leitura que criará um canal de interesse na dimensão antropológica do relato, modo esse que estará relacionado com o que entenderei como a formação de um espaço autobiográfico na produção discursiva de Ribeiro.

O recurso metalinguístico em *Maíra* é ainda observado a partir de um outro trecho da já referida carta à Berta Ribeiro, datada de 20 de outubro de 1951, e também retomado no

mesmo texto da referida introdução tardia do romance. Primeiramente, das aldeias dos índios Kaapor, aos vinte e nove anos, Darcy Ribeiro escreve:

Com o conhecimento que tenho hoje da mitologia dos povos tupis, vastíssima, muito variada mas, na essência, consistente, me vem a tentação de dar uma de Homero. Unificá-la toda num só corpo mítico coerente, o qual, tenho certeza, seria verossímil para qualquer índio. Mesmo porque eles não têm nenhum fanatismo de exatidão verbal. Aceitam facilmente versões muito desencontradas do mesmo mito. ((RIBEIRO, 1996, p. 546).

Quarenta e cinco anos depois, Darcy Ribeiro celebra o feito de ter posto em prática algo que anelara há trinta e cinco anos, ou seja, o fato de ter escrito *Maíra*:

Todas essas contaminações do texto me levaram a fazer de *Maíra* não só uma reconstituição literária da etnologia indígena, em que qualquer leitor aprende mais sobre o modo de ser, de se organizar e de viver de um povo indígena do que lendo dezenas de livros etnográficos. Os cientistas despedaçam, desarticulam a realidade para apresentá-la em tópicos, como se houvesse uma mitologia, uma arte, uma religião separadas dos outros componentes da cultura. O melhor, porém, foi dar uma de Homero, retomando, compaginando a mitologia de dezenas de povos indígenas que eu conhecia muito bem, para reapresentá-la ali unificada e para contrastá-la, enquanto cosmogonia, com a visão cristã do mundo.

Não tive nenhum escrúpulo em misturar mitos, lendas e contos de tantos povos, mesmo porque conheço muito bem meus índios. Sei que eles não têm nenhum fanatismo da verdade única. São perfeitamente capazes de aceitar múltiplas versões de um mesmo evento, tomando todas como verdadeiras. Estou certo de que qualquer índio brasileiro, lendo a mitologia inscrita em *Maíra*, a achará perfeitamente verossímil. (RIBEIRO, 2001, p. 22).

No cotejo entre os trechos citados, percebe-se novamente uma investida por parte de Darcy Ribeiro na dimensão antropológica do feito relatado – no caso a sua prática de composição da mitologia mairum no romance, baseada numa compilação de mitologias de povos diversos – mesmo que disfarçada em um certo desdém que fica por conta do elogio à literatura enquanto discurso em relação ao discurso científico da antropologia.

A exemplo do episódio do índio bororo Tiago Kegum Apoboreu, a retomada de tais passagens textuais e a divulgação de tal ato em si interessa ainda mais quando se considera que essa mesma informação (a ideia para a constituição do romance) estará disponível, em seções distintas, dentro dos limites de um mesmo volume do próprio romance, a partir de 1996. Além do conteúdo das edições anteriores do romance, a edição comemorativa de *Maíra* traz uma biografia de Darcy Ribeiro, uma extensa e pormenorizada bibliografia com informações sobre edições e traduções de todos os livros de Darcy Ribeiro para diversos



idiomas, uma introdução assinada pelo próprio escritor, um mapa esquemático da disposição circular da aldeia do fictício povo mairum e dez ensaios de eminentes personalidades da crítica literária nacional, como Antonio Candido e Alfredo Bosi, dentre outros que integram a fortuna crítica do romance.

Entrar em contato pela primeira vez com o romance *Maíra* através de um exemplar antigo, como por exemplo um da sexta edição (de 1983), portanto, não seria a mesma experiência de entrar em contato primeiramente com o mesmo romance através de um exemplar recente. São experiências de leitura diferentes.

Por mais que um leitor venha a ler os ensaios críticos (encartados ao final do volume) somente depois de finalizada a leitura da história de *Maíra*, todo o material com o qual ele entrou em contato nas folhas que antecedem a trama já são o bastante para acionar direcionamentos de atenção, diferentemente da leitura de uma edição, por assim dizer, mais simplificada, que não traga tais informações. Por exemplo, enquanto nas edições mais antigas o trabalho de ilustração feito pelo artista Poty Lazzarotto (o mesmo ilustrador dos livros de Guimarães Rosa) ocupa um espaço maior, com dimensões muito maiores do que as mesmas ilustrações nas edições mais recentes, estas vêm recheadas de textos extras do escritor e de críticos. No caso das ilustrações, com a redução drástica de suas dimensões, as edições recentes deixam de apresentar a importância significativa atribuída pelo próprio Darcy Ribeiro numa das páginas iniciais do romance: “Este livro explica as gravuras de Poty que o iluminam: potĩ, Poty.”, como se vê na sua 6ª edição, nas páginas 10 e 11:

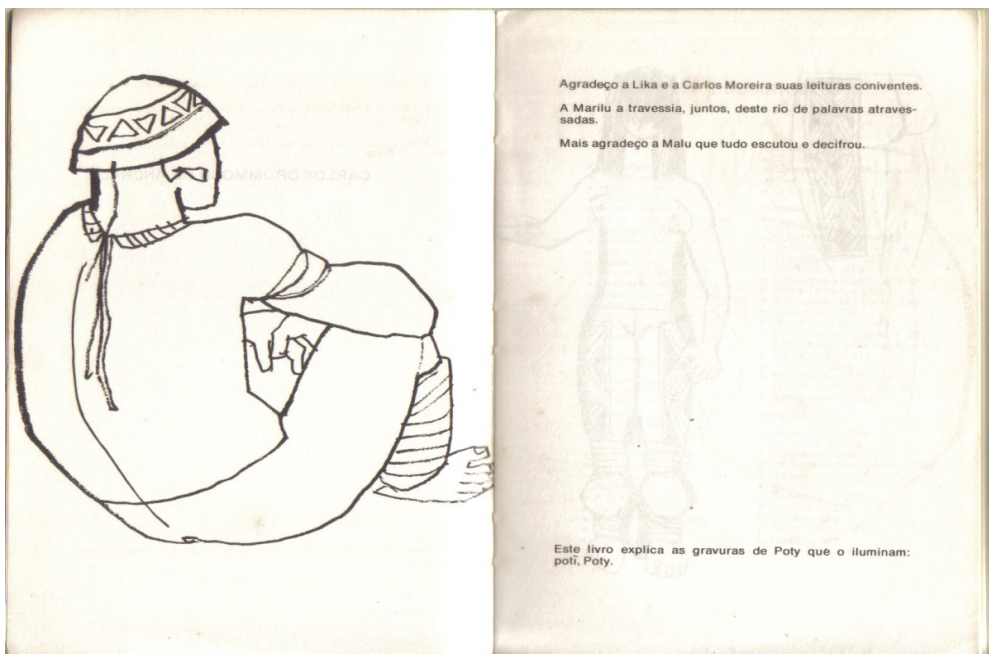


Figura 1

Há, portanto, para a leitura que se inicia nas primeiras folhas desse exemplar de *Maíra*, uma sugestão de que, ao longo das páginas, a arte ilustrativa de Poty Lazarotto retrata e compreende a história exposta no romance, além do fato de cada uma exercer-se como um *paratexto*, adicionando informações ao texto principal do volume.

Ao desnudar o processo de construção do romance e incorporar ao seu volume diversas informações biográficas e bibliográficas, textos e leituras críticas por ele escolhidas para compor esse novo conjunto textual que mantém a rubrica *Maíra*, Darcy Ribeiro cria (sem precisar renomear) um outro livro e um outro efeito. Ele o atualiza, pois a geração que leu *Maíra* no seu lançamento, em 1976, por força do contexto sócio-político e cultural brasileiro daquela época, recebeu recados que só dizem algo à geração atual a partir de uma cuidadosa contextualização (daí, talvez, a presença de sua biografia e de sua bibliografia nas edições posteriores).

Se o primeiro *Maíra* funcionou como uma espécie de compilação de saberes antropológicos, políticos e históricos de um apressado escritor, então convicto de sua morte iminente, o volume do *Maíra* de décadas depois pode ser lido como um compêndio. Na compilação de 1976, foram coligidas as vivências antropológicas com povos diversos, o que resultou na composição de um mosaico de saberes e culturas diversos, da mesma forma que foram reunidas experiências como as do empregado do Serviço de Proteção ao Índio e a então recente experiência do Ministro de Estado exilado voltando a atenção à sociologia e à antropologia teóricas. Por outro lado, no compêndio de vinte anos depois, *Maíra* se assemelha a uma tertúlia de vozes consoantes e reunidas para o desnudamento de um período em particular da história do Brasil, imprescindível para o entendimento da contextura político-social contemporânea.

Entre o lançamento de *Maíra*, em 1976, e o lançamento da sua edição comemorativa de vinte anos, Darcy Ribeiro publicou, em 1990, o seu primeiro livro com a rubrica da *autobiografia*, um pequeno volume chamado *Testemunho*. Nele, Darcy Ribeiro se refere abertamente à sua aventura autobiográfica no texto de “Egosum”, de seu primeiro romance. Sintomaticamente, sob o subtítulo de **Confissão**, no capítulo “Vivendo”, ele relata:

Um tom de revelação, ainda mais fundo e autêntico – porque aparentemente não se refere a mim –, se encontra em certos passos de meu romance *Maíra*. Principalmente num louco capítulo autobiográfico, Egosum, posto no meio do texto sem qualquer razão nem explicação, senão a já aludida enfermidade interior [Darcy Ribeiro refere-se ao trecho anterior do livro testemunho, no qual está transcrita parcialmente uma entrevista dele ao escritor João Antônio, quando Darcy Ribeiro ainda convalescia da cirurgia no pulmão feita em 1974].

Um romance qualquer já é uma autobiografia inventada. Insatisfeito de expressar-me assim em 400 páginas, envergando o couro de um índio-santo sofredor e o de uma jovem e ardente pecadora, eu tive ainda de meter no texto aquele capítulo de testemunho pessoal. Só errei no título, devia ser Ergo-Sum. Ali, depois de contar a história de um índio que explodiu de raiva dentro dos preceitos de sua cultura para os raivosos, e de minha loucura de ir vê-lo, saiu a explicar-me. (RIBEIRO, 1990, p. 18).

A história a que se refere Darcy Ribeiro no texto da “Introdução” da nova edição de *Maíra* é extensamente narrada em “Egosum” e une mais uma vez descrição antropológica e manifestação autobiográfica, proporcionando duplamente um intenso efeito estético e didático:

Ó! tempos meus longínquos aqueles em que eu me exercia como gente, aprendendo a viver a existência dos outros, mas sentindo-me irremediavelmente atado e atolado no fundo de mim. Ali senti, pela primeira vez, o duplo gosto terrível do medo e do desejo de morrer. Um homem pálido, infeliz, órfão do seu filho único, se declarou *inharmon*. Todos fugiram me arrastando com eles para deixar o raivoso sozinho na aldeia. Ele podia pôr fogo nas casas se quisesse; matar os cachorros; cortar os punhos das redes; arrombar os camucins e fazer toda a estripulia que precisasse até se acalmar. Pateava e esturrava no pátio, com o arco e a flecha à mão, pronto para atirar. Furioso como o guerreiro na hora de sangrar o inimigo odioso.

Eu, idiota irreparável, irresponsável sem remédio, quis ver a cara dele. Fugi e fui me acercando devagar, com muitíssimo cuidado, por trás das casas. Quando saí no pátio, ao lado de uma casa, para olhar, dei de cara com o *inharmon*. Estatelei! Ele também! Ficamos ali, um segundo ou um século, não sei, nos olhando incandescidos. Quando me voltou o ânimo espavorido, me virei de costas e saí andando passo a passo, devagar, muitíssimo devagar, esperando o coice da flechada nas costas e desejando e temendo que viesse. É agora, pensava e dava um passo. Não foi agora, mas agora será. E dava outro passo. Nada! Andei assim, passo a passo, flechada a flechada, esperando, esperando, até chegar ao fim da casa. Aí desembestei entre duas casas e saí correndo para o meio do mato.

Parei a uns cem metros, apavorado com o silêncio do *inharmon*. Teria eu desmoralizado totalmente o infeliz com minha burra curiosidade de querer ver o ódio feroz de um índio desesperado? Afinal me reconciliei comigo ao ouvir o esturro forte com que ele retomava o seu papel de furioso.

A fúria assassina dele, que a todos apavorava, a loucura feroz do *inharmon* que um homem só pode exercer uma vez na vida, era uma fúria com regra. Era uma loucura lá deles. Não se aplicava a mim. Assim entendemos ambos, eu e ele, suponho.

**Mas não aprendi. Continuo pela vida afora querendo ver furiosos, cara a cara. Creio que só para depois sair correndo apavorado.** Quando tive, eu mesmo, que ficar furioso uma vez, me controlei e quase sufoquei tomado da tristeza mais vil. Mas quando me veio a hora do medo, do medo derradeiro, do medo feroz de saber, afinal, com certeza certa que sou mortal e que viverei, doravante, de mãos dadas com a minha morte; então, só então, percebi que o urgente é viver. Estou aprendendo. (RIBEIRO, 1983, p. 212-213). [grifo meu].

O trecho final do relato do episódio do *Inharon* é dotado de uma característica também observada no relato da já referida história do azul de metileno na caixa d'água em sua infância. Mais uma vez, são metaforizadas as ações descritas, de um tempo passado, anunciando-as no presente, como em “Mas não aprendi. Continuo pela vida afora querendo ver furiosos, cara a cara. Creio que só para depois sair correndo apavorado”. Da mesma forma que no trecho citado anteriormente, as ações em questão sofrem uma ampliação do seu sentido normal e passam a significar, da mesma maneira, ações combativas e desafiadoras típicas e esperadas de um intelectual. O último parágrafo do episódio do *Inharon* traz ainda na narrativa uma experiência marcante de alguém que vislumbrou a possibilidade real de morrer e escapou tomado de furor pela vida. Numa passagem anterior do mesmo capítulo “Egosum”, o relato do metanarrador de *Maíra* dá um salto temporal, deixando a infância para se ocupar dessa experiência dolorosa vivida pelo escritor muitos anos mais tarde:

Anos meus desaflitos aqueles. Desinsofridos, desinfelizes, em que eu era igualzinho a mim e me sabia. Hoje, quem sabe de mim? Metade tenho refeita de madeira, meio peito com um braço, o direito, e a cabeça inteira. Eu sou resto. Do mais sabe Jesse que me desfez e refez, tirando peças insubstituíveis da criação perfeita e inumerável que eu exemplificava. (RIBEIRO, 1983, p. 209).

A partir de um cotejo com um trecho de sua autobiografia *Confissões*, fica-se sabendo que a ocorrência acima se refere à mencionada operação a que se submeteu Darcy Ribeiro, com cinquenta e dois anos de idade, para extirpar um câncer no pulmão esquerdo, realizada pelo cirurgião Jesse Teixeira, no dia 26 de dezembro de 1974, no Hospital da Beneficência Portuguesa, na cidade do Rio de Janeiro, após diagnóstico feito num hospital em Paris semanas antes: “Partimos para o Hospital da Beneficência Portuguesa, onde seria preparado para o internamento pelo médico operador, doutor Jesse Teixeira, na manhã seguinte.” (RIBEIRO, 1997, p. 434).

A partir dessa retomada textual, é significativo notar que, na referida autobiografia *Testemunho*, após a “confissão” reveladora de parte do processo de confecção do romance *Maíra*, Darcy Ribeiro traz, da mesma forma uma extensa passagem, de “Egosum”, que começa com o último parágrafo do episódio do índio que “explodiu de raiva” e segue até o final do referido capítulo. O episódio do índio que se declarou *Inharon* é também o acontecimento que ocupa mais espaço na seção – uma página inteira com seis parágrafos. Em ambas experiências de quase morte, enfrentando um índio furioso em processo de purgação, e

sobrevivendo a um câncer pulmonar, fica ressaltada, portanto, mais uma vez, a lição da coragem de prosseguir mesmo sob domínio de intenso medo ou profundo arrependimento.

As edições mais recentes de *Maíra*, com a “Introdução” tardia, garantem ao leitor mais do que uma experiência extra que os leitores das edições anteriores não haviam tido; elas convidam o leitor a vislumbrar algo do *espaço autobiográfico* na produção de Darcy Ribeiro, através de uma porta de acesso colocada pelo próprio escritor. Ao leitor que for além dessa porta e perscrutar o processo contínuo de reapropriação de textos por Darcy Ribeiro a partir de “Egosum”, ficará a sensação da *verdade a ser buscada*, que poderá assumir as formas indicadas por tal jogo citacional que gira em torno do *affair* do intelectual. A parábola do azul de metileno, lição do educador de formação comunista, prescreve a questão moral vital para o intelectual da busca destemida pelo domínio do saber a serviço do bem comum. A retomada de textos sobre Anacã (Anakanpukú) destaca a visão do antropólogo de campo sobre o indivíduo indígena como ser humano pleno e capaz de exercer-se como intelectual, além de prescrever um modelo de intelectualidade que não deve ser sinônimo de erudição, mas de comprometimento com o próprio povo e com ideais acima do individualismo, visando o coletivo. Os textos reunidos em função da faceta metalinguística lida em “Egosum” com as questões de vida e morte que eles trazem ressaltam o esforço do antropólogo escritor em compor uma aliança de outras áreas do saber com a literatura, mais perene enquanto discurso, e, mais do que isso, a preocupação recorrente em expor esse esforço.

**(CO)MIGO**

## *Espelho*

No romance, como em outras formas literárias, é possível levar, para o primeiro plano de representação, a intimidade da construção dele mesmo enquanto obra de arte literária. Seja essa apresentação da intimidade um fingimento, ou mesmo a encenação de um fingimento, tal recurso metalinguístico fornece boas possibilidades de observação do exercício de criação literária de um escritor. Nessa perspectiva, em respeito à produção discursiva de Darcy Ribeiro, em especial a partir de seus romances *Maíra* e *Migo*, observa-se que a exposição da intimidade da elaboração desses textos literários pelo escritor extrapola os limites do texto literário, criando uma teia de relações intertextuais com outros textos em domínios discursivos distintos como autobiografia, ensaios e entrevistas.

O romance *Migo*, quarto e último de Darcy Ribeiro, de 1988, é organizado em torno do relato autobiográfico do narrador Ageu Rigueira, no qual são mescladas recordações do seu passado com fatos que se desencadeiam em seu redor enquanto a história é escrita. Ageu é um professor aposentado de Minas Gerais que angariou um discreto sucesso de crítica e público com seus dois primeiros romances e, desta vez, escreve o seu terceiro livro, do qual, mesmo após iniciá-lo, só tem a ideia para o título:

Só sei mesmo desse meu livro – diário? romance? biografia? - é seu nome provável: Migo. Não sei bem por quê. Será talvez para expressar minha identidade mais íntima: a-migo, co-migo. Lembra também inimigo. Que mais? Sei lá! Migo seja, isso me basta. Suspeito também que migo seja eu. Sou eu. (RIBEIRO, 1988, p. 13).

O homônimo livro de Darcy Ribeiro, à semelhança do que é feito em *Maíra*, tem o seu enredo central entrecortado por modelos de capítulos que se alternam estruturando uma compaginação não linear do livro. A primeira coisa que chama a atenção ao se iniciar a leitura é o seu “Roteiro”, uma espécie de prólogo colocado entre uma genealogia (de forma etnográfica) do personagem narrador denominada “Constelação de Ageu Rigueira” e o “Sumário”. O “Roteiro”, texto de uma página, assinado com as iniciais A.R. (Ageu Rigueira) e datado de agosto de 1988 em Maricá (RJ), deixa bem claro para o leitor, em seu antepenúltimo parágrafo, que a identidade de quem escreve *não é* a mesma de quem assina – um jogo de contradição que irá se repetir por outros pontos do romance:

Há uma leitura mais, bizarra, recomendável para leitores preguiçosos. É a dos capítulos de título *grifado*. Neles, nem Ageu, nem eu, metemos o

bedelho. São os próprios personagens que falam, se espelham, confessando-se diretamente a você. (RIBEIRO, 1988, p. 10).

Portanto, desde antes de iniciada a história em *Migo*, o leitor fica a par do fato de que há mais de um narrador a conduzir a leitura do romance. E tal condução se dá através de uma espécie de revezamento aparentemente espontâneo entre ambos durante a história, algumas vezes com referências comentadas sobre essa alternância narrativa e o quanto isso poderá ter de consequência sobre o romance. Além disso, outros recursos metalinguísticos fazem parte do repertório de artifícios lidos em *Migo*, tais como recomendações de leitura, alusões ao nome próprio *Darcy*, referências aos três primeiros romances de Darcy Ribeiro, além da insistência na abordagem de temas teórico-literários como o da natureza da criação literária.

A primeira frase do “Roteiro” traz um atrativo para o leitor pela suscitação de curiosidade que ela lhe incute: “Este é um romance esquisito” (RIBEIRO, 1988, p. 10), o que inevitavelmente o levará à pergunta: *por quê?* Ao sucumbir a esse primeiro e pequeno artifício, a continuação da leitura do parágrafo não faz com que o leitor obtenha a resposta à sua pergunta, mas que ele acate a sugestão dada em seguida: “Tão e tanto que recomendo variadas leituras” (RIBEIRO, 1988, p. 10) e assim procure experimentá-las:

A mais ordinária delas é a horizontal, papai-mamãe, que se lê página por página, na sequência natural, bloco por bloco, do primeiro ao derradeiro capítulo.

Outras leituras possíveis, atabalhoadas, é verdade, mas divertidas, são as verticais. Você lê seguindo a coluna que escolha deste roteiro. Se optar por esta leitura, saiba que meu formalismo não é bitolado, nem colunável. Você vai ter encontrões.

Na primeira coluna, me reconstituo de menino até agora, contando vida, sustos e amores vividos e viventes, dando sempre fato e circunstância. Até parece romance antigo.

Na segunda, conto o que acontece em torno de mim, no dia a dia aqui de casa, geralmente manso, por vezes assustador. É leitura para pecador professo que não lê para julgar, nem para curtir, mas para também sentir, emocionado, pronto a se solidarizar comigo. Só peço que não se escandalize, é matéria para adultos.

A terceira, fala dos amigos que me frequentam. É pelo menos intrigante porque todos se detestam entre si e a mim também. E eu mais ainda a eles. É um fuxico só. Mas é meu lastro, sem ele eu nem seria inteligível, se é que sou. Saltando essa coluna você gostará mais de mim.

A quarta coluna é a da mineiridade e outras bobagens de meu estofo de escritor, suportável para leitor nostálgico, sentimental, disposto a rir de mim e de nós ou a chorar conosco, teorizando dores e gozos.

Você pode também ler bobamente, salteando capítulo a capítulo, como se lhe dê na santa gana. Afinal, o livro é seu e sem conivência do leitor não há romance que se aprume. O acaso pode bem resultar melhor do que minha compaginação.



Há uma leitura mais, bizarra, recomendável para leitores preguiçosos. É a dos capítulos de título *grifado*. Neles, nem Ageu, nem eu, metemos o bedelho. São os próprios personagens que falam, se espelham, confessando-se diretamente a você.

Há, ainda, uma sobra de capítulos que juntei em duas séries, ao final. Este resto é indispensável a qualquer leitura e se trata do que há de mais emocionante em romance. Não deve é ser lido isoladamente. Jamais. Pode até levar você ao suicídio.

Vamos, minha cara, meu caro, vamos logo. Sente, se abanque, porque ler deitado faz mal à vista, acomode-se bem, me leia e desfrute, se puder.

A.R. Maricá. Agosto, 1988. (RIBEIRO, 1988, p. 10).

Ter oito possibilidades de leitura em um só romance pode levar o leitor à crença de uma abundância de escolhas. O artifício que o predispõe a realizar mais de uma leitura no livro nos faz considerar que, apesar do fato de as *leituras em colunas* ou as *leituras de apenas determinados modelos de capítulo* virem a variar as histórias no tocante à feição e ao enredo, algumas informações, depositadas em variados capítulos, não irão variar por estarem, ao longo do livro, repetidas sistematicamente, estando assim *presentes* em praticamente todos os modos de ler possíveis. Desse modo, se um leitor optar por ler de uma determinada maneira e, não, de outra, ele terminará inevitavelmente entrando em contato com aquilo que o escritor fez questão de colocar no caminho e que também estaria em outro modo de leitura pelo qual ele optasse.

À medida em que dá prosseguimento à escrita do livro, Ageu começa a delinear algumas diretrizes sobre o caráter da abordagem que pretende adotar:

Como todo romance, este, se sair, será uma autobiografia inventada, de mentira. Impostada. Nem tanto, porque mesmo quando falso terá de se ajustar a mim como um dos tantos eus que eu poderia ter sido e vivido. (RIBEIRO, 1988, p. 13-14).

Numa passagem da autobiografia *Testemunho*, dois anos depois, podemos ler ideia semelhante com termos idênticos: “*Migo* é minha autobiografia inventada, uma vida que eu até poderia ter vivido se tivesse publicado *Lapa Grande*<sup>15</sup> e ficado em Minas” (RIBEIRO, 1990, p. 209), texto que é apropriado *ipsis litteris* em sua outra autobiografia *Confissões*, nove anos depois (RIBEIRO, 1997, p. 515).

<sup>15</sup> *Lapa Grande* é um romance inédito escrito por Darcy Ribeiro aos vinte anos e que ele proibiu de ser publicado. De acordo com depoimentos do próprio Ribeiro e de outros que tiveram acesso ao texto, trata-se de uma novela de duzentas e cinquenta páginas. Segundo Tatiana Memória, ex-diretora da FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro, *Lapa Grande* é uma novela do tipo “dramalhão mexicano”. Para Darcy Ribeiro, o livro era “Horroroso. Felizmente nunca foi publicado, nem se publicará. Seria desmoralizante”. (Cf. RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 511).

Uma vez decidida a forma textual, o narrador passa a evocar a cumplicidade do leitor para a consecução da tarefa:

Eu e você, me creia, porque, querendo ou não, você me co-autora, ajudando a romanceá-lo. Pondo em palavras as cogitações que esvoaçam dentro de mim, me livro delas, mas as vou metendo uma a uma no seu bestunto. (RIBEIRO, 1988, p. 13-14).

Na mesma perspectiva, o elogio à flexibilidade da forma *romance* vem a ser um artifício que termina por evocar no leitor uma certa disposição de espírito, sugestionando-o e preparando-o para uma maior tolerância com o que está a ler:

O romance como forma livre de repensar a existência, com as suas paixões insondáveis: o amor, a santidade, a sexualidade, a libertinagem, o assassinio, o suicídio, o incesto, o fascínio, o horror, o desprezo, a abnegação, a angústia, e todos o agulhões do corpo e da alma. Nada disso se sabe olhando para fora, objetivamente. Só se sabe, só se sente, olhando para dentro, subjetivamente. Romanceando. Nisto é que eu me alço com algum sustem no registro da realidade presente; outro, em passados recordados, e até arriscando um pé em futuros viáveis. Assim é que, fantasiando, exacerbando, romanceio ecumênico, compondo esta mistura de um diário de mentira – atento a um cotidiano suposto – com uma biografia inventada – como outra vida minha possível – para me ser, neste romance meu e de quem me lê. Sabendo sempre e tendo sempre bem presente que a existência descrita de meu personagem não relata a mim nem a ninguém. Retrata, num exemplo verossímil, uma categoria de gentes em que me incluo. Reconstitui suas miúdas paixões que convertidas em romance ganham verdade e carnalidade, para serem melhor de mim ou de uma pessoa qualquer do que um retrato biográfico. Diferentíssimos somos todos e cada um, mas na verdade das coisas somos iguais, eu e nós todos. Urgidos por fomes, desejos, anseios, necessidades muito carnis, mas também movidos por sentimentos, esperanças, vaguidades espirituais. Tudo isto misturado. As fomes do corpo, tidas como impuras, materiais, não tendo de ser confessadas, aqui se exibem cruamente, sem disfarce de palavreado. As emoções da alma, se dizem confessionalmente, sem pousar angelicalidades. Pra mim, esta é a beleza do romance: dizer-se, inocente, com uma descrição impávida e tranquila. Não falando de mim, mas deles, meus heterônimos, minhas máscaras, escapo das mistificações e me digo todo em carne e espírito, com uma clareza de qualquer outro modo inalcançável. Isto é o que sou: um romancista confessional. (RIBEIRO, 1988, p. 282-283).

De acordo com essa perspectiva teórica, no romance não haveria, portanto, restrições de uso para nenhuma expressão de sentimento humano, por sublime ou vil que possa vir a ser, muito menos pudores para exprimir, às vezes desabridamente, coisas impronunciáveis que figurarão no discurso de personagens, através de *heterônimos* ou por detrás de *máscaras*. Ainda segundo o mesmo trecho acima, ao romance caberia uma expressão inalcançável por

qualquer outra forma discursiva que não seja a do *romance confessional*. No trecho do texto literário em questão, o elogio à forma *romance* parece incorrer no que Philippe Lejeune chama de “mito do romance *mais verdadeiro* que a autobiografia” (2008, p. 26-27). Para Philippe Lejeune, esse mito propaga a noção de que será considerado sempre mais verdadeiro o que *se descobre* no texto sobre determinado autor (2008, p. 26-27). Ainda segundo Philippe Lejeune, haverá basicamente uma diferença na abordagem dos diferentes modelos de texto pelo leitor:

Uma ficção autobiográfica pode ser “exata” – o personagem se parece com o autor – e uma autobiografia pode ser “inexata” – o personagem apresentado difere do autor. Essas são questões de fato (deixemos de lado a questão de saber *quem* irá julgar quanto a essa semelhança e como) que não influem nas questões de *direito*, ou seja, no tipo de contrato estabelecido entre o autor e o leitor. A importância do contrato pode ser, aliás, comprovada pela própria atitude do leitor que é determinada por ele: se a identidade não for afirmada (caso da ficção), o leitor procurará estabelecer semelhanças, apesar do que diz o autor; se for afirmada (caso da autobiografia), a tendência será tentar buscar as diferenças (erros, deformações etc.). Diante de uma narrativa de aspecto autobiográfico, a tendência do leitor é, frequentemente, agir como um cão de caça, isto é, procurar as rupturas do contrato (qualquer que seja ele). (LEJEUNE, 2008, p. 26).

Para Philippe Lejeune, a oposição entre *ficção autobiográfica* e *autobiografia* pode ser melhor entendida se compreendermos o simples fato de que os artifícios usados para glorificar o romance em detrimento da *autobiografia* são maneiras de estabelecer um *pacto autobiográfico* para o leitor. Nessa perspectiva, portanto, nos casos em que o escritor publique romance e autobiografia e invista (mesmo que de dentro do texto ficcional) na glorificação do romance e no rebaixamento da autobiografia, esse escritor está habilmente designando o *espaço autobiográfico* no qual ele deseja que sua produção seja lida. (LEJEUNE, 2008, p. 42).

Ao identificar as semelhanças do texto de *Migo* com textos das duas autobiografias de Darcy Ribeiro, entre outras fontes (incluindo o seu primeiro romance *Maíra*) – atento tanto à entrega em “carne e espírito” do escritor no plano do romance como sinônimo de sua indiscutível franqueza, quanto à exatidão sistematizadora da autobiografia –, o leitor de tais *descobertas* terá estabelecido sua leitura no âmbito relacional do espaço autobiográfico constituído na produção de Darcy Ribeiro, e estará sujeito a temas cuidadosamente escolhidos por ele para a sua revisita.

A partir dessa perspectiva, um dos artifícios relevantes que podem ser lidos em *Migo* é o recurso da alusão ao nome próprio *Darcy*, feita por Ageu, que atribui a autoria das suas recordações a essa voz narrativa “intrometida” assim referida:

Mergulho outra vez no poço dos meus recordos. Mas não são eles, os ausentes ou os mortos que mais me atanzam. São meus próprios eus que eu fui, vivi e deixei de ser. Uns ruins demais de recordar, outros, nem tanto. (RIBEIRO, 1988, p. 292).

Você viu como Darcy se intrometeu? Me pôs para trás, o sacripanta. Isto é lembrança dele. Não tem nada a ver comigo. Sacana. (RIBEIRO, 1988, p. 292-293).

Passagem com teor semelhante pode ser lida em um trecho de *Confissões* novamente trazido a exemplo: “Nesses quatro romances o que faço, de fato, é voltar a banhar-me nas águas em que me banhei. *Migo* é minha autobiografia inventada, uma vida que eu até poderia ter vivido” (RIBEIRO, 1997, p. 515). No mesmo diapasão, em outras alusões ao nome próprio *Darcy* em *Migo*, o artifício de Ageu não é mais mostrar a “intromissão” desse *Darcy* na condução da narrativa, mas de assumir, dessa vez, que utilizou a experiência afetiva *dele* para compor a história:

Hoje tenho uma verdade nova em flor para revelar a você. Esta minha verdade nova é novidade novidadeira dessas que atizam a gente. A verdade que eu aqui revelo, agora, doida verdade, é que por trás de minhas amadas tantas, tão belas, que aqui desfilam suas graças, eriçando pêlos, destilando óleos e mirras, recebendo almíscar, estão, disfarçadas, as amadas de Darcy. Você reparou como as mulheres dele são sempre peludas e cheias de cheiros? (RIBEIRO, 1988, p. 363).

No trecho que vem logo em seguida, Ageu, na sua condição de personagem, menciona a atribuição das experiências amorosas por esse *Darcy* a ele, e ao mesmo tempo questiona a veracidade de tais experiências por parte dele:

Esses muitos demasiados amores que ele me atribui terão sido amores carnavais que ele viveu? Ou são, como os meus, amores de fantasia? Em literato não se confia. Alimentando-se de palavras, neles o real e o imaginário são uma coisa só. Que importa isso, afinal? (RIBEIRO, 1988, p. 363).

Ao final, o discurso volta ao tom inicial reforçando e elogiando a atribuição por *Darcy* das memórias e das experiências afetivas a ele, Ageu, não mais como uma novidade

possivelmente perturbadora ou passível de reprovação, mas como elogio à relação quase simbiótica entre eles:

Aqui pra nós, acho que Darcy me assume tão bem porque espelho a vida que ele gostaria de ter vivido. Amo os amores que ele mais queria amar. Assim é ele. Foi-se de Minas há tanto tempo, perambular pelo mundo, mas não se consola. Ou ele me inventará assim, modesto e tímido para se consolar? Versátil, Darcy atira tanto na ação como no pensamento. A mim, ele me fez apto só para a imaginação. Ainda bem que me deu esses amores maiores que amei e ainda vou amar. Será? (RIBEIRO, 1988, p. 363-364).

A alusão a um certo nome próprio enquanto artifício metalinguístico terá relevância quando observada em conjunto com outros recursos que se imiscuem na narrativa, afetando-a e conduzindo-a a determinados critérios de leituras. No capítulo “Vício”, em que Ageu fala da escrita com uma destinação da qual “não se pode escapar”, (RIBEIRO, 1988, p. 334), podemos ler a descrição sumária de uma carreira literária que coincide com a de Darcy Ribeiro ao fornecer informações como títulos e descrições de obras literárias idênticos aos seus:

Este meu Migo que você lê aí, não sei onde, não sei quando, é o quarto romance que escrevo. Até parece o primeiro tanto é o nada que aprendi com os outros todos, para me servir agora, aqui.

Num, o primeiro, me visto de índio Mairum para sentir e fazer sentir a dor e o gozo de ser índio. Seu tema é a morte de Deus: morre porque o mundo não tem remédio. Falo do mundo índio em seus caldos originais; do nosso nem se fala.

Noutro, me faço fazendeiro boçal, como minha gente dos dois costados, filhos e netos de senhores de escravos, gastadores de gente. Ele não é minha glória, é meu fracasso. Tudo fiz, pus quanto talento tinha, para desenhar odioso aquele Mulo e ele me saiu comovente. Só romance é assim de infiel com a gente.

No terceiro assumo, rindo, a nossa consciência numa anti-utopia glauberiana em que me disfarço de negro prenhador de amazonas para retomar o discurso bolivariano numa paródia de *A Tempestade*. Todo mundo tomou o livro, aqui, como piada. É o mais sério que escrevi, dizem lá fora.

Agora, o desafio é maior. Aqui encarno minha própria carne, a que podia ter sido, até devia. Mas não fui, aterrado que fiquei com a sina proposta de reviver a vida dos meus. O que busco é aquele eu que eu teria sido, é meu sentimento mineiro do mundo que eu teria tido, para aqui, curti-lo de mentira, como se fosse meu mesmo no mais intrínseco de mim.

Sei bem que esse Gê, tímido e gaiato, não podia ser eu, jamais. (RIBEIRO, 1988, p. 334-335).

A carreira literária em questão não pode ser a de Ageu, pois este publicou apenas dois livros e escreve o seu terceiro: “Escrevi demasiados livros, publiquei dois. *Amaro*, a história

de um garimpeiro durão, que vive sua vida inteira na certeza que vai enricar amanhã com o diamante maior que há. E *Xisto*, o romance de um par de mendigos” (RIBEIRO, 1988, p. 19). A descrição coincide fielmente com dados da carreira literária de Darcy Ribeiro, informação que pode ser lida na descrição de seus dois primeiros romances em *O Brasil como problema*:

Só no exílio, nos seus longos vagares, tive ocasião e desejo de novamente romancear. Escrevi então meu primeiro romance, *Maíra*, o mais conhecido deles, em que revivo as emoções dos anos de convívio com os índios. Seu tema é a dor e o gozo de ser índio, tal como eu os pude sentir emocionalmente, mas nunca fui capaz de expressar nos meus escritos científicos. Seu sentido é a morte de Deus, ou ao menos de Maíra, o Deus índio que renasce e morre porque este mundo não tem remédio. Ainda no exílio, escrevi outro romance, *O mulo*. Nele retomo meus recordos da primeira juventude, no feio mundo de minha gente paterna de senhores de terra, afeitos ao ofício de gastar gente com indiferença espantosa. Imaginei que o personagem principal, a quem por isso chamo de mulo, seria detestado pelos leitores. Não é assim. Como minha literatura não é maniqueísta, ele encarna muitas verdades, e o fato é que mais comove que revolta. (RIBEIRO, 1995, p. 310).

E também na descrição de seus dois últimos romances, como encontrada em *Confissões*:

Minha terceira novela, *Utopia Selvagem*, é uma espécie de fábula brincalhona, em que, parodiando textos clássicos e caricaturando posturas ideológicas, retrata o Brasil e a América Latina. O livro foi tomado como piada em suas várias edições no Brasil. Ninguém aqui se deu conta de que tinha algo mais do que tiradas e gozações. (...) Seu tema é um sargento negro que cai na terceira margem, onde é agarrado por umas amazonas. (...) O último romance que escrevi – *Migo* – é uma espécie de retrato psicológico do intelectual na sua forma de romancista provinciano e um mergulho na mineiridade. É, na verdade, um romance confessional, em que me mostro e me escondo, sem fanatismos autobiográficos. Mais revelador, porém, acho eu, do que sou e do que penso, do que seria possível na primeira pessoa. É um texto muito trabalhado, mais que os outros. (RIBEIRO, 1997, p. 514).

Tendo em perspectiva o cotejo das descrições, a semelhança é incontestável entre o texto de *Migo* e as informações provenientes de sua autobiografia e de seu ensaio. Além da coincidência de títulos e características dos livros descritos, em ambas as descrições prima o estilo descritivo, simples, com detalhes pontuais, feitos em primeira pessoa e num tom quase informal. Porém, a informação que, no contexto da descrição lida em *Migo*, resulta num importante efeito de convencimento do leitor é encontrada na última frase do trecho em questão, logo após a descrição desse *outro* narrador de seus quatro livros: “Sei bem que esse Gê, túbio e gaiato, não podia ser eu, jamais” (RIBEIRO, 1988, p. 335). Nesse ponto da história, já depois de ter sido exposto às alusões ao nome próprio *Darcy*, e a bem do artifício

metalinguístico, a afirmação de que *não é* Ageu que está a cargo da condução da narrativa torna-se oportuna, resultando num efeito que aproxima de vez o leitor da convicção de que a descrição pode ser de Darcy Ribeiro. Após tal afirmação, portanto, o leitor será inevitavelmente levado a identificar o *narrador* desta descrição com o *personagem Darcy* – o intrometido narrador ocasional aludido por Ageu – e finalmente com o *autor* de capa do livro que abriga o romance, Darcy Ribeiro.

Conquanto no caso em questão aconteça o que pode ser configurado como *pacto autobiográfico*, segundo reza a concepção de Philippe Lejeune no tocante à classificação da autobiografia, não interessa, para a presente análise, essa sua concepção de *pacto* em si, visto que, lembrando, “toda escritura representa um pacto biográfico ou autobiográfico” (HOISEL, 2006, p.7), mas o quanto a instrumentalização arregimentada por Philippe Lejeune na arquitetura do seu *pacto* pode ser útil na continuação do manejo de uma outra noção sua como a de *espaço autobiográfico*.

Além dos artifícios como as recomendações de leitura, as alusões ao nome próprio *Darcy* e à carreira literária de Darcy Ribeiro – recursos metalinguísticos capitalizados para a confecção do que enxergamos como um típico *pacto autobiográfico* – um outro recurso que pode ser lido com grande frequência em *Migo* manuseia o tema teórico-literário da natureza da criação literária. Da mesma forma que os outros artifícios observados, a persistência na abordagem da natureza da criação literária como uma *força do inconsciente* está intertextualmente vinculada a trechos de outros domínios discursivos como autobiografia, entrevista e artigo.

Em “Diário”, capítulo que abre o romance *Migo*, num momento da história em que o seu narrador, Ageu Rigueira, ainda exprime dúvidas acerca da feição que o livro deverá ou não tomar, ele afirma categoricamente a sua posição sobre o ato criativo:

Escrevo como quem vomita o inconsciente às golfadas, pondo para fora o que há lá dentro, no fundo de mim. Tudo metido em palavras e frases legíveis. Verdadeiras? Por vezes. Mas sem nenhum fanatismo de veracidade, misturando passado e presente como me saiam. Espontaneamente. Quando tomo o comando me envolvo tanto que me atrapalho todo. Se me enrosco até não me metendo, quanto mais. (RIBEIRO, 1988, p. 13).

Na autobiografia *Testemunho*, dois anos depois, lemos a mesma ideia: “Isso tem o romance de forte; saindo vomitado, às golfadas, do inconsciente, nunca é maniqueísta” (RIBEIRO, 1990, p. 207). Tal visão da natureza do ato criativo remonta ao *romantismo* oitocentista e, através de outros movimentos estético-culturais um pouco mais recentes, como

o *surrealismo*, terminou por estabelecer uma relativa persistência<sup>16</sup>, o que torna sintomático o depoimento de Darcy Ribeiro no texto de uma “Introdução” tardia inserida na edição comemorativa dos vinte anos de lançamento do romance *Maíra*, em 1996:

Romântico que sou, gosto de pensar que os romances, como os sonhos e os poemas, nos saem do inconsciente às golfadas. Por isso, são interpretáveis sem levar em conta as opiniões do autor. É certo que este tem o que dizer de sua arquitetura. Ou seja, como lhe deu o esqueleto para que se pusesse de pé. Terá também notícias a dar sobre se compaginou os capítulos para que cada um afetasse o outro, dando uma ilusão de sequência para engabelar o leitor.

A primeira versão de *Maíra* me saiu por razões terapêuticas. Eu a escrevi para sair da surmenage em que caíra no meu exílio uruguaio, e que já não me dava paz nem para dormir ou para ficar acordado. (RIBEIRO, 2001, p. 19).

Dessa vez, nota-se um esboço de relativização do posicionamento em relação à atividade criadora em si, procurando assumir que há um lado, por assim dizer, racional no processo. Algo que poderá ser lido também em *Migo*:

Essas são estórias que você, leitor-leitora, quando quiser, se quiser, pode compor. Eu aqui estou como criador é para criar esta estória que me sai na ponta da pena e de que gosto muito. O romancista – já disse a você – é quem primeiro lê seus livros. Vamos lendo à medida que ele nos vai saindo, quase sempre de forma abrupta. Surpreendente.

Isto significa que não compomos romances seguindo planos. Ao menos eu, não. Apenas propomos à imaginação, à minha e à sua, um esquema para fantasiar. Dentro dele, as coisas vão sucedendo, capítulo após capítulo, desordenadamente. Muitas vezes até fora do esquadrão. Isto é muito ruim, porque obriga a refazer o próprio esquema, laboriosamente. Cada tema ou personagem que eu mexa, mexe com tudo o mais, põe todos os outros a tremer, exigindo reparos. (RIBEIRO, 1988, p. 368).

Tanto uma maneira “abrupta” de colocar o texto no papel quanto a admissão do uso de “esquemas” e “reparos” fazem parte do labor do romancista, que não se restringe apenas ao ato de criar, mas a tarefas inglórias como pensar a compaginação do livro e realizar diversas leituras de correções:

Esses capítulos salteados, uma vez feitos, eu vou pondo na gaveta, para um dia compaginar. Servicinho delicado, para concatenar bem eu leio, buscando contradições que tenho que corrigir e sobretudo sentindo o efeito de cada capítulo sobre o que o antecedeu e sobre o que vai suceder. Trabalho danado, pede uma atenção redobrada, para que a urdidura seja correta e nela a trama

<sup>16</sup> Interessa lembrar que Darcy Ribeiro nasceu em 1922 e a sua fase de formação como leitor se deu enquanto as ideias dos movimentos de vanguarda, inclusive o último deles, o *surrealismo* (de 1924) ainda estavam ativas.



trace e retrace os temas como devem ser, num tecido bom de ver e tocar ou num livro bom de ler.

- Ei, você aí que me lê, por que não escreve seu próprio romance? (RIBEIRO, 1988, p. 368).

Em *Migo*, desta feita no capítulo “Ageu”, a noção do inconsciente como responsável pela criação é posta em questão:

Agora começo este novo livro pr'ocê. Por quê? Sina, decerto. Mas o que é mesmo? É um diário ou é um romance? Estaria eu possesso dele, necessitando vomitá-lo do meu inconsciente? Qual! Isto é literatice dessas que me dão às vezes. Releve.

Não sei como ele será. Só saberei à medida que me vá saindo. Tal como você que saberá à medida que for lendo. Lá pela página 50, saberemos ambos que temas versará. No fim, seremos íntimos amigos de infância. Tomara. (RIBEIRO, 1988, p. 19-20).

E, portanto, na página 51, no capítulo “Rio”, há o relato de Ageu sobre a experiência constrangedora de participar de um simpósio em que ele foi escrutinado como escritor por uma doutora em Letras. Por sua vez, o capítulo que trata do ato de criação da escritura em si, como predito no início pelo mesmo Ageu, advoga o tema do livro como a “escritura” do romance, ideia que lemos também na autobiografia *Testemunho*: “É um texto muito trabalhado, mais que os outros. Não, talvez, pela tarimba que alcancei, mas sim por ter como fulcro a própria escritura” (RIBEIRO, 1990, p. 209).

Quanto ao constrangimento sofrido por Ageu no Rio de Janeiro, é possível notar o tom de ironia que vai pouco a pouco ganhando contornos de revolta incontida, levando-o inclusive a esbravejar e xingar:

Estou chegando do Rio. Fui participar de um painel literário, com um bom plantel de sumidades locais e de fora, além de quantidade de gente jovem. Como esses doutores em letras sabem literatura! Como falam bem: catedráticos! Ouvindo-os, constato que nós, literatos, somos perfeitamente dispensáveis.

O pior foi a arguição que sofri de uma douta dona que apareceu lá. Descabelada. Leu tudo que é meu, não só o que escrevi, mas o que ela quis ler. Pelo visto, não gostou de nada. Apesar disso queria saber ainda mais de mim, de minha obra. A cretina, além de me apertar com perguntas de ponta, impossíveis de responder e até de entender, me ridicularizou. Demais.

– Então, Rosa vomitou o Grande Sertão? Bolas! – Ela acha que sabe perfeitamente bem quem eu sou, como escrevo, tudo, tudo. Pra ela quem não sabe de mim sou eu. Terá razão, talvez, mas é feia demais. Nariguda, como judia antiga. Cabaçuda, tenho certeza. Cabaço empedrado, impossível. Estrupício de mulher.

Me doeu mais foi ver a moçada rindo de mim, gozando, do interrogatório da virago e de meu constrangimento. Ela provou para todos, naquela sala, que literatura é coisa séria demais; literato, não. Sobretudo literato mineiro, tão bestas que nem sabem disso. Confessam que escrevem como quem respira. Inscientes. Terá razão? Ela é uma cientista, nos estuda observando atentamente, assim como outros fazem, experimentando com bichos. A cobaia dela sou eu. Vá estudar a puta que a pariu! Diante desta gaja Stela é pinto. (RIBEIRO, 1988, p. 51).

Ao falar da sua experiência com a literatura, num depoimento para o livro *Encontros de vida: 34 depoimentos de pessoas com mais de 60 anos apaixonados pela vida*, Darcy Ribeiro rememora um acontecimento idêntico:

Na literatura, eu não me cavalgo. Ela é que me cavalga, faz comigo o que quer. Disse, um dia, numa conferência - e uma jovem ficou muito irritada - que meus livros são vômitos do meu inconsciente, saem de mim como tinta que respinga. A literatura para mim é isso. (ANEXO C, p. 134).

Novamente em *Migo*, parece haver uma espécie de resposta à oposição crítica encontrada por Ageu quando da participação do referido “painel literário” no Rio, atribuindo, contudo, tais especulações e elucubrações a *Darcy*:

Assim é que escrevo, parindo minhas crias, tal como elas me saem brotadas do fundo de mim, sem qualquer plano nem intenção. Se razão há, explicável, entendível, para que elas sejam assim ou assadas, isto não é assunto meu. É tarefa de crítico e ele que se vire, misturando fatos inventados por mim com teorias cabeludas lá dele, para especular o que poderia ter sucedido para que as coisas dessem no que deram: bestagens. Qual! Isto é literatice do Darcy. (RIBEIRO, 1988, p. 213).

Ao final da “Introdução” tardia de *Maíra*, lançada um ano antes de sua morte, Darcy Ribeiro relativiza em definitivo a opinião largamente reproduzida e discutida em *Migo*, assim como nas suas autobiografias e outros locais, de que a atividade de criação literária é um ato inconsciente e incontrolável:

Comecei esse texto dizendo que o romance é interpretável, como os poemas e os sonhos, porque verte espontâneo do autor. Nessa altura, confesso que ponho em dúvida esse juízo. Não posso pensar Rosa golfando seus jagunços cheios de espiritualidade e de saber. Sou mesmo é escritor, cobaia a ser escrutinado. O que posso dar são testemunhos como este. Duvidosos. (RIBEIRO, 2001, p. 21).

Em consonância com a pretensão de ser uma “escritura contraditória” (RIBEIRO, 1988, p. 42), podemos afirmar que há em *Migo*, pelo menos, uma contradição fundamental e

produtiva para entender o recurso expressivo da escrita do romance em questão, bem como o importante papel desempenhado por esse romance na minha abordagem da produção discursiva de Darcy Ribeiro. Em vários capítulos de *Migo*, pode-se ler a noção de que o romance “sai às golfadas do inconsciente”. Justamente por conter trechos em que isso é sistematicamente repetido, compreende-se que o próprio *Migo* em si não saiu “às golfadas do inconsciente”, mas que foi meticulosamente estruturado, inclusive para expressar essa noção. O que quer que isso guarde de significativo incidirá no recurso de cativar mais a atenção do leitor, fazê-lo pensar, reler, enfim, se expor mais de uma vez ao que foi escrito. Vem a ser mais um recurso expressivo e persuasivo a que ele estará exposto. É interessante que o próprio Darcy Ribeiro, no texto da nova “Introdução” de *Maíra* (oito anos depois de *Migo*) faz questão de rever suas convicções ao final, dizendo que isso é uma coisa pouco factível, vide Guimarães Rosa e os seus jagunços. E poderíamos acrescentar: o próprio *Migo*, de Darcy Ribeiro, até nos recursos metalinguísticos, “jorra” racionalidade na esquematização. O romance em questão desfaz o mito criado pelo escritor. *Migo* é estrategicamente elaborado e ordenado, sendo um exemplo do quanto o seu escritor foi um “artífice”, do quanto racional ele foi para elaborá-lo.

O recurso metalinguístico extensivamente difundido e comentado, portanto, cria interesse sobre outros aspectos presentes no romance, inclusive sobre outros recursos que passam a “aparecer” mais, pois acaba se criando um “jogo de espelhos” que, por sua vez, cria mais possibilidades para que a visão do leitor enxergue muito mais do poderia normalmente. Mais do que vislumbres.

### *Alternos*

No romance *Migo*, o processo de repetição sistemática da noção de superioridade do discurso literário em relação ao discurso científico obriga a volta a um trecho, já trazido ao primeiro capítulo deste trabalho, em que Darcy Ribeiro descreve a sua “experiência de romancista”. O trecho a seguir, retirado do livro *Testemunho*, de 1990, é apropriado anos mais tarde em *Confissões*, de 1997<sup>17</sup>.

A experiência de romancista é a das mais fortes em minha vida. Criar personagens e fazê-los viver seus destinos, amando seus amores, sofrendo suas dores, é pelo menos comovente. Melhor ainda é o sentimento de que se

---

<sup>17</sup>A única diferença técnica, por assim dizer, entre um texto e outro, é o uso, em *Confissões*, do pronome demonstrativo “essas” (no início do segundo parágrafo), ao invés de “estas”, como em *Testemunho*. Fora esse pequeno detalhe, a semelhança é completa.

vai penetrar na intimidade do leitor, invadir sua alma, irisar seu corpo, porque se ele não se abre para o romance também não goza, fazendo-o sentir, por verdades carnavais, minhas fantasias.

Estas qualidades supremas de reconstituição da vida, de comunicação sentida de ideias, de emoções, no romance, se alcançam com uma verdade mais funda e real que nos textos científicos. Se alcança, por igual, um reconhecimento que os ensaios, por exitosos que sejam, não nos dão. (RIBEIRO, 1990, p. 109-110).

Em consonância com esse relato presente nas duas únicas autobiografias oficiais de Darcy Ribeiro, pode-se notar que, no romance *Migo*, através de vários trechos em capítulos diferentes, o personagem Elmano termina por se constituir numa das janelas pelas quais é propagada tal noção da eficácia maior do discurso literário. Nesse sentido, Elmano viria a ser o oposto do narrador Ageu Rigueira. Cientista social e ensaísta respeitado, homem bem falante, viajado e indisfarçadamente experimentado no quesito mulher, Elmano provoca, quase sempre, desconforto em Ageu:

Por que consinto que Elmano venha cá? Por que deixei Stela trazê-lo de volta para esse convívio amargo? Convívio? Briguívio? Por que gosto tanto de implicar com ele? Por quê? A verdade é que gosto dele apesar de mim. (RIBEIRO, 1988, p. 202).

A ambiguidade de sentimentos de Ageu em relação a Elmano, presente no final do trecho acima, equipara-se, portanto, ao diálogo em potencial de suas histórias de vida, seus sucessos e seus fracassos. Diferente de Elmano, o sexagenário professor aposentado Ageu, com raras viagens nos seus últimos quarenta anos, é autor de romances bem sucedidos de crítica e público:

Hoje Elmano entrou aqui em casa pela mão de Stela. Bem-falante como sempre. Falou espichado de sua vida bem vivida. Ouvi com muita inveja. Enraizado aqui em mim, ouvindo Elmano, passei com ele pelos mundos onde andou. Vastos mundos.

Por instantes, desejei sair eu também, aventureiro, por aí, procurando alegrias e dores. Qual! Não sou disto não. Nunca fui. O escritor que sou tem limite precisamente nesse confinamento mineiro que sempre vivi atrelado. Como saber do humano, se dele só sei a humanidadezinha nossa, geralista? (RIBEIRO, 1988, p. 133).

Por sua vez, exprimindo-se através de um modelo recorrente de capítulo no romance (os capítulos grifados) em que cada um dos personagens testemunha com sua própria fala (à semelhança de um confessor), com certa má vontade a respeito de si e de outros

personagens, Elmano também refere-se a Ageu (Gê) através de sentimentos como repulsa e uma admiração suspeita:

Esse Gê, mesmo, antipatizei demais com ele. Depois fiquei ressabiado com um pouco de inveja do êxito literário dele. Demasiadamente reconhecido, ao contrário do meu, necessitando ser gabado até por mim mesmo. (RIBEIRO, 1988, p. 316).

Uma vez estabelecido tal pano de fundo temático a partir do embate de tais personalidades, o romance passa a propagar de maneira mais contundente a noção da eficácia maior do discurso literário frente ao discurso científico. Em conformidade com a convicção trazida pela “experiência de romancista”, a referência a essa ideia no romance em questão continuará, na maioria das vezes, sendo realizada através do personagem Elmano.

No capítulo “Elogios”, Ageu Rigueira reclama da maneira com a qual o *carente* Elmano, através de uma forçada modéstia, consegue lhe arrancar elogios. As queixas de Elmano, parafraseadas por Ageu, vão aos poucos constituindo-se num libelo em favor da literatura:

Não escapo desse filho daquela. Hoje, o corno brilhou novamente, à minha custa. Aparentemente até me elogiava: - Pobre de mim, nunca fiz literatura como Ageu. Sempre me dei à ciência, ao ensaio. E continuou por aí, se comparando comigo. Sempre me dando vantagem. Tudo para me foder. (RIBEIRO, 1988, p. 202).

Para Ageu, o intento de Elmano sempre que o visitava, apesar das vezes em que se ocupou em contar efusivamente as suas inúmeras peripécias e seus feitos ao redor do mundo, era utilizá-lo como uma espécie de refúgio em que pudessem ser recarregadas as baterias da sua auto-estima. Segundo o relato de Ageu, Elmano irá primeiramente fazer o seu jogo, de quem primeiro elogia para depois ser elogiado:

Os cientistas para ele são uns coitados. Trabalhando com fatos singelos, fatos sem história, nunca alcançam consistência coloquial. Nós, literatos, ao contrário, trabalhando com a realidade verdadeira, personalizada, podemos enredar nossos romances. Alcançamos, assim, uma penetração maior e até maior verossimilhança. Acresce, diz ele, que a ciência e o ensaio só são inteligíveis para iniciados. (RIBEIRO, 1988, p. 202).

Percebe-se, no trecho acima, em especial com as ideias de alcance de “uma penetração maior” do discurso literário e da inteligibilidade restrita, que “a ciência e o ensaio”

possuiriam, em comparação com a literatura, o que se configura numa reapropriação das ideias do texto supracitado das autobiografias *Confissões e Testemunho*.

O elogio final de Elmano é relatado por Ageu, culminando na eleição da literatura como única via capaz de conseguir apreender uma compreensão da realidade a ponto de recriá-la satisfatoriamente:

- Só na literatura, concluiu, se reconstitui a realidade, mostrando as coisas como elas acontecem, ou existem, em sequências, encadeadas, concatenadas, como na vida. Se pudesse, arrematou, queimava tudo que escrevi e começava de novo, no romance. - Aí virou para mim e perorou: - Você deu certo, sô! Eu, que me meti a cientista, fracassei. (RIBEIRO, 1988, p. 202).

A questão em si da eficácia dos discursos pode não estar pacificamente assentada na compreensão do problema como um embate entre dois caminhos distintos para a aquisição do conhecimento, em que um vence e o outro fracassa. As duas modalidades de discurso são mistas, dada a impossibilidade de qualquer um dos dois de estar toda e completamente dentro da linguagem verbal (GROSSMANN, 1982, p. 47). A vantagem que possa ter o discurso literário, no entanto, pode advir, primeiramente, da faculdade deste de “incorporar e transcender a criação científica”, como afirma Judith Grossmann. Para ela, isso se dá porque

A ciência se volta para o mundo exterior e para verdades que lhe são extrínsecas, das quais constrói modelos ou reproduções, formulando-lhes usos e funções, de modo que o teor de criatividade da ciência é mais baixo do que o da arte, e o seu teor de reprodutividade ou de réplica, mais elevado. A arte e a arte literária voltam-se para o mundo exterior já como trazido para o seu interior, um outro território, o território literário. As verdades da arte são verdades de um universo próprio, inerentes à sua maneira de representar o real, deslocando-se para um outro espaço que compete, em termos de realidade, com o espaço do real. (GROSSMANN, 1982, p. 48).

Ainda para Judith Grossmann, ao invés de meramente reproduzir a realidade, a literatura trata de produzi-la:

Nessa produção de realidade se inclui a própria obra literária, objeto a mais, que não existia antes no mundo natural e que tanto o expressa quanto a ele se opõe, selvagememente, às vezes. (GROSSMANN, 1982, p. 48).

Nessa perspectiva, quando Ageu cede espaço a uma outra voz narrativa (fato recorrente em diversos capítulos do romance), a um outro *eu* que não ele próprio, é toda uma

existência de imortalidade que esse *eu* enxerga para Gê (Ageu) e que essa voz rivaliza com a própria sorte de ser mortal, perecível e fadado ao esquecimento:

Não se iluda, Gê. Sua vida sem esqueleto que a sustente, sem substância de carne, sem envoltura de pele e de pêlos, é mais limpa e assética que nossa vida zoológica. Você não existe na escala da matéria planetária, imortal. Nada é, também, na escala da matéria viva, organizada, evolutiva, mortal. Vive é na dimensão do espírito, dignidade maior da matéria, capaz de vê-la, de entendê-la. Eu e você envelhecemos. Eu envelheço carnal, enrugado, encanecendo. Você não, só envelhece de mentira. Ainda vai viver, páginas adiante, os trabalhos e os dias mais criativos de sua existência sonhada. Eu, de mim não posso dizer o mesmo. Quisera. (RIBEIRO, 1988, p. 220-221).

Portanto, após a interferência desse outro *eu* narrador, dando-lhe conselhos e tecendo-lhe elogios à maneira de Elmano, Ageu termina por incorporar em seu discurso a noção da imortalidade, sobre a qual se expressa de maneira veemente ao final do romance:

Meu relato romanesco, ainda que falso, será tão real ou irreal como o seu, isso se o seu chegar a dizer-se. Eu me vivendo e me dizendo nesse rio de palavras emocionadas, passo a existir graças à permanência, à veracidade testemunhal que só a literatura confere como verdade verdadeira. Você, se não se produz como literatura, amanhã não será nada, nada, por mais veementes que sejam seus amores.

Só o romance dá entidade referível, existência real às pessoas. Condensando, coisificando recordos, ele guarda um feixe de destinos que seriam fatalmente esquecidos. Permite até participar mil vezes de dores e de gozos ocorridos, como se eles estivessem sendo sofridos e gozados agora. Meu amor mais amado, que eu amo agora ardentemente, amanhã esquecido, é como se não tivesse existido.

No romance, só nele, a vida esplende e se salva, impedida de fluir e se perder no fluxo inexorável do tempo. Ainda duvida? Não importa. A mim só me afeta a certeza de que no milênio que vem, eu e Nora estaremos lá, vivazes, jorrando nosso jorro de vida e de felicidade. E você? Você, pergunto eu, você minha amiga, você, meu amigo, como estará, onde estará? (RIBEIRO, 1988, p. 394-395).

No romance *Maíra*, no referido capítulo “Egosum”, pode-se ler um desejo semelhante de permanência:

Também e principalmente quisera a glória – como o oxim. A glória de ficar depois de mim, por muito tempo cavalgando na memória dos netos do filho que nunca tive. Permanecer. (RIBEIRO, 1983, p. 213).

Cinco anos após o lançamento de *Migo* e doze após *Maíra*, no discurso de posse de Darcy Ribeiro da cadeira número 11 da Academia Brasileira de Letras (ABL), pode-se encontrar também a ideia de permanência, através da crença na perenidade do discurso literário:

Estou certo de que alguém, neste resto de século, falará de mim, lendo uma página, página e meia. Os seguintes menos e menos. Só espero que nenhum falte ao sacro dever de enunciar meu nome.

Nisto consistirá minha imortalidade. (ANEXO B, p. 123).

Inicialmente antagônicos, portadores de posições e histórias de vida diferentes, produtores de conhecimento sob formas diferenciadas, Ageu e Elmano performatizam em *Migo* algo das experiências do antropólogo e do romancista Darcy Ribeiro. A posse da imortalidade institucional é precedida – e também uma consequência direta – de um longo processo de posse de uma imortalidade erigida num espaço autobiográfico cavado por si mesmo em sua produção discursiva, o mundo que criara para si e que “não existia antes no mundo natural” (GROSSMANN, 1982, p. 48), mas que agora existe, o expressa e o eterniza. Tomam posse com Darcy Ribeiro todas as suas facetas e, principalmente, amalgamando-as e conferindo-lhes sentido, a sua pele máxima: a do intelectual.

No discurso da Academia Brasileira de Letras, encontraremos também, mais uma vez – como na parábola do azul de metileno de sua infância e no elogio ao índio Anakanpukú –, a noção do dever do intelectual para com a detenção e a propagação do saber, corporificando, ao mesmo tempo, a expressão desse mesmo saber em prol da maioria, seu repositório e destinatário:

Só achei de assinalável o fato notório de que somos todos intelectuais brasileiros. Vale dizer, expressões mais ou menos lúcidas do saber culto de nosso povo. (ANEXO B, p. 123).

Qual o propósito, perguntaria Darcy Ribeiro, de acumular saberes, erudição, se não o de usá-los em favor de causas da maioria? Contrariando eventuais suspeitas de cooptação e submissão, tornar-se senador da República não o impossibilitou de continuar atuando como intelectual. Da mesma forma, tornar-se imortal da ABL não o acomodou nem domou o seu ímpeto, fazendo do momento mais visível de todo o processo de pertencimento à instituição – que é o discurso da posse – uma ocasião a mais para propagar suas ideias e convicções.



É certo que Darcy Ribeiro se define como intelectual recusando o rótulo de acadêmico (BOMENY, 2001, p. 215), mas, apesar dessa recusa particular, ele ressalta a indissociação entre atividade intelectual e engajamento político, da qual uma grande parte dos indivíduos acadêmicos tem plenas condições de lançar mão, tendo em vista que não existe, como advoga Edward Said, incompatibilidade alguma entre as duas ocupações (2000, p. 68). Darcy Ribeiro recusou igualmente o papel de político profissional, articulador de alianças para interesses de partidos ou de lobistas, sem desprezar, porém, o poder de articulação que a posição lhe garantia em favor de projetos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, e outros aos quais se dedicou até a interrupção do seu mandato com a sua morte, em 1997. Darcy Ribeiro transitou pela política e pela academia como o fez pelas outras áreas nas quais atuou. Levou adiante consigo as mesmas causas do princípio, ainda que as transfigurando, para que elas continuassem a existir.

### *Matriz*

Ao acompanhar as mudanças de pauta na trajetória de Darcy Ribeiro através da leitura de suas publicações em várias frentes discursivas, termina-se por reconhecer vestígios de intensa intertextualidade nos quais predominam recorrentemente três preocupações: a formação do povo brasileiro, o destino dos povos indígenas e a autobiografia. Pairando sobre todas elas e as dando sentido – posto que lhe são apenas ferramentas – está a função de intelectual, a gerenciar as pautas e a ordenar a condução das leituras dos ensaios e, em especial, pelo anseio de imortalidade, a condução dos romances.

O discurso do intelectual em *Migo* irá aparecer de maneira mais efusiva e contundente do que nos três primeiros romances de Darcy Ribeiro. *Maíra*, de 1976, é a criação de um canal de comunicação autobiográfico que é aberto providencialmente numa época em que o imperativo no momento político-social brasileiro era utilizar as memórias recentes – a experiência do intelectual aparece ao fundo. *O mulo*, de 1981, romance epistolar no feitio de um romance social de 30, expondo as agruras e as consequências de alguém que está com sua vida à mercê da insensibilidade e da ganância senhorial dos donos de terras, o toque da função intelectual assemelha-se a uma lição de moral. Em *Utopia selvagem*, de 1982, o trabalho do intelectual é extenso, pelo montante de erudição que o livro habilmente oferece e pelo compêndio de suas teorias antropológicas explicativas da formação das Américas e da situação dos brasileiros e indígenas – para o intelectual, é o momento da concentração de conhecimento e da síntese dos objetivos. *Migo*, por sua vez, o último, nessa perspectiva, é o

mais político e o mais parlatório de todos. Ele tem o ar conclamador de alguns ensaios memoráveis e antológicos de Darcy Ribeiro, como o conhecido *Sobre o óbvio*, e outros como *Universidade para quê?*, *Indignação*, *Minhas peles e Três pragas acadêmicas*<sup>18</sup>. Em *Migo*, como numa tribuna do Senado, o tom do discurso é direto. Da detecção de uma crise moral estagnadora na intelectualidade brasileira contemporânea, o discurso se estende à cobrança de uma assunção da função de intelectual no país, de uma tomada de posição responsável por definir quem é ou não um intelectual nas situações mais críticas:

Sou democrata jurado, socialista convicto, até comunista sou, conforme a definição. Mas tudo isso com o povo lá e eu cá, sem confluências. Que intelectualidade é esta nossa? De quem ela é? Supostamente somos a inteligência do povo brasileiro e do mineiro também. Mas como é, se só nos identificamos, de fato, conosco mesmo e com os ricos que dizemos detestar? Se só servimos aos donos da vida? Esse povo tá é perdido se espera alguma coisa de nós. Os educados, os lidos, os competentes, os bonitos, entre nós, são serviçais fiéis da ordem. Nós intelectuais, nos pagando com palavras de discursos literários, somos esquerdistas para inglês ver.

O desencontro é total. Nossa vanguarda lúcida, fiel a seu povo, não existe. O povo brasileiro está órfão. É um corpo sem cabeça. Nós, intelectuais, sem um povo com que nos identifiquemos, com horror do povo de verdade que aí está, somos uma cabeça decepada. A revolução que pregamos é para outra gente, eu não sei qual; de fato, para gente nenhuma. Mentindo, disfarçando, servimos é ao sistema, fielmente. Viva a ordem. Merda!

O que nos salva da insolvência total – salva ainda uns poucos e nós – é sermos iracundos, inconformados, insubornáveis. Estes intelectuais ordeiros, conformados, áulicos, como é a maior parte deles, são minha tristeza. E nós, a deles. O desencontro é total. (RIBEIRO, 1988, p. 219).

Figuram, nesse trecho de *Migo*, o mesmo ímpeto denunciador do ensaio *Três pragas acadêmicas*, de 1986, em que aparecem críticas aos intelectuais *áulicos*, uma camada de indivíduos omissa e conivente com os descaminhos que a educação e a liberdade tomaram desde a implantação da ditadura militar no Brasil:

Evidentemente nós, os intelectuais, não somos nenhuma maravilha. Somos, de fato, uma frágil matéria corruptível. Quem de nós, isento de culpas, poderia assumir legitimamente o papel de juiz? Eu não, certamente. Apesar disto, às vezes não se pode fugir à contingência de apontar prevaricações demasiadamente notórias. Sobretudo quando, encobertas, elas ameaçam generalizar-se, viciando nosso ambiente acadêmico já tão acanhado e medíocre.

Este é o caso de três pragas vorazes que desde 1964 caem como gafanhotos sobre cada matinho de integridade intelectual e de consciência crítica que, a

<sup>18</sup>Os três primeiros ensaios estão no livro *O Brasil como problema* (1995) e o último, no livro homônimo *Sobre o óbvio* (1986).

duras penas, consegue medrar aqui e ali, tudo corroendo, insaciáveis. (RIBEIRO, 1986, p. 95).

As três pragas identificadas por Darcy Ribeiro seriam: a) a entrega da direção das universidades brasileiras e institutos de pesquisas, pelo regime militar, a uma gerência consistida de pessoas reacionárias e notoriamente inadequadas para as suas funções; b) a praga dos *brazilianistas*, pois, por conta da proibição dos brasileiros de estudar criticamente a realidade do país naquele momento, esse foi tema de estudo de inúmeros universitários americanos cujas explicações e teorizações correspondiam duplamente aos interesses políticos dos Estados Unidos e do Brasil; c) a terceira e última praga, segundo Darcy Ribeiro (voltando a um tema já discutido numa entrevista polêmica dada em 1979, denominada em sua publicação *Antropologia ou a Teoria do Bombardeio de Berlim?*), é protagonizada por uma classe de estudiosos brasileiros submissos e convertidos em meros porta-vozes de teóricos estrangeiros, os “cavalos-de-santo” (RIBEIRO, 1979, p. 94), cujos objetos de pesquisas, irrelevantes socialmente, serviam aos propósitos de obtenção de seus graus acadêmicos enquanto os livravam do perigo de serem presos por estudar temas então inadequados.

Darcy Ribeiro era convicto de que a revolução que (ainda) se espera para o Brasil só adviria a partir de mudanças drásticas no panorama da educação brasileira pelo braço forte da política, por mais encorajadamente desacreditada que essa dimensão da vida pública do país pudesse se encontrar. Tendo participado como Chefe da Casa Civil de um governo que se aproximou pioneiramente da realização efetiva de uma reforma agrária no Brasil e tendo, em função disso, experimentado uma reação avassaladora de interesses nacionais e internacionais, Darcy Ribeiro tratou de moldar a sua atuação na política mirando a educação. Nessa perspectiva, ainda sobre a questão das pragas acadêmicas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, vem a espelhar o desejo de Darcy Ribeiro de amenizar as consequências duradouras daquele atribulado período político para a educação:

[A LDB] É a lei fundamental da educação. Ela organiza o ensino primário, o ensino médio, o ensino superior. Organiza de forma muito sábia porque é uma lei enxuta, só tem noventa e poucos artigos. É uma lei só de diretrizes. Mas ela devolve aos secretários de educação dos estados e aos professores o direito de fazer experiências, o direito de tentar, o direito de variar. (ANEXO A, p. 113).

Desde que volta do exílio, pouco a pouco, o discurso memorialista e autobiográfico irá sendo canalizado para atuações que representem seus projetos de reforma educacionais, o que passa antes pela cobrança de atitude por parte de indivíduos-chave no processo, que deveriam

estar exercendo a função de intelectuais em suas determinadas comunidades. Para Darcy Ribeiro, se *somos todos intelectuais brasileiros* deveríamos fazer jus a esse escasso privilégio. A cobrança recai sobre os intelectuais acadêmicos, tornados quase que inevitavelmente *intelectuais orgânicos*, para que venham a funcionar como intelectuais independentes, ainda que vinculados à sua instituição acadêmica<sup>19</sup>.

Mais uma vez, em *Migo*, continuando a passar a intelectualidade brasileira contemporânea a limpo e, desta feita, através da questão histórica e atual da violência sobre a minoria indígena, pode-se ler o posicionamento de um intelectual antropólogo pela fala do narrador Ageu:

Era Elmano, me trouxe um tal Carlos Moreira, carregado de papéis manuscritos, antigos, que ele foi me mostrando um a um, ajudando a ler trechos. Seus documentos me queimaram as mãos e a alma. São registros detalhados do que sucedeu, durante meio século, no Segundo Reinado, com os índios que sobreviveram em Minas: chacinados! (RIBEIRO, 1988, p. 256-257).

O “tal Carlos Moreira” de *Migo* aparenta ter o mesmo interesse científico de um outro Carlos, o Carlos de Araújo Moreira Neto, historiador e antropólogo brasileiro, nascido em 1930 e falecido em 2007, e que colaborou com Darcy Ribeiro no livro *A fundação do Brasil*, uma coletânea de textos comentados sobre a História do Brasil do início até os anos 1700. Outra vez, por intermédio de Elmano, são fornecidas a Ageu informações de origem científica, levando-o a discorrer extensamente sobre o assunto.

Ageu continua o depoimento, acentuando o custo humano que resultou da miscigenação (subproduto da invasão portuguesa às terras americanas milenarmente habitadas por diversos povos indígenas ao sul do Oceano Atlântico) componente não só da história de formação de Minas Gerais, mas do Brasil como um todo:

Nós, mineiros, gostamos de dizer que tivemos, cada qual, sua avó pegada a laço. Hoje pude conceber essa avó minha, ainda menina, agarrada e prenhada pelo tal de meu avô, captor. Ela terá crescido criando o filho metido em seu ventre. Sobreviveu para cuidar dele. Hoje, pela primeira vez, ajudado pelo tal Moreira pensei nos pais e tios, nos avós, nos irmãos e primos, nos sobrinhos, nos sogros e genros, nos cunhados e noras, tantíssimos que aquela índia prezada tinha e foram trucidados no dia em que ela foi agarrada e salva. Salva? (RIBEIRO, 1988, p. 257).

---

<sup>19</sup>Nessa perspectiva, o próprio Edward Said, palestino, acadêmico da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, detentor de uma respeitável produção crítica sobre literatura, cultura e política, foi, durante décadas, o modelo-chave do intelectual acadêmico independente, enfrentando pressões e cobranças em todos os países em que veio a residir, como a Palestina, o Egito e os Estados Unidos.

É importante notar que a crítica ao custo humano do violento processo civilizatório desencadeado no território, que viria a se tornar o Brasil, é uma das peças-chaves no entendimento da teoria antropológica da *transfiguração étnica*, formulada por Darcy Ribeiro para explicar a formação dos povos das Américas. No caso do Brasil, a crítica se concentra na desativação de uma ideia cristalizada na opinião geral de que teria havido uma pacífica assimilação dos índios, em que aldeias se foram transformando em vilas, resultando nas cidades brasileiras. Em *Os índios e a civilização*, publicado pela primeira vez em 1970, Darcy Ribeiro constata os resultados de uma pesquisa encomendada em 1950 pela Unesco que deu resultados completamente contrários ao que se esperava:

A pesquisa com respeito à assimilação dos povos indígenas, que me foi entregue, deu o mesmo resultado decepcionante. Nenhum grupo indígena jamais foi assimilado. É uma ilusão dos historiadores, que trabalham com documentação escrita, a suposição de que onde havia uma aldeia de índios e onde floresceu, depois, uma vila brasileira, tenha ocorrido uma continuidade, uma se convertendo na outra. Em todos os casos examinados por nós, numerosíssimos, isso não sucedeu. Os índios foram morrendo, vítimas de toda a sorte de violências, e uma população neobrasileira foi crescendo no antigo território tribal, onde implantou uma forma totalmente nova de vida e criou sua própria identificação étnica. (RIBEIRO, 1996b, p. 11-12).

Numa palavra, há e sempre houve um esforço grande para se ignorar o legado violento da história da formação do Brasil. E quando há um esforço, como o da Unesco, vindo de fora, para conseguir lançar luz em questões incógnitas como essa, os resultados são sistematicamente ignorados ou minimizados e relativizados, fazendo com que as historiografias oficiais, reforçadas por reproduções acríticas no campo cultural, continuem a prevalecer. E tal esforço sempre foi aliado dos interesses negatórios de verdades que foram descartadas e desfiguradas quanto às histórias dos destinos de milhões de indivíduos indígenas e africanos. No que concerne à causa indígena – contrariamente a mitos construídos a partir de reproduções como *Iracema* de José de Alencar entre outros –, dada a propagação deseducadora e incessante das escolas, do cânone literário e da cultura de massa, é muito difícil pensar o indivíduo índio vivo, de carne e osso, cada qual com seu quadro de valores e visão de mundo segundo a sua etnia. Em resumo, o brasileiro em geral é avesso à ideia de que o índio não deixará de ser índio, assim como o indivíduo judeu não deixa de ser judeu e o cigano não deixa de ser cigano<sup>20</sup> :

<sup>20</sup> É emblemático, nesse sentido, a truculência do Governo do Estado do Rio de Janeiro, representado pela sua força policial, no recente episódio da desocupação do prédio do antigo Museu do Índio, a chamada “Aldeia Maracanã”. O prédio, construção datada do século XIX, abrigou o museu criado por Darcy Ribeiro, de 1952 a 1978, quando suas atividades foram transferidas para um outro prédio, no bairro de Botafogo. Abandonado, o prédio abrigou a referida aldeia de 2006 até março de 2013. A explicação do governo para a retirada dos índios do prédio, comprado pelo governo estadual, é a de que a

O índio é irredutível em sua identificação étnica, tal como ocorre com o cigano ou o judeu. Mais perseguição só os afunda mais convictamente dentro de si mesmos. (RIBEIRO, 1995, p. 145-146).

Mesmo frequentando cidades e ambientes extremamente urbanos, o indivíduo indígena preserva o que ele é e o que ele acredita, vestindo as roupas do *homem branco* e as tirando quando necessário para as funções e prerrogativas que lhe cabem exercer em sua aldeia. As palavras do intelectual índio Marco Terena, da etnia Terena, resumem de maneira inteligente e simples a questão: “Eu posso ser o que você é sem deixar de ser quem eu sou” (MANZATTI, 2012, p. 1).

Portanto, se há cidades onde houve aldeias e se há um número diminuído de indivíduos índios após todo esse processo, é por razão de eles terem sucumbido de alguma forma. O outro fator de pouco entendimento em relação a esse tema é o da miscigenação. Algo difícil de ser aceito, sequer pensado pelo brasileiro, é de o que quer que tenham os brasileiros de herança africana e indígena, isso se deve, em sua esmagadora maioria, a fatores de ordem violenta. Cada um dos brasileiros, nesse sentido (excetuando os imigrantes recentes que não contraíram matrimônio com indivíduos de famílias já brasileiras há gerações), carrega consigo uma prova vivente do custo humano da formação do Brasil, quer ele ou ela varie nos diversos fenótipos a que o brasileiro está sujeito a aparentar.

Como o processo dizimador de populações nativas não se reservou a acontecer apenas no momento da instalação do invasor colonizador português, a denúncia de Ageu em *Migo* se estende a momentos recentes da vida brasileira, já depois de instalado o Império Português nas Américas e bem depois de constituída a República:

Quem matou essa indiada toda? Foram, acaso, sinistros assassinos estrangeiros, em guerra contra nós? Foram outros índios selvagens, dos tantos que viviam aqui? Qual! Foram nossos pró-homens, bem falantes, deputados, senadores, presidentes, fazendeiros, politiqueros. Quando não matavam com suas mãos, trucidando, matavam com sua conivência assassina.

Os documentos aí estão, nas mãos desse Moreira, a nos dizer tudo isso. Fiquei horrorizado. Nunca supus tanta maldade e tanta frieza enredada para chacinar em cada rio por onde se subia, os índios que ali estavam acoitados, escondidos. Na imensa ilha de matas que ocupava todos os rios e riachos desses vales do Rio Doce e do Jequitinhonha, a caçada atroz se desencadeou

---

demolição do mesmo é condição imprescindível para os cumprimentos das exigências da FIFA, órgão internacional regulador do futebol, para as questões de mobilidade dos futuros frequentadores do estádio do Maracanã. Em tempo: está em curso, no momento da redação da presente tese, um polêmico processo de licitação para privatizar o referido estádio e as dependências do seu entorno.

através das décadas, buscando o último índio para esmagá-lo. O pior é pensar, saber, que os pouquíssimos que restaram continuam sendo perseguidos e que nunca, jamais, um matador de índios nessa Minas foi encarcerado por seu crime.

Lembrei-me de um colega meu, procurador do Estado, socialista convicto, que um dia me disse, sem nenhuma vergonha na cara, que guardava há anos a documentação comprobatória da propriedade de uns índios Crenac, sobre as terras de que haviam sido expulsos. O infeliz achava que não era progressista dar parecer a favor dos índios, porque melhor para aquelas terras era serem entregues a gentes mais capazes de fazê-las produzir. Filho da puta, isso é o que ele é e eu disse a ele: um bom filho da puta. (RIBEIRO, 1988, p. 257).

Conivência, omissão, fatos históricos documentados, mas ignorados até o esquecimento; covardia, crueldade e impiedade com indivíduos indefesos frente ao poderio implacável do mais forte; quadros de impunidade, injustiça: enfim, *affair* de intelectual em um país “órfão” de sua intelectualidade, para usar uma expressão de Ageu. A postura do intelectual e, sobretudo no caso do Brasil, a postura do intelectual acadêmico, nesse sentido, deve ser assumida cedo, portanto, na consciência da responsabilidade moral, mais uma vez, em deter conhecimentos privilegiados (e a depender da circunstância, perigosos) e de procurar utilizá-los em favor do bem maior, de quem está em circunstância desfavorável, histórica e atualmente. A postura do intelectual exige igualmente, antes de tudo, procurar resistir à correnteza forte da lógica do sistema de organização societária em que está imerso desde o início da sua vida e de sua caminhada universitária, posto que ao final do sonho universitário, a cada um estará uma grande prova em que deverá escolher os caminhos que irá trilhar, canalizando o quanto ainda possa haver de sua potencial rebeldia contestatória inicial, da maneira que melhor lhe aprouver. Em respeito a essa quase inevitável sangria de material humano potencialmente utilizável para a o exercício da função de intelectual, Darcy Ribeiro escreveu, em 1969, no prólogo de seu livro *A universidade necessária*:

Esta rebeldia dos estudantes faz-se possível graças à sua própria condição de camada socialmente privilegiada em relação à juventude trabalhadora e à marginal. E é ativada por sua educação, também privilegiada, favorecedora da precipitação de uma consciência lúcida quanto ao caráter retrógrado da ordem vigente. Como vanguarda da nova consciência crítica os estudantes arremetem contra o sistema, enquanto ainda podem expressar, em pensamento e ação, sua solidariedade aos deserdados de sua própria geração. Eles bem sabem que, quando diplomados, também serão aquietados pelo poder disciplinador do trabalho e da fadiga; dissuadidos de seus próprios ideais pelas responsabilidades e pelos deveres de compostura profissional; e degredados pela ferocidade da competição econômica em que terão de

mergulhar e pela qual serão, afinal, convertidos em tranquilos guardiães da ordem. (RIBEIRO, 1975, p. 6).

Em países como o Brasil, em que a educação pública, fundamental e média dota, sob enormes dificuldades, indivíduos de condições para pleitear um futuro acadêmico, os privilégios das classes mais favorecidas garantem aos seus indivíduos jovens, por sua vez, o privilégio do acesso fácil à educação universitária. O que deveria ser um ato natural de gratidão dessa camada de jovens profissionais à instituição pública gratuita (e por extensão à população, na forma de projetos que a envolvessem), após o provimento de estudos de qualidade e a aptidão para a vida profissional desses jovens privilegiados, dá lugar à simples busca do sucesso individual. Lemos com Edward Said, quando trata das tantas representações que o intelectual deverá estar apto a assumir em sua função, que ele deve ser alguém “com um papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses” (2005, p. 25).

Assim, pela perspectiva de Darcy Ribeiro, poderíamos dizer que, a partir da maneira com que o Brasil não consegue encaminhar seus indivíduos a uma identificação para com os destinos e potencialidades do país, esses jovens irão sendo inevitavelmente recrutados como intelectuais *áulicos*, desprovidos de identificação com os problemas mais agudos de sua sociedade. Décadas mais tarde, Darcy Ribeiro falará sobre a juventude enquanto potencial intelectual imprescindível para a difícil tarefa de manutenção da saúde social de um país:

Vejo os jovens de hoje esvaziados de juventude, enquanto flama, combatividade e indignação. Deserdados do sentimento juvenil de solidariedade humana e de patriotismo e de orgulho por nosso povo. Incapacitados para assumir as carências dos brasileiros como defeitos próprios e sanáveis de todos nós. Ignorantes de que o atraso, a fome e a pobreza só existem e persistem, entre nós, porque são lucrativos para uma elite infecunda e cobiçosa de patrões medíocres e políticos corruptos. (RIBEIRO, 1995, p. 264-265).

Para Darcy Ribeiro, a culpa dessa condição apática em que se encontra a juventude brasileira contemporânea recai sobre o regime militar que, ao retirar de ação toda uma geração de intelectuais, desarticulando as universidades e as submetendo ao seu rígido controle, terminou por impossibilitar o surgimento de gerações subsequentes de mentes fecundas e autônomas. De acordo com Darcy Ribeiro, o problema se torna grave no Brasil porque é urgente a necessidade de intervenção intelectual para a busca de melhorias significativas em vários aspectos da vida brasileira. Nesse sentido, como uma população analfabeta e alheia não



efetua as mudanças necessárias ao país, cabe aos intelectuais a inadiável tarefa de conduzi-la, não podendo se dar ao luxo de considerar que pode existir algo mais urgente em sua agenda:

Um intelectual dinamarquês pode legitimamente dedicar-se ao que bem quiser, indiferente à ordem social, porque a Dinamarca deu certo. Seu povo realiza bem suas melhores potencialidades dentro da civilização a que pertence. O Brasil não deu certo. Ainda não deu. Nossos intelectuais, por isso mesmo, são urgidos a tomar posição política. A miséria é grande demais para que possam ficar alheios. (RIBEIRO, 1995, p. 306).

Por razões históricas, portanto, é grande a importância que a universidade e o meio acadêmico acabaram tendo para a formação de intelectuais no Brasil como vanguardas da *consciência crítica*. Consciente dessa dependência e do número reduzido dessa classe de indivíduos através das variadas contexturas político-sociais que vivenciou ao longo de sua trajetória de vida, Darcy Ribeiro não só se debruçou na causa da reforma universitária, ofício com o qual se ocupou em diversos países durante o seu exílio, como tratou também de buscar reconhecer em outras frentes, em outras áreas do saber, como determinados romances brasileiros, vestígios de atuações intelectuais que procuraram influir na sociedade, fizeram-na vê-la a si mesma e se questionar. Foi desse modo que Darcy Ribeiro passou a contar com a criação literária como uma das principais ferramentas para a representação do intelectual que foi. É dessa maneira também que ele é levado a advogar, em ensaio, na autobiografia e na ficção, a eficácia maior do discurso literário em relação ao discurso científico. Também é a partir desse entendimento que ele, confiando na imortalidade da literatura (e em sua literatura imortalizada pela Academia), procurará recriar, re-dramatizar algo de suas lutas, de suas vitórias, de suas derrotas e de seus fazimentos, imortalizando-se como intelectual através das tessituras da sua ficção.

Em determinado ponto do romance *Migo*, no sugestivo capítulo chamado “Ego”, Ageu insiste para que o “narrador” da *outra* voz do romance, ele também, a exemplos de todos os outros personagens, profira o seu testemunho ainda uma última vez no romance, dizendo o que ele pensa sobre si. Ele aquiesce e o que se segue é uma extensa descrição, inicialmente de ordem filosófica, mas que da metade até o final ganha a forma de um sumário autocrítico da trajetória de um antropólogo romancista, em especial o desenrolar da elaboração de uma série de estudos antropológicos com a opção final pelo discurso literário.

Primeiramente ele faz o elogio à vocação antropológica e ao seu objeto:

O que me intriga sempre demais é a humana gente, eu e eles, nós, os povos, seu ser, seus modos, seus gêneros. Quantas vezes me estranhei, indagando quem sou, se sou mesmo eu, como e por quê. (RIBEIRO, 1988, p. 282).

Elogio semelhante ao mister de antropólogo pode-se ler, por exemplo, num ensaio chamado “Indignação”, do livro *O Brasil como problema*, quando Darcy Ribeiro afirma “Tudo que diz respeito ao humano, suas vidas, suas criações, me importam supremamente” (RIBEIRO, 1995, p. 263).

Em seguida, dentro do mister de antropólogo, é ressaltada a experiência do convívio duradouro com os índios, tão importante para o entendimento daqueles povos e do povo brasileiro:

Mais ainda estranho os outros, espantado de vê-los, tão diferentes de mim, tão inexplicáveis, tão iguais. Fui buscar por anos nas gentes mais contrastadas que encontrei, a compreensão que podiam me dar, deles e de nós. (RIBEIRO, 1988, p. 282).

Dando prosseguimento, e numa perspectiva mais ampla, o relato continua com a referência a uma disposição de inquirir o entendimento de outras sociedades, retrocedendo no tempo para a consecução da tarefa:

Alarguei depois essa inquirição no tempo, em mergulhos de muitos milênios e me espraiei, no espaço, no mundo inteiro, atento a toda a sorte de gentes. Colhi o quê? Tão só os discursos que compus de minhas perplexidades. (RIBEIRO, 1988, p. 282).

De maneira semelhante, no início da sistematização dos seus *Estudos de antropologia da civilização*, Darcy Ribeiro enxerga a necessidade de uma visão mais ampla sobre a dinâmica da formação e da organização das sociedades e lança *O processo civilizatório* (1968) para, em seguida, guinar novamente para uma escala menor, mais aplicada à contextura da experiência civilizatória nas Américas:

Mas o Processo [Civilizatório] não bastava. A explicação que oferece para 10 mil anos de história é ampla demais. Suas respostas, necessariamente genéricas, apenas dão tênues delineamentos do nosso desempenho histórico. (RIBEIRO, 1995, p. 14).

A essa altura do texto do romance, surge no mesmo trecho do capítulo em questão de *Migo* uma pergunta que, ao mesmo tempo em que sinaliza o fim da descrição sumária da sequência de interesses antropológicos daquele *outro* narrador no romance, remete o leitor de

Darcy Ribeiro a uma questão-chave, ao problema de pesquisa que ensejou todo o seu esforço antropológico-teórico de interpretação não eurocêntrica da formação das Américas e do Brasil: “Por que o Brasil ainda não deu certo? Ainda não deu! Vai dar? Como? Por que caminho? Precisa dar” (RIBEIRO, 1988, p. 282). A resposta de Darcy Ribeiro para a mesma pergunta “por que o Brasil ainda não deu certo?” (RIBEIRO, 1995, p. 13) é o livro *O povo brasileiro*, que fecha a sequência de estudos antropológicos do autor.

Depois de sumarizada brevemente a trajetória nas antropologias de campo e teórica, o narrador convidado por Ageu trata, por fim, de expor a opção pelo romance como a alternativa final para o desenvolvimento de uma escrita mais de acordo com seus desígnios:

Desenganado, cansado de tanta arguição na caça de verdades na fantasia para ter ao menos minha imagem emotiva do mundo e uma vívida convivência inventada, no lugar da vivida que me faltava. Para tanto, a que gênero me dar? Autobiografias escrevem gentes que se acham exemplares. Não é meu caso. Biografias, são esforços gentis de escritores predispostos a vestir pelas alheias para curti-las. Também isso não me atrai. O que me cabia mesmo é romancear, logo vi. (RIBEIRO, 1988, p. 282).

A alternativa encontrada pelo *outro* narrador de *Migo* assemelha-se à maneira com a qual Darcy Ribeiro direcionou sua escrita para a criação literária, sobretudo após o vislumbre da possibilidade de morte iminente em 1974. A década subsequente a esse evento testemunhará o surgimento de seus quatro romances, duas autobiografias e um livro de poesia, dentre outras publicações. No prefácio de *O povo brasileiro*, explicando o processo de composição do livro, diversas vezes interrompido durante o exílio, Darcy Ribeiro expõe:

Ocupado nessas escrituras “preliminares”, que resultaram em cinco volumes de quase 2 mil páginas, descuidei desse livro que agora retomo. Efetivamente, todos eles são fruto da busca de fundamentos teóricos que, tornando o Brasil explicável, me permitissem escrever o livro que tenho em mãos.

Foi o que tentei várias vezes no Peru, conforme dizia, chegando a redigi-lo inteiro, já com base nos meus estudos teóricos. Não me satisfazendo a forma com que alcancei anos atrás, pus de lado, cuidando que, com uns meses a mais, o retomaria.

Não foi assim. Desencadeou-se sobre mim o vendaval da vida. Um câncer me comia um pulmão inteiro e tive de retirá-lo. Para tanto, retornei ao Brasil, reativando as candentes luzes políticas que dormiam em mim nos anos de exílio. Tudo isso e, mais que tudo, uma compulsiva pulsão romanesca que me deu, irresistível, assim que me soube mortal e que, desde então, me escraviza, afastando-me da tarefa que me propunha (RIBEIRO, 1995, p. 17).

É importante notar que junto com a “pulsão romanesca”, a que Darcy Ribeiro se refere, está, rente a ela, a pulsão autobiográfica, presente sob variados graus em todos os seus quatro romances, em seu volume de poesia, nos seus ensaios e entrevistas; o ímpeto que lhe era característico de falar de si com desenvoltura por entre todos os assuntos sobre os quais se debruçava. A esse respeito, Wander Melo Miranda salienta que:

Parece não haver motivo suficiente para uma autobiografia, se não houver uma intervenção, na existência anterior do indivíduo, de uma mudança ou transformação radical que a impulsiona ou justifique. Se a mudança não afetou diretamente a vida do narrador, a matéria apta a tornar-se objeto de uma narração limitar-se-ia à série de eventos exteriores mais condizentes à efetivação do que Beneviste chama de “história”, que prescinde de um narrador em primeira pessoa. Ao contrário, a transformação interna do indivíduo provocada por eventos externos proporciona material para uma narrativa que tem o eu como sujeito e como objeto, sendo que a importância da experiência pessoal, aliada à oportunidade de oferecer o relato dela a outrem, estabelece a legitimidade do eu e autoriza-o a tomar como tema sua existência pretérita. (MIRANDA, 2009, p. 31).

Miranda ressalta em nota de rodapé do mesmo texto, comentando a mudança que leva o indivíduo a autobiografar-se, um exemplo dessa ocorrência com o caso de Graciliano Ramos, “que após a experiência carcerária endereça sua obra posterior diretamente para o campo da autobiografia” (MIRANDA, 2009, p. 31). Nesse sentido, se a primeira intervenção experimentada por Darcy Ribeiro em sua vida desencadeou uma compulsão para a criação literária e autobiográfica rumo à imortalidade no discurso, assim que se “soube mortal”, uma segunda intervenção viria reforçar o ímpeto do intelectual que volta a utilizar a primeira de suas ferramentas, o ensaio antropológico, finalizando o seu livro mais ansiado:

Agora, uma nova pulsão, mortal, reaviva a necessidade de publicar este livro que, além de um texto antropológico explicativo, é, e quer ser, um gesto meu na nova luta por um Brasil decente.

Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo. (RIBEIRO, 1995, p. 17).

Os anos finais de sua participação nessa *nova luta* foram tão produtivos, ou mais, quanto outros em sua vida, fazendo crer a muitos que ele mais produzia quanto mais estivesse pressionado. A resposta à pergunta que Darcy Ribeiro se impôs ao chegar ao primeiro exílio, o seu *enigma da esfinge*, terminou por levá-lo não só à produção de uma respeitada interpretação da formação do povo brasileiro, mas à criação de uma rede paralela de estudos,

revisões históricas e noções teóricas que abrangem temas e problemas correlatos. Para Darcy Ribeiro, assim como para o iracundo Ageu, de *Migo*, o problema da identidade do brasileiro não pode ser compreendido sem uma noção abrangente do processo civilizatório que se abateu pelo colonizador branco português sobre os povos indígenas e, em seguida, sobre os povos africanos que foram trazidos para o Brasil. O custo humano da violência colonial desabrida – como na fala intelectual de Ageu, indignado com os documentos de Carlos Moreira – não é um fato histórico isolado, longínquo, mas algo que diz respeito a todos os indivíduos brasileiros viventes, herdeiros biológicos e históricos desses desencontros coloniais. Parte daí, portanto, de acordo com a perspectiva de Darcy Ribeiro<sup>21</sup>, a consciência que deve ter o intelectual brasileiro da problemática do seu país. As consequências de tal processo são ainda sentidas hoje, visíveis. Se ainda lidamos, enquanto brasileiros, com reproduções “oficiais” de um grande número de versões, no mínimo inexatas, de circunstâncias e eventos históricos pontuais, é sinal de que há ainda muito terreno para se combater.

Os problemas que o intelectual brasileiro de hoje enfrenta ainda são os mesmos problemas de ontem, embora as consequências tenham se transmutado ao longo das décadas. A má distribuição das riquezas geradas pelo país se traduz na manutenção dos privilégios de algumas minorias, como as empresariais agrícolas-pastoris e industriais, e nos males seculares da maioria assentada no interior do país e nas periferias das metrópoles. O aumento frenético das populações das cidades grandes, a partir do êxodo rural contínuo desde o século XIX, demonstra que, cada vez mais, menos gente tem condições de se fixar em seu local de origem com condições mínimas de se estabelecer através de meios e implementos agrícolas para prover a sua família com a alimentação necessária e comercializar o excedente. A desigualdade que empurra um indivíduo para a migração desesperada é a mesma que seduz um outro para a criminalidade. Todos os outros problemas sociais brasileiros irão derivar dessa causa básica. A tentativa de reforma agrária, juntamente com o controle do capital estrangeiro das multinacionais, constituiu-se, na perspectiva de Darcy Ribeiro, então Ministro da Casa Civil do Governo de João Goulart, no principal motivo para a arquitetura do golpe militar no Brasil em 1964. Em nossos dias, distanciada de seu sentido inicial e desfigurada por uma relação esvaziadora das entidades e dos movimentos populares (como o Movimento dos

---

<sup>21</sup>Se lembrarmos que o Marechal Cândido Mariano Rondon, que integrou a guarda pessoal do Mal. Floriano Peixoto no evento da Proclamação da República em 1889, foi o mesmo Rondon que contratou Darcy Ribeiro para o SPI em 1947 e que este, nascido no emblemático ano de 1922, por sua vez, viveu setenta e cinco anos e faleceu em 1997, os eventos históricos (a despeito da força descomunal das narrativas históricas oficiais em estabelecer a “fundação” do Brasil num longínquo passado) não parecem tão distantes assim.

Sem Terra – MST) para com o governo federal, a reforma agrária, por exemplo, é explorada politicamente e minimamente realizada, não cumprindo o seu papel.

Ainda pela perspectiva de Darcy Ribeiro, a grande derrota, o duro golpe do qual a intelectualidade brasileira pena para se recuperar ainda depois de quase cinquenta anos, foi ter perdido uma geração inteira de intelectuais – professores, artistas e escritores, comprometidos a operar mudanças significativas na sociedade brasileira. Mesmo diante de panoramas político-sociais desestimulantes, mais do que nunca, o mister do intelectual brasileiro não pode prescindir de lançar mão de quantas *representações* lhe estejam disponíveis, sem se preocupar excessivamente com resultados, pois, como nas palavras do próprio Darcy Ribeiro no prólogo de suas derradeiras *Confissões*: “Coragem! Mais vale errar, se arrebetando, do que poupar-se para nada” (1997, p. 12).

## CONCLUSÃO

A presente tese procurou analisar a difusão do aspecto autobiográfico na produção discursiva de Darcy Ribeiro como forma de compreender a sua trajetória, enquanto intelectual, nos últimos vinte e um anos de sua vida, fase que concentra todo o seu fazer autobiográfico relevante para o estudo proposto. Para tanto, a pesquisa incidiu o olhar para além das suas autobiografias tardias e privilegiou, a partir delas, o rastreamento de uma rede intertextual interna envolvendo, além de dois dos seus romances, *Maíra* e *Migo*, textos científicos, depoimentos e entrevistas.

A adoção das noções propostas por Michel Foucault sobre *unidades discursivas, obra e livro*, assim como a noção de *autor*, facultou a abordagem inicial dos textos de variadas procedências, abrindo caminho, por sua vez, ainda no mesmo entendimento de Michel Foucault, para a constituição de uma *outra unidade* discursiva baseada em um agrupamento textual que satisfizesse o objetivo central da presente pesquisa e lhe franqueasse a forma que a tese acabou apresentando. A partir de tal estruturação, foi possível mapear determinadas retomadas textuais, o que foi auxiliado pela noção de *espaço autobiográfico* de Philippe Lejeune, independente de seu vínculo à ideia de *pacto autobiográfico*, porém, valorizando-a enquanto artifício que opera uma útil resolução relacional para a questão. Por fim, com o auxílio da concepção de Edward Said sobre o intelectual e suas *representações*, foi percebido que, entre o dito no ensaio científico, redito no romance, repetido na autobiografia e/ou na entrevista, foram constituídos lugares textuais significativos para a compreensão da atuação intelectual Darcy Ribeiro enquanto escritor.

Ao tentar abordar uma trajetória intelectual multifacetada como a de Darcy Ribeiro, com o intuito de separá-la em fases inteligíveis e úteis à perspectiva do trabalho em questão, a saída foi observar os momentos em que a *função* de intelectual, como quer Antonio Gramsci, esteve ativa ora esporadicamente, ora integralmente. No primeiro capítulo, em um único exemplo trazido da primeira alternativa (*Antropólogo intelectual*), Darcy Ribeiro usa o status de antropólogo para se posicionar como intelectual, daí a aproximação que fiz dessa sua fase com a noção de intelectual *específico* de que fala Michel Foucault. Os dois exemplos emblemáticos de realizações pontuais daquele momento são o projeto de criação do Parque Indígena do Xingu e o Museu do Índio. As duas outras fases foram estabelecidas na crença do pleno manuseio da *função* de intelectual, como em *Intelectual político*, quando a notoriedade angariada em atuações a favor da Educação, assim como a visibilidade que ganhou ao ter

conduzido a criação da Universidade de Brasília, culminaram no convite para se tornar Ministro da Educação e, mais tarde, Chefe da Casa Civil do Governo de João Goulart. O fracasso governamental obtido na tentativa de transformação radical da estrutura econômica e fundiária do Brasil resulta no exílio de Darcy Ribeiro, que duraria doze anos. A observação da sua atitude comprometida a “influir” de alguma forma nos destinos do país, mesmo de longe, me fez circunscrever, a partir desse momento, a sua fase como *Intelectual escritor*, na qual alternaria representações enquanto ensaísta, romancista e autobiógrafo.

A observação do conjunto das reapropriações textuais notadas a partir da leitura dos romances *Maíra* e *Migo* (proposta dos dois últimos capítulos), constatou que elas se organizam em torno de três temas: o modelo de intelectual e sua atitude; a literatura enquanto discurso eficaz e imortalizador; e o recurso metalinguístico. Em seu primeiro romance (*Maíra*), assim como em seu último (*Migo*), a questão moral imposta ao intelectual quanto à aquisição e manuseio do saber em prol do bem comum ocupa posição destacada, contendo a maior incidência de retomadas textuais observadas. Em *Maíra*, a proposta incide na condição do indivíduo indígena, enquanto ser humano exemplar na sua capacidade de se exercer enquanto intelectual portador de uma enorme variedade de saberes compartilhados em sua sociedade. Já em *Migo*, com igual incidência intertextual, vimos que a questão do domínio e da apreensão do saber pelo intelectual se apresenta de forma mais aguda e eloquente. A cobrança de atitudes necessárias para superar a crise moral que acomete a intelectualidade brasileira parte da convicção quanto à indissociabilidade entre a atividade de intelectual (mesmo a acadêmica) e o engajamento político. Parte também da convicção quanto à necessidade de formação de gerações de intelectuais independentes, tarefa para a qual a universidade teria um papel fundamental e insubstituível.

O segundo tema a reunir reapropriações textuais o faz em torno da noção da literatura enquanto discurso imortalizador e mais eficaz que o discurso científico. A partir do exercício da escrita científica por Darcy Ribeiro, retomada no exílio, desde os meandros menos formais dos prólogos dos primeiros livros da sua série antropológica, percebi que eles já trazem um pouco do apelo que estaria por vir no restante de sua produção. Pude observar também o extenso elogio ao discurso literário e a consideração deste enquanto forma válida de análise antropológica do povo brasileiro, mais eficaz que o discurso científico, como está presente em *O processo civilizatório* e *Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. Tal noção é colocada em *Migo*, tendo reforçado o seu papel imortalizador, através do aparente embate entre os personagens Elmano e Ageu, numa relação dialógica em que as posições antagônicas ao final se harmonizam a partir da intromissão de uma *outra* voz narrativa, responsável por seduzir de



vez Ageu em favor da ideia em questão. A importância dessa noção para a presente análise residiu no fato de ela se comportar como um artifício de legitimação do *espaço autobiográfico* na produção de Darcy Ribeiro como a estudei, pois fortalece o mito do romance autobiográfico mais verdadeiro do que as suas autobiografias tardias, domínio textual pleno de retomadas do referido texto literário, assim como de outros locais.

O terceiro tema a partir do qual pôde ser organizada ainda uma outra série de reaproveitamentos textuais é o que diz respeito aos recursos metalinguísticos, como observados em *Maíra* e *Migo*, analisados a partir das seções *Egosum Homero* e *Espelho* da presente tese. Enquanto que em *Maíra* são informações externas ao texto, provenientes de domínios como a autobiografia e a entrevista, que constroem no leitor a ideia de como ele teria sido construído, em *Migo*, por sua vez, o elemento responsável por esse mister é predominantemente a repetição sistemática interna. Em função de *Maíra*, pude notar, pelo menos, dois textos significativos que trazem basicamente a mesma informação da ideia e do mote para o romance – a “Introdução” tardia que o romance ganhou a partir de sua décima quarta edição (comemorativa de vinte anos) e a descrição do mesmo processo na autobiografia *Testemunho*. Chamam a atenção o tom desabrido e o apelo sedutor para a leitura de um livro que ensina “mais do que nenhum ensaio antropológico seria capaz”, num reforço ao referido elogio do discurso literário. Já em *Migo*, uma “escritura contraditória” segundo o seu narrador, a repetição contínua da ideia romântica (reforçada no texto autobiográfico) de que a criação do romance se dá “às golfadas do inconsciente”, nos fez reconhecer o fingimento de uma contradição que se torna produtiva para o entendimento do uso do recurso metalinguístico como um todo na produção literária de Darcy Ribeiro. Notando, através de variados capítulos de *Migo*, a repetição de tal noção, assim como a própria estruturação do romance, suas oito recomendações de leitura, suas alusões ao nome próprio *Darcy* e suas referências literais a todos os romances de Darcy Ribeiro, percebe-se o quanto o romance em questão foi meticulosamente elaborado, o quanto ele foi labor de um artífice. A constituição do texto literário como tal predis põe o leitor a uma (re)visita a temas cuidadosamente escolhidos durante a elaboração do artifício da repetição. O recurso metalinguístico em ambos os romances, portanto, joga com o leitor, criando interesses durante a leitura e levando-o a se expor, mais do que o faria normalmente, a noções lidas nos textos.

A confluência das *representações* de Darcy Ribeiro enquanto intelectual escritor, acompanhada reflexivamente de múltiplas interseções em uma variada gama de textos, possibilitou o reconhecimento do efeito de *espaço autobiográfico* em torno dos três temas trabalhados. As retomadas do material autobiográfico por Darcy Ribeiro, em função desse

efeito, elidem traços de origem, estilo e hierarquia textuais, construindo um lugar do qual, temporariamente, se possa vislumbrar a consolidação de um interesse que não é mais estético, literário, científico ou autobiográfico, mas o simples trânsito da sua função de intelectual. O intelectual político age para que suas ações leguem e o intelectual escritor lega para que ações venham a ser executadas.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ANDRADE, Oswald de. **Um homem sem profissão**. Memórias e Confissões. Sob as ordens de mamãe. 2a Ed. São Paulo: Globo, 2002.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Antônio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo. Edição Barsa para a Família Católica, 1966.
- BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado**. (Série Humanitas). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio Inútil. In: **Textos de intervenção**. Seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- CARIA FILHO, Arthur O. M. **Entre Maíra e a Utopia Selvagem: intertextualidades em Darcy Ribeiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- CARVALHO, Bernardo. **Nove noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CHANG, Laurence. **Wisdom for the soul: five millennia of prescriptions for spiritual healing**. Gnosphia Publishers – Washington, DC – USA.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes B. Mourão e Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Tradução de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico. In: Os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos 60. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, p. 79-96, fev. 1988. *Apud* GUARDINI, Sandra. In: AGUIAR, F.; CHIAPPINI, L. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 208-209.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum**. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio, 1987.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **O que é um autor?** Tradução de António Fernando Cascais et al. Lisboa: Veja, 1992.

GALLE, Helmut (Org.) et alli. **Em primeira pessoa**: abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo: Annablume; Fapesp; FFLHC, USP, 2009.

GALVÃO, Walnice N. Entre o silêncio e a vertigem. In: **Os melhores contos de Clarice Lispector**. São Paulo: Global, 1996.

GENETTE. Gérard. **Palimpsestes**. Paris: Editions du Seuil, 1982

GENETTE. Gérard. **Paratexts: thresholds of interpretation**. Translated by Jane E. Lewin. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GOTLIB, Nádia Battella. **Clarice**: uma vida que se conta. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GROSSMANN, Judite. **Temas de Teoria da Literatura** (Ensaio 79). São Paulo: Ática, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

HOISEL, Evelina Carvalho de Sá. **Grande Sertão: veredas** - Uma escritura biográfica. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2006.

HOUAISS, Antonio. **Maíra, de Darcy Ribeiro**. In: *Letras Brasileiras no Mundo – Por que esses livros foram traduzidos?*, 1984, Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, p. 29-42.

JAMESON, Fredric. Sobre os estudos de cultura. Tradução do inglês de John Manuel Monteiro e Otacílio Nunes. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 39, p. 11-48, jul. 1994.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**, de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inê Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACEDO-ECKEL, Ercília. **Maíra**: reescrita e dessacralização do mito. Goiânia: UBE, 2000.

MANZATTI, Marcelo. **Os índios também fazem parte do futuro**. Entrevista com Marco Terena. Disponível em: <<http://www.famalia.com.br/?p=14452>>. Acesso em 20 mar. 2013.

MATTOS, André Luís Lopes Borges de. **Darcy Ribeiro**: uma trajetória (1944-1982). 2007. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

MENDES, Lauro Belchior. A escrita de Um homem sem profissão. In: **O eixo e a roda**: revista de literatura brasileira. Belo Horizonte, p. 117-122, 2012.

MARKUN, Paulo. (Org.) **O melhor do Roda Viva**: o mais antigo e respeitado programa de entrevistas da TV Cultura. São Paulo: Editora Conex, 2005.

MIRANDA, Wander Melo. **Corpos escritos**: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding media**: the Extensions of Man. Tradução de Antonio Risério. 1st Ed. McGraw Hill, NY, 1964; reissued MIT Press, 1994.

NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PENA, Filipe. **Teoria da biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

RIBEIRO, Darcy. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Boletim ABA**, n. 27. Entrevista a Luís Grupioni (USP) e Denise Grupioni (USP). Disponível em: <<http://www.unicamp.br/aba/boletins/b27/08.html>>. Acesso em 30 dez. 2003.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (Org.). **A fundação do Brasil**: testemunhos 1500-1700. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

RIBEIRO, Darcy. Antropologia ou a teoria do bombardeio de Berlim. Entrevista a Ênio Silveira. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária** (Coleção Estudos Latino-Americanos, vol. 2) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- RIBEIRO, Darcy. **Diários índios**: os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. **Encontros** (entrevistas). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.
- RIBEIRO, Darcy. **Maíra**. 6ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. **Maíra**: um romance dos índios e da Amazônia. 14ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. **Mestiço é que é bom!** Participação de Oscar Niemeyer et al. Rio de Janeiro: Revan, 1996b.
- RIBEIRO, Darcy. **Migo**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. Nosotros latino-americanos. In: SILVEIRA, Ênio et al. **Revista Encontros com a civilização brasileira**, n. 29, p. 33-55.
- RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**, a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo, Cia das Letras, 1996b.
- RIBEIRO, Darcy. **O mulo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Estudos de Antropologia da Civilização. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio** (ensaios). Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. São Paulo: Edições Siciliano, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. **Utopia Brasil**. (Organização de Isa Grinspum Ferraz). São Paulo: Hedra, 2008.
- RIBEIRO, Darcy. **Utopia selvagem**: saudades da inocência perdida, uma fábula. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- RISÉRIO, Antonio. **Ensaio sobre o texto poético em contexto digital**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Copene, 1998.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática completa**. Teoria e prática. 29ª. ed. São Paulo: Editora Nova Geração, 2008.

- SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Rocco, 2000.
- SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Rocco, 2002.
- SANTIAGO, Silviano. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Ática, 2000.
- SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as palestras de Reith**. Tradução de José Reis Leal (et al.). Lisboa: Colibri, 2000.
- SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SIBÍLIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau – a transparência e o obstáculo**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje**. 9<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- VASCONCELLOS, Jorge; FERREIRA, Claudiney (Org.) **Certas palavras (entrevistas)**. São Paulo: Estação Liberdade; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Da práxis à teoria: breves considerações sobre o pensamento dos irmãos Villas Bôas. O Xingu dos Villas Bôas**. São Paulo: Agência Estado; Metalivros, 2002.
- VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Os pioneiros: como tudo começou. **Revista National Geographic Brasil**. São Paulo: abril, Ano 4. n. 40, ago. 2003.

## **ANEXOS**



ANEXO A – Transcrição dos depoimentos de Darcy Ribeiro utilizados no documentário “Darcy Ribeiro: o guerreiro sonhador” de Fernando Barbosa Lima e Rozane Braga – Série Grandes Brasileiros, volume IV

DARCY RIBEIRO – O que eu tenho pelo Brasil é exaltação, de sentir tudo que ele pode ser, vai ser, há de ser, e tudo que ele ainda não é. Eu tenho pena de nos meus anos eu fiz força para o Brasil dar certo. Eu tenho pena de que eu ando meio doentinho, posso até morrer e ficam vocês encarregados de vocês fazerem esse país, mas façam. Façam sem copiar ninguém, realizando as potencialidades do nosso povo, potencialidades que são imensas. Uma civilização tropical e uma civilização mestiça. E sobretudo uma civilização humana. Que herdou dos índios essa capacidade, esse talento para o convívio. Dos negros essa espiritualidade. E dos europeus, a tecnologia, a sabedoria europeia. Nós estamos prontos para ser uma das civilizações do mundo.

PERGUNTA – Darcy, é verdade quando você era criança, você quis que a água de sua cidade ficasse toda azul?

DARCY RIBEIRO – Um dia eu roubei um kilo de azul de metileno na farmácia do meu tio e joguei dentro do reservatório de água da cidade para ver o efeito. A água ficou toda azul. A cidade ficou apavorada. Eu fiquei também com medo da mamãe morrer, mas a vontade de ver o efeito era maior do que o medo de matar a população toda da cidade.

DARCY RIBEIRO – Houve uma grande seca e uma quantidade de flagelados desceu da Bahia e chegaram a Montes Claros que era ponta de linha onde tomavam a estrada de ferro para ir para o Sul. Aquela gente numa miséria tremenda. Chegavam famintas. No princípio a minha casa era uma casa livre, onde se entrava e dava uma cuia de farinha de mandioca, uma rapadura e depois dar água, água à vontade. Pois bem. Num certo momento, me doeu muito que diminuiu a quantidade de farinha, não se deu mais rapadura e aquela gente com fome e tinha rapadura em casa para a gente comer. Eu queria tomar a rapadura para dar para eles. Então foi o primeiro drama social, assim. E sobretudo o dia em que os flagelados invadiram a catedral, a catedral em construção. E aquela gente toda famélica na catedral, com foguinhos acesos, assim, querendo cozinhar coisas que não tinha o que cozinhar. Havia a prostituição de meninas também. E o primeiro texto foi então, escrevi um texto assim revoltado, um texto social, defendendo aqueles flagelados. Essa capacidade de se colocar na posição dos outros,

sofrer o sofrimento dos outros, assumir a sociedade como seu problema, o povo como seu problema, começou pra mim aos 14 anos, ali em Montes Claros.

DARCY RIBEIRO – Eu era muito malandro, muito brigão. O meu irmão surtava comigo. Eu brigava, sujava a camisa de sangue, ele ia roubar outra camisa pra mim, para minha mãe não perceber. O meu irmão, mais novo do que eu, até hoje ele que toma conta de mim. Eu sou uma espécie de tutorado dele, ninguém na vida confia muito em mim não, eu preciso de alguém me cuidando, me orientando. O meu irmão, meu primeiro guia foi esse meu irmão.

DARCY RIBEIRO – Comecei a estudar medicina e estudei o pré-médico. Estudei durante 3 anos. E eu tomava bomba todo ano. É um perigo ter 19 anos. Eu tomava bomba e queria me suicidar. Eu tenho um diário daquela época, dos 19 anos. Em vários lugares do diário tem escrito, escrito mesmo: Não decidi que ia nascer, hoje decido se vou viver. Ou seja, eu estava predisposto a me matar por romantismo. Não me matei de fato, e no diário eu digo isso claramente, porque fizemos um guri, um outro me matar por mim. Se matar por nós. Tinha um poetaço lá, mais ingênuo que nós, mas cheio de ideias byronianas, ideias wertherianas, e o fato é que um dia ele disse que ia tomar estricnina. Nós o desprezamos: Você é capaz disso?! É preciso grandeza para isso. Ele tomou, e fomos pro enterro dele. Escrevi então no meu diário: Morreu fulaninho. Morreu para mim, eu não vou me suicidar mais não.

DARCY RIBEIRO – O Baldus mandou uma carta pro Rondon me recomendando. E incrivelmente o Rondon me adotou, e me ofereceu que eu fosse trabalhar com ele para estudar os índios. Não havia nem nome para eu ser contratado. Que não havia antropólogo contratado, não havia etnólogo contratado, nem sociólogo contratado. Então me contrataram como naturalista que é a palavra que indicava aquele alemão que ia caçar borboleta, que ia estudar orquídea no mato. Então eu fui contratado como naturalista e pra mim é importante, eu ia com os índios estudar os índios e tentar compreender e através deles compreender o humano. Então é uma coisa muito ambiciosa, eu me lancei nisso. Só que normalmente uma pessoa fica 3 meses, 6 meses e passa o resto da vida gigolando aqueles índios, falando e refalando daquilo. E eu como gostei tanto dos índios eu tive a possibilidade concreta no Serviço de Proteção aos Índios, com Rondon, de continuar, eu continuei 10 anos com os índios.

DARCY RIBEIRO – E aqueles índios correspondiam (?) bem à imagem que a gente de: nus ou não bem nus porque as mulheres usavam um saio, e os homens tinham uma rede de

decoro. Por no membro um laçozinho de algodão. Um homem com aquele laço de algodão está vestido. E sem ele está nu. Então, era uma rede de decoro. Por exemplo, me ocorreu com um índio, com um outro índio, comigo um fato, em que eu achei uma água bonita, quis mergulhar, daí eu mergulhei e chamei o índio que tava me acompanhando e chamei: e aí, a água tá ótima, vem tomar banho! Isso eu não posso! Ele tava com um shortzinho. Por quê? Ele disse: porque eu tô nu. Ele tava nu debaixo da calça. Não tinha aquele lacinho. Sem aquele lacinho ele estava nu. Então lá eu pude ter um convívio muito interessante com eles porque foi um convívio em que eu fui um objeto de estudos. Por exemplo, eles descobriram que a palma do meu pé era delicada como a minha mão, ou como a mão deles. Como eles andam descalços e pé é muito grosso, então o que eles gostavam, eles ficavam na rede, era pegar o meu pé e ficar passando na cara, assim, se acariciando com meu pé. Achando uma coisa perfeita. Depois um dia eu dei uma gargalhada qualquer, e mostrei um molar de ouro que eu tenho aqui. Eles viram. Ah, foi um horror, porque passaram a meter a mão na minha boca assim para pegar o dente de pedra que eu tinha. Pior era que eu tinha levado um cozinheiro, o Cesário, um cozinheiro preto. Eles nunca tinham visto um preto. Ficaram entusiasmados. Mas lavaram o preto várias vezes com areia para ver se era pintura ou pra ver se clareavam o preto Cesário.

DARCY RIBEIRO – Aqui que vem a sequência linda, tecnicamente, da flechas. Entra o anoitecer, eles vão fazer flechas. Eles coitados, eu não podia dizer que estava filmando, eles não entendiam bem. Eles fizeram umas 10 flechas, mais de 10. É porque tá acertando a vara da flecha, tem que ser absolutamente reta. Então tem que acertar. É com o fogo que acerta a vara da flecha. Você vê que ele tá acertando direitinho. Agora ele acertou a ponta da flecha. Agora começa. Fura uma ponta da flecha onde ele vai por o arpão. O arpão que é feito de uma madeira mais dura. Ele tá com a madeira mais dura, ele tá fazendo a ponta da flecha, que é uma ponta serrilhada, e depois de fazer, olhe, ele aperta, com aquele processo de, com o cordão assim, comprime a flecha, para ficar a flecha identificada totalmente com a ponta e sobrar eles usam um cerol. O cerol é uma coisa que eles fazem de resina e de cera de abelha. Colocando o cerol, o fio de algodão colocado aí cola inteiramente. Então ele terminou essa ponta da flecha que é muito importante. A flecha é muito reta, a ponta trabalhada é muito reta também. Olha o patuá, para atirar flechas que eles colecionam cuidadosamente, para armar na flecha, para a flecha ter um voo correto, horizontal. Então ele tá pondo as asas na flecha. Você vê o cuidado com que ele põe a asa, já no sentido de ela ter a forma helicoidal. Quer dizer, ela é colocada ali, helicoidalmente para dar rotação à flecha para ela atingir o alvo, né? Você vê o

cuidado. É o que comanda a flecha. Agora, isso, é uma arte toda colocar essa pluma aí, atar bem essa pluma aí, que é a parte fundamental da flecha, né? Que vai dar rotação. Olha esses guris desde cedo começam a usar flecha. Você vê a pontaria deles é incomparável. Olhe que maravilha. Eles vão atirar ao mesmo tempo e nós, não há falsificação. Tão atirando lá e nós estamos vendo o mamoeiro. Agora vamos ver. Agora, tá vendo, eles atirando. E só vê a flecha entrando. Olha que maravilha!

DARCY RIBEIRO – Nos quarenta de convívio com os índios e luta com os índios também, há uma coisa de que eu me orgulho muito que eu fiz. Ajudar a criar o Parque Indígena do Xingu. Me preocupava o seguinte, o Xingu, aquelas sociedades fantástica que eu descrevi, com aqueles povos de línguas diferentes que mantiveram o convívio entre eles. Se deixasse a civilização entrar lá, entre as suas aldeias, eles teriam sido liquidados, teriam desaparecido. Então eu tive a ideia de procurar Getúlio Vargas e apresentar a ele um trabalho que estava sendo feito dos irmãos Villas Boas que tinham chegado lá e tinham estabelecido um bom contato com os índios. E eu propus a Getúlio o seguinte – eu não podia dizer a ele pra dar a terra pros índios, pra dar uma propriedade pros índios e é muita terra, então eu disse a eles, olha, eu dizia ao presidente: Ô, presidente, se fizermos um grande parque aí, um parque que eu proponho de 4 milhões de hectares, pra esses índios que são menos de 3 mil, se fizermos um grande parque isso era um modo de preservar um pedaço da natureza brasileira. Todos os anos em mato Grosso se queimam extensões imensas de terra. Cada queimada que se faz, mata não só os seres biológicos que fazem a terra ficar viva, a terra ser fértil, mas liquida também com toda a flora e com toda a fauna. Já se estendeu demais esse tipo de ocupação. Eu proponho que o senhor reserve pros netos dos netos de nossos netos uma amostra da natureza brasileira original. Pra que no ano 3000 se possa ver o que era a natureza brasileira original. Se não tomar um cuidado de reservar um pedaço assim, não vai haver. Assim é que foi criado o Parque do Xingu. A ideia básica é que o índio, que já vinha de lá há milhares de anos, pode viver também mais mil anos, e dois mil anos, sem liquidar com a natureza. Ele é capaz de conviver com ela. Nesse sentido, foi criado um parque, e em vez de dar aos índios, a cada tribo, como se fazia até então, um pedacinho de terra pra cada aldeia, se deu uma extensão muito grande. De certa forma, o Brasil encarregando os índios de tomar conta daquelas terras. É o que ocorre hoje com os Yanomami. Nós propomos que, como tem cento e tantas aldeias Yanomami, dar um território grande que envolva todas elas e deixar os Yanomami tomar conta pro Brasil daquelas terras nos próximos mil anos.

DARCY RIBEIRO – O Rondon teve a comunicação de que o Cadete tinha morrido e me mandou fazer a documentação. O Rondon sabia como era. Esse índios ficavam insistindo pro Rondon, venha morrer aqui, Rondon. Só nós saberemos enterrá-lo. Só nós saberemos honrá-lo. O Rondon era de ascendência bororo então ele mandou a mim, eu fui lá com um aparelho de gravação em que o Rondon tinha um discurso em bororo pros Bororo dizendo: Olhe pra ele. Ele sou eu. Olhe. Os olhos deles são os meus olhos olhando pra vocês. Ele está vendo vocês pra mim. A boca dele fala a minha fala. Os ouvidos deles vêm aqui me dizer aquilo tudo que vocês disserem a ele. Ele sou eu. Olhem para ele. Deixem ele participar totalmente da cerimônia do Cadete. Do sepultamento do cadete. E cheguei e tinha começado o sepultamento. Quando um grande chefe morre, eles fazem um cerimonial imenso para que o mundo se equilibre. Para o mundo poder sobreviver. Então, pegam o morto e sepultam com um pouco de terra fofa em cima. E todos os dias derramam água. Isso durante quase um mês, para dar tempo de chamar todos os Bororo que existem, tempo de chegar ali para honrar aquele morto. Nesses mês, eles dançam todas as grandes danças, todas as danças cerimoniais pro mundo se equilibrar, danças da criação do mundo. E ao fim desse período em que estão todos lá, eles tiram os ossos, a carne ficou líquida, liquefeita. Eles tiram os ossos, lavam os ossos e levam pra dentro da casa no cerimonial e lavam cada osso e ossinho e recamam com plumas. Ossos viram joias de plumas. Enquanto isso, as mulheres arrancam todo o cabelo, os homens se escarificam se raspando e se rasgando com dente de peixe pra sangrar profundamente. Aí, pegam esses ossos recamados de plumas, põem num cesto branco, novo e levam no mato pra colocar na lagoa sagrada. Eu fui pra filmar isso lá a mando do Rondon.

DARCY RIBEIRO – eu tinha antipatia pelo Anísio, achava o Anísio um udenista pequenininho, muito ranzinza. Eu tinha certa antipatia por ele e ele tinha antipatia por mim. Há uma frase do Anísio, a primeira frase do Anísio sobre mim que é muito interessante e engraçada, que dizia: Só pode ser um imbecil! Dizem que é inteligente, e se dedica a 0,002% da população brasileira. Se fosse inteligente ele ia tratar dos 99,98% da população brasileira. É idiota, é idiota! (risos) Ele também se negava a falar comigo: Ele é um soldado do Rondon. Quer ser bandeirante. Amigos comuns queriam nos aproximar e ele tinha má vontade. Num dia, eu fui fazer uma conferência para um grupo em que ele estava. Eu nunca o tinha visto nem ele visto a mim. Então eu fiz a conferência. Eu fiz uma comparação entre dois povos Gê. E fiz um contraste. De repente, ele se interessou muito. O Anísio: É igual a Atenas e Esparta. Igual! Então, através de Esparta, que era o interesse dele, com formação europeia, a cabeça feita na Igreja, e a cabeça do Anísio se liberou na filosofia norte-americana. Era uma pessoa

sobre a qual não passou nenhuma informação sobre o índio, nunca. Imagine esse europeu aqui. Ele precisava através da Grécia, do contraste bonito entre Atenas e Esparta, é que ele pode ver que os índios eram interessantes. Então isso nos aproximou mais ou menos. Ele criou nessa época uma série de centros de estudos sociais, de antropologia, sociologia, tendo em vista conhecer melhor a cultura brasileira para fazer uma escola mais adaptada pra o Brasil. Eu fui trabalhar nisso aí. Isso me aproximou dele cada vez mais. Houve uma espécie de paixão, foi paixão da minha vida inteira. A minha pelo Anísio e a dele por mim. Um identificação tão grande que nós passamos a trabalhar como colaboradores próximos.

DARCY RIBEIRO – O Oscar Niemeyer veio aqui um ia me ver. Foi logo depois que eu assumi o Senado. Vendo essa parede, a gente se segura de medo de recordar algumas coisas que eu ajudei ele a fazer. Até escreveu essa frase bonita: Para Darcy, meu irmão, que contribuiu definitivamente para todos estes projetos! Me passou um certo tipo de glória, de diploma de orgulho. Tem senador que vem aqui só pra ver isso. Deve ser inveja de ter uma declaração dessa do Oscar Niemeyer. E aqui estão os projetos em que trabalhamos juntos. A Universidade de Brasília, e os projetos que ele quis fazer e não foram feitos.

DARCY RIBEIRO – Eu tinha levado pra Brasília duzentos e tantos professores. Gente de vários lugares do mundo. A gente pegou o melhor possível, tal como eu tô fazendo em Campos agora, tantos anos depois. E esses professores todos, se sentiram tão humilhados pela opressão da Universidade que pediram demissão. Olha, em Brasília não havia casa pra alugar. Pra cada professor eu dei uma casa mobiliada. Duzentos e tantos professores largaram tudo, sem nada. Tinham deixado seus empregos. Foi uma diáspora terrível, pra procurar emprego em diferentes países do mundo. Ainda há muitos daqueles professores viúvos daquela ideia generosa, linda, de uma universidade em que todo sábado, por exemplo, o Santoro, com outros músicos de Brasília, improvisavam concertos. Um concerto diferente, Não um concerto no Teatro Municipal pro burguês ir ver, não. Toda a gente da universidade, alunos e professores, participavam daquilo. Levei pra lá um dos melhores artistas brasileiros, como o Scliar, o *Ceschiatti*, o *escultor*, *vários pintores para criar um ambiente*.

DARCY RIBEIRO – O exílio que eu vivi no Uruguai foi tão fecundo que às vezes me envergonho de falar dele. Tanta gente sofrendo tanto, com fome, tendo de ser ajudada, o que é muito humilhante, sofrendo. E eu numa boa. Foi ruim o exílio no Uruguai porque eu tava desesperado para entender o que tinha acontecido no Brasil. Por que não tivemos êxito? E

quando o desespero é muito grande o que eu faço é ler ciência e ficção. Eu li tudo que havia por ali. Uns 300 livros de ciência e ficção. Lia mais de um por dia. Quando tô ruim em ciência eu leio Agatha Christie. Porque aí eu paro a máquina de pensar. Ela fica obrigada a não pensar. É o meu dia de sair do desencanto, do desespero. E os primeiros meses são terríveis, porque todas as pessoas tão vivendo no Brasil ainda, mentalmente, e não vivendo no exílio. Eu era obrigado a viver lá, porque já era professor da universidade na primeira semana. Cento e tantas pessoas trabalhavam comigo. Eu tinha que tratar com eles, mas era chamado também pro exílio. Enjoei de ir à casa do Brizola, à casa dos conspiradores, porque qualquer notícia tinha uma reação em cadeia. Qualquer notícia dada no começo da manhã, de tarde já era completamente diferente. A notícia de manhã era: Caiu uma placa na casa de comércio. No fim da tarde era: Caiu na cabeça de um milico e matou. Ou seja, é o pensamento desejoso e a reação em cadeia, um fala e o outro aumenta cria uma situação louca. E o Brizola também com o jeito bizarro dele de falar e ele me dizia: Darcy, pois é, o canhão está aqui ó, o navio tá passando, tá passando, tá passando, vai passar, Darcy! Quer dizer, o sentimento de angústia, de que é preciso fazer alguma coisa.

DARCY RIBEIRO – Vim, me operei, foi muito engraçado quando eu desci do aeroporto, o Santos Dumont, e eles foram me apanhar dentro do avião. Eu não cheguei ao aeroporto. Foi o chefe da polícia política, o meu advogado. Eu entrei lá, com câncer, que tava me pesando, e eu disse: Mas eu vou pro hospital, tá bem. Mas tem que passar por Copacabana porque eu não vi a iluminação de Copacabana. Eu tenho que ver. Então eles deram a volta por aqui pra eu ver essa iluminação da praia de Copacabana. Ver a extensão da praia de Copacabana. Eu olhei pra Copacabana pra ver como é que estava, passei pelo aterro também, estava muito bonito e aí fui pro hospital pra ser operado.

DARCY RIBEIRO – Voltar ao Brasil, gente, é uma glória. Só quem viveu lá fora, obrigado, não por opção, exilado, é que pode entender. O exílio é terrível. Companheiros meus, por exemplo, morreram de tristeza. Djalma Marinho, aquele que fazia escolas na praia, morreu olhando uma televisão. Uma senhora, bonita, bela, se suicidou. Um padre também se suicidou. Exílio é muito ruim. O meu foi muito leve, porque como intelectual brasileiro conhecido eu tinha contrato nos países em que eu chegava, já chegava empregado. Foi muito leve. Mas é uma coisa importante, porque o exílio seria recomendado se não fosse tão duro pra qualquer pessoa. Você só conhece seu país quando vê de fora. Ninguém vê a sua casa se não sai dela e não conhece outra casa. Então você só tem um olhar preciso de sua casa quando

você olha de fora. Mas quando você volta aqui a alegria que dá é exuberante. Pois na casa do Darwin Brandão e da Guguta houve uma festa, eu pensei que as pessoas que fossem estar lá fossem pobres, fossem precisar, levei uma garrafinha de uísque. Cheguei lá era muito uísque, essa riqueza da burguesia, da pequena burguesia do Rio de Janeiro. Eu fiquei envergonhado de ter levado aquela garrafinha. Mas era uma coisa formidável. Uma negra baiana fazendo acarajé e dando pra gente durante a festa. A festa era pra mim. O bonito da festa, o lindo da festa da Guguta, é que eu fiquei numa alegria efervescente, não sabia nem o que é que era. Maria Betânia estava do meu lado e não queria que eu encostasse numa menininha que ela estava namorando... Então, essa coisa brasileira daquele convívio no meio da festa, bebendo um uisquinho. Então, eu não sabia porque eu tava efervescente, como se estivesse tomando champagne. Aí eu percebi. A efervescência é que era muita gente, umas 50 pessoas falando português. Esse paco paco paco, pico pico pico em português era uma beleza. Tinha muito tempo que eu não ouvia e me trouxe grande alegria.

DARCY RIBEIRO – Ele [Brizola] veio pro Rio, se candidatou ao Governo. E é incrível, esse homem que tinha sido governador do Rio Grande do Sul, se candidatava ao Governo do Rio de Janeiro. Escolheu o Rio de Janeiro para se candidatar. Todo mundo insistiu que fosse para o Rio Grande do Sul e aqui ele é eleito e eu sou eleito com ele vice-governador. Ele me deu logo uma tarefa, quer dizer, uma ideia muito clara de que vice não pode ficar vadiando. Vice vadiando começa a conspirar. Queria que o vice trabalhasse também. Então o Brizola passou para mim as tarefas educacionais, aí começamos o grande programa do CIEP, que discutimos muito, tomar as ideias mais caras ali, do tempo do Anísio. E eu pensava em fazer como o Anísio estava fazendo, escolas-parque, escolas-classe. A criança passa ali 4 horas na sua escola comum tendo aula, e mais 4 horas numa escola-parque onde ele teria estudo dirigido, em que ele aprendia a usar as mãos, em que ele fazia ginástica, em que ele comia mais uma refeição, para dar a escola de tempo completo que é a escola do mundo. No mundo inteiro não existe escola de turno, essa é uma invenção brasileira. E a criança que veio de uma família que não teve escolaridade prévia, que não estudou, uma criança que não tem casa, a escola dá o que ler em casa é uma bananeira. Espera ter quem ajude é um absurdo. Ela não tem que ajude e ela fracassa na escola. Então a ideia era criar uma escola de dia completo. Começamos com isso, mas logo verificamos, eu e Brizola discutindo muito isso. Que era um absurdo criar uma escola-parque uma escola-classe, porque as escolas-classe criam criança sobretudo na Baixada, na zona mais pobre. Criamos uma escola de dia completo pra quem mais necessita, que é a criança pobre dos bairros mais pobres, do subúrbio. Pois bem, como criar uma



escola-classe na Baixada, como criar uma escola-parque quando a escolas-classe eram péssimas? Professora não-formada, era péssima. Reconhecemos que era preciso deixar de bobagem, e fazer a escola como todos fazem, que é CIEP. Uma escola que tenha as duas funções, a escola que retenha a criança 8 horas por dia, dá alimentação à criança, dá uniforme se ela precisa, dá um tênis se ela precisa. E dar a ela, sobretudo a possibilidade de passar de ano e de completar o curso primário. Fomos criando centenas de CIEPs. Outras coisas foram feitas, inesperadas. Um dia o Brizola me disse: Darcy, você me faz cada uma... Quando é que eu ia imaginar que a minha primeira obra seria um sambódromo?

DARCY RIBEIRO – Uma criança só tem 7 anos uma vez, e depois 8, 9 e 10. E se não tem educação aqui e agora, porque não tem dinheiro, porque tem crise, ele tá excluído. É preciso encontrar dinheiro em qualquer lugar. Escola e educação não é uma pré-prioridade, é prioridade básica. Você não pode jogar a criança na marginalidade, na criminalidade, ficará mais caro no futuro se ele ficar com o revólver na mão. Então, o modo de enfrentar isso, é não fazer economia disso. Fazer economia no que quiser. Brizola chegou a gastar mais de 40% do orçamento do estado. As crianças todas das famílias pobres tão todas contente com ele porque fez isso. Milhares de crianças não irão para a criminalidade, não vão custar muito mais. O preso na penitenciária custa muito mais do que uma aluno no CIEP. Não haverá presos amanhã na penitenciária, no mundo que chegará a ver se não (*sic*) houver CIEP.

DARCY RIBEIRO – Fui me dedicando às minhas tarefas intelectuais, e também tarefas na universidade, até a nova eleição em que o Brizola se elege governador e eu na eleição passada tinha sido vice-governador, agora eu concorri a eleição pro Senado. O Brizola é eleito governador e eu sou eleito senador, com um orgulho enorme de ser senador pelo Rio. Você imagina só, se as pessoas que votaram em mim pusessem a mão um no ombro do outro, daria uma fila daqui a Brasília, ida e volta. São 2.800.000 eleitores. Como Brasília tem 1.800 km daqui, dá um de ombro pro outra, ida e volta. Imagina essa fila imensa de 2.800.000 pessoas que vão na urna por o nome do Darcy me comove sempre. Eu tenho que ser um bom senador, fazer o meu trabalho no Senado, tendo em vista essa gente toda que votou em mim.

DARCY RIBEIRO – O Senado aprovou uma leizinha minha bonita, bonita, lei de educador. É uma lei que manda que as empresas que produzem cola de sapateiro ponha uma substância qualquer fétida na cola de sapateiro, para o menino não cheirar. A cola agora é feita, ela fica irresistível. Quem cheirou, um menino que cheirou a cola de sapateiro cheira até arrebrantar os

pulmões. É o vício maior que tem em criança de idade escolar. É da cola de sapateiro que ele parte para outros vícios. O Senado aprovou um projeto meu que obriga a isso.

DARCY RIBEIRO – [A LDB] É a lei fundamental da educação. Ela organiza o ensino primário, o ensino médio, o ensino superior. Organiza de forma muito sábia porque é uma lei enxuta, só tem noventa e poucos artigos. É uma lei só de diretrizes. Mas ela devolve aos secretários de educação dos estados e aos professores o direito de fazer experiências, o direito de tentar, o direito de variar.

DARCY RIBEIRO – A civilização que tá nascendo hoje vai estar fundada na ciência e na tecnologia. O país que não dominar a ciência e a tecnologia vai ser colonizado. Vai ser recolonizado. Isso é uma coisa importantíssima. Nós perdemos o carro da história da Revolução Industrial porque não dominamos a tecnologia da Revolução Industrial, ou dominamos muito tardiamente. Nós podemos perder o carro da história outra vez se não entrarmos na futura civilização.

DARCY RIBEIRO – Queridos amigos, queridíssimas amigas. Estou ficando um velho frouxo. Vocês sabem que eu quase chorei quando ouvi o Hino Nacional? O Hino Nacional aqui, nesse ambiente, [voz embargada] na minha universidade, que foi tão perseguida? Me tocou. Cumpre libertarmos da tutela ministerial, sim, senhor ministro. Eu sei que é esse também o seu propósito de entregar as universidades a si mesmas. Que essa seja a primeira. Não tem porque continuar recebendo ordens de burocratas do ministério. Não tem porque aceitar que o orçamento da universidade seja decidido por quem nada sabe dela. Queremos autonomia e liberdade.

DARCY RIBEIRO – O que eu tenho pelo Brasil é exaltação, de sentir tudo que ele pode ser, vai ser, há de ser, e tudo que ele ainda não é. Eu tenho pena de nos meus anos eu fiz força para o Brasil dar certo. Eu tenho pena de que eu ando meio doentinho, posso até morrer e ficam vocês encarregados de vocês fazerem esse país, mas façam. Façam sem copiar ninguém, realizando as potencialidades do nosso povo, potencialidades que são imensas. Uma civilização tropical e uma civilização mestiça. E sobretudo uma civilização humana. Que herdou dos índios essa capacidade, esse talento para o convívio. Dos negros essa espiritualidade. E dos europeus, a tecnologia, a sabedoria europeia. Nós estamos prontos para ser uma das civilizações do mundo.

ANEXO B - Discurso de Posse de Darcy Ribeiro na Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro – RJ, 15 de abril de 1993

Meus nobres pares, aqui estou, cumprindo o velho, sábio, rito acadêmico de incorporar-me à nossa Casa, recordando aqueles que me antecederam na Cadeira 11.

Confesso que me dá certo tremor d’alma o pensamento inevitável de que, com uns meses, uns anos mais, algum sucessor meu, também vergando nossa veste talar, aqui estará, hirto, no cumprimento do mesmo rito para me recordar. Vendo projetivamente a fila infundável deles, que se sucederão, me louvando, até o fim do mundo, antecipo aqui meu agradecimento a todos. Muito obrigado.

Estou certo de que alguém, neste resto de século, falará de mim, lendo uma página, página e meia. Os seguintes menos e menos. Só espero que nenhum falte ao sacro dever de enunciar meu nome.

Nisto consistirá minha imortalidade.

\* \* \*

Não resisto à tentação de contar um sonho que sonhei há dias sobre minha posse na Academia. No sonho, éramos três os acadêmicos a empossar, eu mesmo, Santiago Dantas e Victor Nunes Leal. Não sei por que precisamente eles. Seriam, sem dúvida, boa companhia. Juntos, vestindo túnicas gregas de colorido tailandês, admirávamos, guiados por Santiago, a beleza do edifício catedrático da Academia, encimado por estátuas de Aleijadinho. Lá estavam, eu vi, um Isaías de barbas encaracoladas, que iam até os joelhos, e um esplêndido Daniel andrógino.

Erramos de corredor e fomos dar num salão em que se comemorava o centenário dos Correios e Anísio Teixeira – que nessa altura entra no sonho – teve que discursar sobre o prodígio de levar uma carta a qualquer lugar do mundo.

Saindo dali, entramos, por fim, no edifício de minha Academia onírica, através de um extenso corredor, que ligava umas grandes portas, todas trancadas. Fomos dar, então, num pátio empedrado, onde uma precaríssima escada de madeira dava acesso ao Salão Nobre. Santiago e Victor passaram. Eu fiquei entalado num sino enorme de bronze, ao qual não poderia me agarrar, porque era liso e escorregadio demais. Acordei apavorado de medo daquele sino badalar.

Que significa isto? Sei lá... Sei apenas que reflete meu enorme apreço por nossa Academia.

\* \* \*

Meditei nesses meses de espera da glória acadêmica, buscando o que dizer aqui, agora. Queria alguma coisa definitiva que me unisse à Comunidade em que hoje me integro, dos acadêmicos presentes, dos acadêmicos de ontem, dos acadêmicos de amanhã.

Só achei de assinalável o fato notório de que somos todos intelectuais brasileiros. Vale dizer, expressões mais ou menos lúcidas do saber culto de nosso povo. Parcela da inteligência, fiel e genuína, de que o Brasil dispõe para entender como viemos a ser o que somos e, sobretudo, para iluminar nossos caminhos futuros. Este componente de lucidez é, provavelmente, o que

mais nos falta para deixarmos de ser o resultado residual da História, para sermos fruto e produto do nosso próprio projeto de Nação e de Civilização.

O Brasil surge e se edifica a si mesmo, não em razão dos desígnios dos seus colonizadores. Eles só nos queriam como feitoria lucrativa. Contrariando suas expectativas, nos erguemos, imprudentes, inesperadamente, como um novo povo, distinto de quantos haja, deles inclusive, na busca de nosso ser e de nosso destino.

Somos um rebento mutante, ultramarino, da Civilização Ocidental Europeia, na sua versão ibero-americana. Produto da expansão europeia sobre as Américas, que, destruindo milhares de povos, modelou com o que restou deles uns poucos novos povos, uniformemente refeitos. Todos configurados como extensões da metrópole que regeu a colonização, impondo sua língua e suas singularidades.

Com efeito, uns quantos soldados latinos e suas cinquenta gerações de filhos, transfigurando-se, sucessivamente, ao longo de mil e quinhentos anos, debaixo de toda sorte de opressões e padecimentos, plasmaram a forma lusitana. Saltando o mar-oceano, há quinhentos anos, aquela Lusitânia prístina veio ter aqui, para cumprir, em nós, seu destino mais alto: fazer Brasil.

A Europa não conseguiu fazer o mesmo no Oriente, cujas populações, muito mais densas, absorveram o assalto, conservando sua própria cara. Também não na África, que constituiu, por séculos, mera reserva de mão-de-obra de que os europeus tiraram mais de cem milhões de escravos, enquanto o músculo humano foi a fonte energética principal do sistema produtivo. Quando o trabalho manual obsoleceu, a África tinha mantido sua tribalidade, desde a qual se esforça, hoje, para compor suas próprias imagens étnicas.

Nas Américas, não houve nunca possibilidade nenhuma de que os povos avassalados mantivessem sua identidade. Primeiro, os índios que aqui estavam; depois, os negros para cá trazidos, e também os brancos e até os orientais, foram todos radicalmente transfigurados. Isso se operou com tamanha brutalidade, que desfez, étnica e culturalmente, quantos foram engajados no processo, para de todos fazer neoeuropeus genéricos, mais homogêneos que qualquer dos povos propriamente europeus. Tanto é assim que os países europeus guardam mais idiomas e variantes dialetais nas falas de seus povos que nós americanos.

Somos, pois, inelutavelmente, uma criatura mais da civilização ocidental, condenada a expressar-se dentro dos seus quadros culturais. Uma romanidade tardia, tropical e mestiça. Uma nova Roma, melhor, porque racialmente lavada em sangue índio, em sangue negro. Culturalmente plasmada pela fusão do saber e das emoções de nossas três matrizes; iluminada pela experiência milenar dos índios para a vida no trópico, espiritualizada pelo senso musical e pela religiosidade do negro. Deste caldeamento carnal e espiritual, surgimos nós, os brasileiros.

Somos, apesar de toda essa romanidade, um povo novo, vale dizer um gênero singular de gente marcada por nossas matrizes, mas diferente de todas, sem caminho de retorno a qualquer delas. Esta singularidade nos condena a nos inventarmos a nós mesmos, uma vez que já não somos indígenas, nem transplantes ultramarinos de Portugal ou da África.

Somos os portadores da destinação que, forçados pela História, nossos pais se deram, a seu gosto ou a seu pesar, de plasmar este novo gênero humano, o brasileiro; com vocação mais humana, porque feito de mais humanidades e porque engendrado de forma mais sofrida. Um povo em que ninguém está enfastiado, nem tedioso; o que todos aspiram é fartura e alegria.

Somos os herdeiros de uma imensa, imensamente bela, imensamente rica, província da Terra que, lamentavelmente, mais temos malgastado que fecundado. Tamanho foi o desgaste que, hoje, tarefa maior é salvar toda a beleza prodigiosa da natureza que conseguiu sobreviver à nossa ação predatória. É fixar as diretrizes para uma convivência melhor com as terras, as matas, os campos, as águas e toda a diversidade quase infinita de formas de vida que nelas ainda vicejam.

Maior ainda foi o desgaste humano. O Brasil tem sido, ao longo dos séculos, um terrível moinho de gastar gentes, ainda que também um prodigioso criatório. Nele se gastaram milhões de índios, milhões de africanos e milhões de europeus. Nascemos de seu desfazimento, refazimento e multiplicação pela mestiçagem. Foi desindianizando o índio, desafricanizando o negro, deseuropeizando o europeu e fundindo suas heranças culturais que nos fizemos.

Somos, em consequência, um povo síntese, mestiço na carne e na alma, orgulhoso de si mesmo, porque entre nós a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Um povo sem peias que nos atem a qualquer servidão, desafiado a florescer, finalmente, como uma civilização nova, autônoma e melhor.

Falo de civilização autônoma, sem nenhuma pretensão de poderio autárquico. Bem sei que este é um mundo só, de nações interdependentes. Mas sei, também, que as há autônomas, como também as há dependentes. Nós, brasileiros, bem podemos optar pela autonomia e pela singularidade, em razão de nossa dimensão continental e da condição de maior das províncias neolatinas. Mas, também, com base na democracia racial que estamos desafiados a construir como um povo confluyente de todas as raças. E com base, sobretudo, na aspiração nacional de criar uma sociedade solidária, inspirada na propensão indígena para o convívio cordial e para a reciprocidade.

O fato incontestável é que nos cabe neste mundo um espaço de existência e de influência, que estamos chamados a assumir, juntamente com alguns outros povos, também dotados para a grandeza e para a felicidade. Faz falta ao mundo um Brasil realizado em suas potencialidades de civilização tropical, mestiça e solidária, que não pede nada a ninguém, mas muito pode dar. Temos tudo para isso.

Somos uma nação etnicamente unificada e coesa, sem qualquer contingente oprimido a disputar autodeterminação. É verdade que uns quantos povos indígenas, para nossa vergonha, ainda estão reclamando a propriedade dos territórios em que viveram desde sempre e o direito de continuarem vivendo dentro de sua própria Cultura. Eles são tão poucos, e o que pedem é tão insignificante, que a dignidade nacional não há de negar-lhes. Isso seria fatal, hoje, já não para o nosso destino, mas para a nossa honra.

Nossa matriz africana é a mais abasileirada delas. Já na primeira geração, o negro, nascido aqui, é um brasileiro. O era antes mesmo do brasileiro existir, reconhecido e assumido como tal. O era, porque só aqui ele saberia viver, falando como sua a língua do amo. Língua que não só difundiu e fixou nas áreas onde mais se concentrou, mas amoldou; fazendo do idioma do Brasil um Português falado por bocas negras, o que se constata ouvindo o sotaque de Lisboa e o de Luanda.

É de assinalar que estes nossos patrícios negros enfrentaram, e ainda enfrentam, o drama de sua penosa ascensão de escravo a assalariado e a cidadão, debaixo da dureza do preconceito racial. Menos virulento que o de outras partes, mas, aqui também, discriminatório e perverso.

Ainda assim, é do contingente negro, como do índio, que nos vem a singularidade cultural que tenhamos. É, também, do negro nossa criatividade mais assinalável, que se expressa, por exemplo, no Carnaval carioca e no culto a Iemanjá.

Somos, hoje, uma nação de cento e cinquenta milhões de pessoas, falando a mesma língua, a todos inteligível – sem dialetos e nem mesmo sotaques dissonantes. Imersos, todos, numa mesma cultura, fiéis a seus valores maiores. A partir destas bases é que ingressaremos na nova civilização, fundada no desenvolvimento científico e tecnológico, que teremos de dominar para não perecer.

Quando alcançados, há dois séculos, pela Revolução Industrial, incapazes que fomos de nos incorporar autonomamente a ela por um salto evolutivo, nos deixamos avassalar, como consumidores de seus produtos. Reiteramos, assim, já independentes, o mesmo papel colonial, subalterno, de servidores do mercado mundial. Urge vencer esse desafio que a História novamente nos propõe, para sermos, afinal, a civilização inigualável que podemos ser.

Este repto civilizacional desafia nossos estadistas a formular um projeto nacional de desenvolvimento para nos livrar do que seria uma nova condenação ao atraso. O mesmo repto se coloca, também, a nossos educadores, chamados, por sua vez, a unir seus esforços para superar o precaríssimo sistema educacional que temos, a começar pela escolarização de todas as crianças, a fim de estancar a produção de mais analfabetos.

Estes são alguns dos requisitos indispensáveis para que o Brasil, afinal, dê certo. Muito é o que fizemos até agora em nossa autoedificação. De fato, fizemos tudo que se requeria para sermos um povo-nação, em si. Muito mais, porém, é o que cumpre fazer para que, afinal, os brasileiros alcancem a condição de povo para si, a fim de que o esforço ingente, de cinco séculos de trabalho e sofrimento, resulte numa sociedade livre, soberana, feliz e próspera.

Isto somos, isto seremos, senhores acadêmicos, um povo laborioso e criativo, animado pela mais vivaz vontade de fartura, de alegria, de beleza e de felicidade. Um povo só, uma Nação coesa, um país continental, que se quer digno de seu passado de dores e sacrifícios, mas se volta é para a construção do futuro.

O Brasil é nossa causa. Nossa tarefa. Nossa missão. Não precisamente nossa, de nós mesmos, provectoros acadêmicos, mas dos brasileiros todos e, como tal, também nossa. Ouçamos o poeta:

Havemos de amanhecer. O mundo  
se tingem com as tintas da antemanhã,  
E o sangue que escorre é doce, de tão necessário  
Para colorir tuas pálidas faces, aurora.

\* \* \*

Senhoras, senhores,

vamos, agora, finalmente, à recapitulação de nossos ancestrais acadêmicos. O Patrono desta Cadeira 11, de que hoje me aposso – graças ao voto generoso de meus confrades – é o poeta fluminense Luís Nicolau Fagundes Varela. Homem afoito e atônito, marcado pelo destino, gasta-se na exaltação byroniana de nossos jovens poetas mortos. Entrega-se à boemia da ceia

bem regada, das serenatas noite adentro, dizendo versos tristes na alegria das festas. Morre aos 34 anos e deixa, ainda assim, obra assinalável, como um de nossos poetas românticos. A imagem que se guarda de Varela é a de um intelectual dado a grandes gestos vãos, lírico, sentimental e sofredor. Golpeado pelo destino – órfão de seu filho morto; viúvo da linda artista de circo com quem se casou, estudante ainda, antes dos vinte anos, e que o abandonou – entrega-se à esbórnia e afunda no culto da tristeza.

Seus versos espelham tantos infortúnios. Seu poema maior, aquele que o fará para sempre lembrado, é o “Cântico do Calvário”. Surge, como toda uma novidade. Escrito em versos brancos, liberta nossa poesia da servidão à rima. Arma a Poesia Vernácula com uma alta, sentida, elegia à memória de seu filho morto com três meses:

Eras na vida a pomba predileta  
 Que sobre um mar de angústias conduzia  
 O ramo da esperança. Eras a estrela  
 Que entre as névoas do inverno cintilava  
 Apontando o caminho ao pegureiro.  
 Eras a messe de um dourado estio.  
 Eras o idílio de um amor sublime.  
 Eras a glória, a inspiração, a pátria,  
 O porvir de teu pai! – Ah! no entanto,  
 Pomba, – varou-te a flecha do destino!  
 Astro, – enguliu-te o temporal do norte!  
 Teto, – caíste! – Crença, já não vives!

Quero ler, aqui, um verso mais de Varela, para fazer presente seu romantismo boêmio, bem versegado:

Mais vinho! Oh! Filtro mago.  
 Só tu podes no mundo  
 Mudar os giros do destino vago  
 E fazer do martírio um doce afago  
 De uma taça no fundo!

Varela também verseja seu gosto pela vida campestre a que se entrega, gozosamente, passeando de fazenda a fazenda para participar da vida rural festiva do antigo Rio de Janeiro. Outros temas de nosso poeta foram sua religiosidade, seu pendor libertário e seu fervor patriótico. Um traço que ressalta precioso para mim é seu interesse pioneiro pelo drama escravo, que seria o principal tema poético da geração que o sucedeu. Principalmente de nosso poeta maior, Castro Alves, que, aliás, confessa ter sido influenciado pelos versos de Varela.

Permitiam-me um verso mais de nosso patrono, em que ele destila a vil tristeza em que viveu:

Tornei-me um eco das tristezas todas  
 Que entre os homens achei! O lago escuro  
 Onde ao clarão dos fogos da tormenta  
 Movem-se as larvas fúnebres do estrago!  
 Por toda a parte onde arrastei meu manto  
 Deixei um traço fundo de agonias.

Confesso, aqui, que se a escolha fosse minha, eu teria escolhido Fagundes Varela para patrono de nossa Cadeira 11. Como Varela, tive, juvenil, meus pendores suicidas; salvou-me o gosto de viver, tirando da vida o sumo que ela pode dar: doce ou amargo. Como Varela, sou andarilho e gosto do mato. Como Varela, também sou homem de devoções patrióticas e libertárias. A identificação prossegue, tanto é assim que dei, ultimamente, de versejar, eu também, uns toscos versos. Nunca tive, pobre de mim, foi o talento de Varela para a boemia.

\* \* \*

Lúcio Drummond Furtado de Mendonça, Fundador da Cadeira 11, tinha todas as qualidades de um intelectual academizável. Era poeta e romancista e jornalista e professor, deputado e advogado que chegou a ministro da Suprema Corte. Era, inclusive, orador tonitruante, livre pensador professo e socialista.

Lúcio foi, também, poeta tristíssimo, como era de uso e se comprova nesses versos melancólicos:

À terra morta, num inverno inteiro  
 Voltam a primavera e as andorinhas  
 E nunca mais vireis, ó crenças minhas  
 Nunca mais voltarás, amor primeiro.

Mas Lúcio se dava, também, a arroubos cívicos e gostava de profligar. Bom exemplo de sua vergasta é o poema “A morte do Czar”:

Graças! Louvado seja o braço niilista  
 Que acertou, afinal!  
 Matou-se a velha fera, o abutre da conquista  
 O urso imperial.

Não podemos esquecer que nosso Lúcio cometeu um romance, escrito em forma de cartas a um jornal. Com ele, se fez precursor do gênero Nelson Rodrigues, propondo ao leitor um tema ético, visivelmente esdrúxulo, o das culpas do marido da mulher adúltera. A qualidade maior de Lúcio, para meu gosto, é a de repúblico, combativo, sempre pronto a lançar-se contra o arbítrio imperial e contra o Clericalismo. Seu mérito reconhecido é o de principal companheiro de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco na luta pela criação de nossa Academia Brasileira de Letras. Há quem diga até que, sem ele, nossa Casa não teria havido quando houve.

\* \* \*

Sucede a Lúcio, outro magistrado: Pedro Augusto Carneiro Lessa. Também ministro do Supremo Tribunal Federal, além de professor notável, de parlamentar eminente e de ministro de Estado. Seu nome se guarda e se cultua como um de nossos maiores jurisconsultos, banhado em águas filosóficas e sociológicas.

Cultor e professor de Filosofia de Direito, Lessa encarnou, como poucos, a erudição, enxameando suas falas e seus escritos com os nomes dos principais pensadores do passado e



do presente. Filiava-se ao evolucionismo spenceriano, mas rendia culto ao Positivismo, tanto na versão de Comte, quanto na de Littré.

Lessa correu enorme risco de cair nessa erudição vã e vadia, que constitui a principal enfermidade do espírito: aquela que converte todo o saber em fruição estética de obras alheias, sem olhos para a realidade circundante como fonte de conhecimento. Salvou-se, Lessa, deste pecado, graças à sua aguda noção de tema e de problema, objetivado no Direito, que ele cultivava como disciplina acadêmica e como prática na jurisprudência.

Impulsivo, estava sempre pronto a polemizar, lançando-se contra tudo que lhe parecesse erro ou injustiça. Com os anos, Lessa foi se fazendo mais moderado e mais conservador. Converteu-se, por fim, na voz mais eloquente na defesa da ordem e da legalidade.

Em sua liderança das campanhas patrióticas da Liga de Defesa Nacional, prega, com toda a eloquência de que era capaz, o quietismo, fundado nas velhas virtudes patrióticas da cordura, da desambição e da laboriosidade, como solução para todos os males do Brasil. São exemplares alguns dos seus xingamentos, eivados de emotividade incontida, contra todas as formas de demagogia e, até mesmo, contra qualquer veleidade de mudança institucional.

Adelmar Tavares retrata Lessa, acadêmico, como um homem alto, forte, de cabeça branca, encimando um busto de atleta, os olhos vivos, luzindo atrás de vidros de grau. Esta, a bela figura que por muitos anos foi, nesta Casa, a voz da reflexão filosófica e do fervor patriótico.

\*\*\*

Eduardo Ramos, parlamentar baiano de elegância exemplar, poderia ter sido o titular seguinte da Cadeira 11, se não houvesse morrido antes da posse. Ainda assim, estamos na obrigação de declinar seu nome. Eduardo foi eleito e cabe, portanto, trazer à Casa alguma recordação dele. Quem melhor retratou a vivacidade e o espírito irônico de Eduardo foi seu amigo Rui Barbosa. Leiamos:

Ninguém entre nós, nos nossos dias, meneou melhor os segredos da ironia, ninguém lhe deu mais lustre às elegâncias, ninguém lhe rendilhou com mais engenho a graça, ninguém teve mão mais hábil em aligeirar o epigrama e polir a alusão, em acerar o remoque, em centelhar o chiste, em despedir o sarcasmo, em jogar todas essas armas sutis da malícia e do paradoxo, da originalidade e do asteísmo.

O próprio Eduardo, assumidamente satírico, se divertia rindo de si mesmo. Glosando certa vez a um crítico, escreveu bem-humorado: “Este consumou meu desbarato, com uma mestria de fundibulário bíblico. Matou-me. Sucumbi de febre poética por embolia dos pronomes enclyticos mal localizados...” Comenta, com o mesmo humor sardônico, sua inclusão na comitiva oficial que acompanhou o Presidente Campos Salles em sua visita a Buenos Aires: “[...] E, por fim, eu. Eu, cuja presença naquela aprimorada companhia só se explicava pela perícia dos meus alfaiates! [...] Era preciso alguém que se vestisse corretamente, à inglesa, como então me entrajava [...] E fui incorporado à comitiva [...]”

Eduardo me é particularmente simpático pela luta que travou, em princípio do século, pela criação de uma universidade. Eu, que sou do ramo, posso avaliar sua indignação contra a intelectualidade do seu tempo, fortemente influenciada pelos positivistas, que se opunham à

criação, tardia, do que seria a primeira universidade brasileira. Ela só foi criada em 1930 e só começou a funcionar, efetivamente, anos depois.

Cumpri o rito e que Eduardo quede tranquilo em sua imortalidade.

\* \* \*

João Luís Alves, mineiro, graduado na Faculdade de Direito de São Paulo, foi o sucessor transversal de Lessa, porque, como se viu, Eduardo Ramos morreu antes da posse. É descrito por muitos contemporâneos seus como um homem secarrão, carrancudo, protótipo do mineiro enfezado. Não seria tão casmurro, penso eu, porque é tido como o benemérito introdutor do uísque em Belo Horizonte.

Orgulhava-se de nunca ter escrito um verso, o que o contrastava com os intelectuais de sua geração, todos versejadores incontidos. Inclusive com os acadêmicos, entre os quais não haveria um só seco de águas poéticas. Essa soberba afirmação custou-lhe um pito de Augusto de Lima, que na saudação revelou o fato. Saudação, seu tanto marota, porque Augusto de Lima, escalado para receber o seu querido amigo Eduardo Ramos, aceitou o encargo de saudar o substituto dele. O certo é que se alongou, gostosamente, na recordação do poeta baiano e tratou seu conterrâneo com visível *secura*.

A fama que deixou João Luís – exceto aquela história do uísque – é de um homem severo, muito ciente de sua importância e zeloso da compostura que a ela correspondia. Fez carreira brilhante. Como professor, foi catedrático de matéria árdua – Direito Administrativo. Como jurista, chegou à Suprema Corte. Como político, foi senador da República e ministro da Justiça de Artur Bernardes. Coroa sua carreira alcançando, por notoriedade, a eleição para a Cadeira 11.

Traço simpático de nosso confrade era seu cuidado com os trombadinhas de seu tempo. João Luís foi o criador do Juizado de Menores e da primeira cadeia especializada na reeducação de meninos de rua. Certamente, veria com imensa tristeza o pouco êxito de sua iniciativa, se vivesse em nossos dias.

Na roda do tempo que rege nossa Academia, o sucessor do severo mineiro foi um poeta pernambucano alegre e queridíssimo: Ademar Tavares. Trovador de sua pátria nordestina, algumas de suas composições são cantadas até hoje nas serestas, seus versos são também recordados com apreço. Vejamos uma amostra da poesia de Ademar:

Sinos de Goiânia, que saudade imensa  
 trazem-me esses sinos no meu coração  
 Nove igrejas, nove, barulhavam sinos,  
 da Misericórdia, por defuntos ricos,  
 o Rosário, pobre, por um preto irmão.

E vai adiante o poeta, falando da Igreja do Amparo, da Matriz, da Soledade, dos Martírios e do Carmo. Todas tangendo sinos no seu coração.

Advogado e magistrado notável e muito bem-sucedido, Ademar me comove, especialmente, por seu horror ao automóvel, de que participo com paixão. Corre no Senado, por iniciativa minha, um projeto de lei que ele louvaria. Peço ali que se declare que as ruas, as praças, as estradas, todas as vias públicas, enfim, pertencem de direito aos pedestres, sendo apenas

consentido seu uso por veículos motores, sob duas condições. Primeiro: quem matar um transeunte – e matam-se 50 mil por ano no Brasil, mais que o câncer, o infarto e os derrames, todos juntos – perde a carteira e o carro. Segundo: quem machucar alguém – a maioria das crianças hospitalizadas no Brasil são vítimas do trânsito – e negar socorro, sofrerá as mesmas penas. Isto, mais ou menos, é o que Ademar queria estatuir nos albores do século, quando o Rio tinha 2 mil e quinhentos veículos.

\* \* \*

Chegamos, por fim, a meu antecessor heráldico nessa Cadeira 11, o sábio, o médico, o humanista, Deolindo Augusto de Nunes Couto.

Tantos são os títulos de Deolindo, que, se eu me ocupasse em enumerá-los todos, não teria tempo para falar dele. Vejamos alguns: Deolindo foi o neurologista mais ilustre do Brasil e um dos mais reverenciados mundo afora. Foi criador do Instituto de Neurologia e, inclusive, fundador da Academia Brasileira de Neurologia. Além da nossa Academia Brasileira de Letras, Deolindo pertenceu, também, à Academia Nacional de Medicina. Foi Reitor de nossa querida Universidade do Brasil, que os tolos passaram a designar, ultimamente, como Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recebeu numerosos títulos de *Doutor Honoris Causa* de universidades do Brasil e do estrangeiro. Presidiu mais de uma vez o Conselho Nacional de Cultura.

Médico, Deolindo viveu sua vida no ofício de servir, de salvar, de orientar a multidão inumerável de enfermos que, por décadas, acorriam a ele, pedindo socorro.

Cientista, foi um devotado estudioso, atento a quanto progresso sua ciência alcançava, e compartilhando seu vasto saber com os colegas, fazendo discípulos, criando escola.

O saber médico de Deolindo foi reiteradamente reconhecido na Academia Nacional de Medicina, que ele tantas vezes presidiu. Sobretudo, na sua criação maior, que é o Instituto de Neurologia, onde ela frutificou belamente.

Humanista, Deolindo foi homem de alta sabedoria de viver e conviver, no culto da erudição e na fruição requintada das Letras. Sobretudo da Literatura Vernácula, que converteu num de seus bens mais caros e frutuosos. Especialmente a vasta obra de Camilo Castelo Branco, de que foi apreciador apaixonado.

Característica assinalável dele foi, também, sua capacidade de fazer amigos e de cultivá-los, fraternalmente, vida afora. Lembro dois amigos comuns; na área médica, a Júlio de Moraes; na órbita literária, a Josué Montello – ambos, como tantos outros, inconsoláveis com sua perda.

Deolindo era um homem alto, belo, que, na expressão encantada de Nélida Piñon, tinha uma forte presença máscula. Voz pausada, tranquila, deixando ver na fala e nos gestos um homem contente de si mesmo. Deolindo se quis pulcro e sábio e o foi, magnificamente.

A pulcritude de Deolindo, visível em sua figura, sempre bem cuidada, se comprova pelo zelo com que levava em suas tantas viagens, pelo estrangeiro, malas cheias de lençóis e toalhas para seu uso exclusivo.

Este é meu elogio de um homem, por muitos títulos admirável, que fez de nossa Academia Brasileira de Letras a Casa de sua devoção literária e cultural. Aqui, por três décadas conviveu gratamente com seus confrades, sempre reverenciado por todos.

É fácil imaginá-lo, sentado onde eu hoje me sento, na nossa sala discreta, lá de cima, nas sessões de após o chá das quintas-feiras, falando de quanta efeméride da civilização brasileira

ali se recordava.

Senhoras acadêmicas,  
Senhores acadêmicos,  
Senhoras e senhores,

quanto a mim, o que tenho a dizer, confessional, é que sou homem de sorte. A vida me tem fluído leve, até gozosa. As asperezas que às vezes rangeram meus dias – prisão, exílio, dores – foram travessias de águas revoltas. Nelas, naveguei sempre disposto, pondo à prova minha capacidade de conviver comigo. Só, no espaço exíguo da prisão. Só, na imensidão do exílio, sofrendo longe a pátria proibida. Só, afundado na dor e no horror da morte prescrita. Algumas vezes, quase sucumbi. Sempre saí destas angusturas, querendo navegar em novas aventuras: ávido e voraz, animado de expectativas desassombradas, tentando, temerário, mudar o curso das coisas. Não tenho e não mereço fama de modesto, de tímido ou de tíbio. Se peço, é por confiante e afoito.

Minhas características distintivas talvez sejam a contraditória vontade insofreável de compreender e o gosto de fazer, que me converteram em híbrido de intelectual e fazedor. Certa disposição solidária do espírito me fez homem de campanhas e lutas, servo de minhas causas. Um pendor ético e iracundo, encarnado em minha militância política, se expressa na indignação que me mobiliza contra todo atraso e qualquer injustiça que achaque os brasileiros.

A paixão a que mais me dei, sempre com gosto, foi a do estudo e do convívio das gentes. Sobretudo de minhas ínvias gentes índias. Mas também dos brasileiros e dos latino-americanos. Uma década vivi com os índios, a mais bela de minha vida. Percorro, há meio século, sempre atento, os caminhos e descaminhos de nosso fazimento, querendo mapeá-los. Destas vivências são feitos meus ensaios e meus romances. Milhares de páginas de arguição emocionada.

Não posso é dizer que fui bem-sucedido, senão em medida escassa. Nada do muito que quis, cheguei a alcançar na proporção de minhas esperanças: amores, amizades, devoções, não me sobraram. Antes, me faltaram.

Quanto de amores sobra a alguém?

Sou grato à vida que me deu como bens preciosos a amizade de tantos queridos amigos e o amor de tantas santas mulheres.

Obras, escritos, cargos, fiz, tentei e exerci muitos. Nisto gastei minha vida. Uns poucos deles ficaram com minha marca nos mundos por que passei, enquanto passava: um sambódromo, um parque indígena, museus, muitas bibliotecas, demasiados ensaios, quatro romances, muitíssimas escolas, algumas universidades. Não é pouco, quisera mais. Sempre quero mais. Muito mais.

É verdade que algumas desglórias me caíram em cima, na forma de fracassos, nas lutas que travei, em vão, para salvar os índios, para escolarizar os brasileiros, para reformar o Brasil. Também provei, até carpi, desgostos do não-reconhecimento de méritos meus que guardo no peito e cobro. Alguns desses dissabores me magoaram.

São dores que ainda me doem. Suportáveis, mil vezes pior fora não tê-las sofrido, por não haver optado, nem ousado, nem lutado. Não mereço o inferno dos indiferentes.

Um balanço de vida inteira mostraria que minhas realizações foram parcas. Talvez, porque

tentei plantar na Lua muitas lanças demais. Não é demais para um homem só querer, como quis e quero ainda, ser romancista e antropólogo e educador e político e fazedor e até revolucionário? Se me ativesse a um campo só, teria talvez feito alguma maravilha. Disperso entre tantas devoções, não servi bem a nenhuma delas. Relevem este pecado, que eu pecaria outra vez. Variei tanto de temas, foi obedecendo a mandos de meu coração. Afinal, a vida não é missão, é também fruição.

Não que me queixe. Tive os carinhos, as glórias, os gozos de que necessitava em minha carência professa de ternura, de amor e de reconhecimento. Também tive as alegrias de criar e de fruir para aplacar minha insaciável vontade de saber e de beleza. Tudo somado é mais do que mereço, diria, se fosse modesto. Não digo, não. Espero, no fundo do peito, fazer e fruir coisas maiores e melhores.

A lição mais clara que tiro de minha vida de lutas é que, aparentemente generoso e altruísta, na verdade, fui e sou um egoísta. Delas é que me vieram os louvores e gratidões que mais me esquentaram o coração. Delas, principalmente, é que vem o decoro e a dignidade que minha vida tenha. Sou o beneficiário verdadeiro de minha benemerência. A vida me deu muito. Graças, têm valido as penas.

Hoje, aqui me tenho contente, frente a meus pares, neste alto pouso acadêmico. Nunca supus que o alcançasse. Temendo o contrário, o desmerecia, invejoso. Me veio, porém, na hora certa dessa velhice em que ingresso, inda não trôpego, para consolar-me dela. Juntos, aqui viveremos, como a aspirada imortalidade, nossos aos conclusivos. Convivendo cordiais naquilo que somos: uma amostra fiel da inteligência brasileira, tão variada como ela mesma. Isto é tudo. Muito Obrigado.

15/4/1993

ANEXO C – Depoimento de Darcy Ribeiro para o livro *Encontros de vida: 34 depoimentos e pessoas com mais de 60 anos apaixonados pela vida*. Organização de Zélia Goldfeld. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1997. Publicado parcialmente pela Folha de São Paulo - São Paulo, domingo, 2 mar. 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/02/mais!/25.html>>

A criatividade tem pelo menos dois ângulos. Vejamos o meu caso: de um lado, como antropólogo, passei anos aprendendo a ver o mundo com os olhos dos índios. Há, nesse trabalho, uma criatividade antropológica que envolve a descrição e a interpretação muito próxima dos fatos, o mais próxima possível da descrição científica. Trata-se de uma descrição interpretativa do que se vê.

Nessa área da antropologia, o sentimento que tenho é de que me cavalgo; determino o que quero, faço os artigos que quero e da forma que desejo. Na realidade, o trabalho de todo cientista social é desfazer a realidade. Você lida com pessoas concretas, que tem um sistema de parentesco e às vezes nem sabem. Dos fatos, você retira apenas a quantidade necessária para confirmar as ideias que você tinha previamente ---- às vezes isto o surpreende, mas você tem de estar aberto para a surpresa. Por isso digo que esta criatividade é do tipo na qual você se cavalga. Tenho a experiência comprovada.

O mesmo não acontece quando escrevo romances. Escrevi quatro deles, mais ou menos bem sucedidos, tenho edições aqui e no estrangeiro. Isso era uma coisa que desde cedo sempre quis fazer. Meu primeiro trabalho, aos 19 anos, foi escrever um romance de 250 páginas. Ele expressa bem a mentalidade de um menino. O enredo gira em torno de um jovem cego, apaixonado por uma moça, e o interessante é que ele sente uma crescente dor nos olhos e só melhora quando vai para uma fazenda, na qual existe uma imensa gruta. Ele percebe como dor de fato a dor que dói nele, que é dor de perceber que a humanidade é feita. Na literatura, eu não me cavalgo. Ela é que me cavalga, faz comigo o que quer. Disse, um dia, numa conferência ---- e uma jovem ficou muito irritada ---- que meus livros são vômitos do meu inconsciente, saem de mim como tinta que respinga. A literatura para mim é isso. Planejo, faço cem planos quando escrevo um livro, mas se quisesse me sentar para escrever aquela história como antropólogo, não daria. Sempre tenho de me deixar livre para ela.

Os livros sempre me reservam surpresas enormes. Por exemplo: tanto o meu personagem como eu, está velho, acabado, fazendo a barba porque passou 15 dias na cama esperando morrer. Diante do espelho, ele dizia: “Pô, aquele cara me fez matar nele o meu pai. Meu filho é meu pai, é a mesma cara.” A cara de um homem que tinha uma dor. Eu escrevi esse capítulo num momento em que o doente sai da cama e pega uma bacia; toma um banho muito quente, com a ajuda de uma negra. E vai fazer a barba. Fiz uma colagem dele menino com isso... Num certo momento, ele está com um fazendeiro tomando o café da manhã e, de repente, aquela negra que está diante dele tira a roupa e fica pelada. Era uma negra velha, de uns 70 anos. Ele fica espantadíssimo e manda que ela vá para a cozinha. Essa mulher se chama Calu. Esse velho a trouxera para a grande fazenda que ele tem agora. Ela cuida dele como marido. Só ao escrever isso é que vi que Calu era a garota que o hoje velho havia estuprado muito menina, em sua primeira fazenda. Então, a razão desse diálogo, digamos, eu ignorava até descrever a situação enquanto história. Isto é, foi surpreendente para mim e certamente será surpreendente para o leitor também. Um romance ou um poema podem ser interpretados justamente porque não são racionais. Eles têm uma espontaneidade que permite que sejam interpretados, apesar do autor e até contra a visão dele. A criatividade tem esses dois lados, ou é uma criatividade contida e comandada ou é uma criatividade espontânea. Eu experimentei muito bem as duas.